



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

Roberto Loureiro Júnior

**Jacinto, Fradique e Gonçalo: impasses oitocentistas sob o olhar do  
último Eça**

Rio de Janeiro  
2009

Roberto Loureiro Júnior

**Jacinto, Fradique e Gonçalo: impasses oitocentistas sob o olhar do  
último Eça**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro  
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

Q3 Loureiro, Roberto.  
Jacinto, Fradique e Gonçalo: impasses oitocentistas sob o olhar do último Eça / Roberto Loureiro Junior. – 2009.  
95 f.

Orientador: Sérgio Nazar David.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Queiroz, Eça de, 1845-1900 - Crítica e interpretação. 2. Queiroz, Eça de, 1845-1900 - Personagens – Teses. 3. Realismo na literatura – Teses. 4. Naturalismo na literatura – Teses. I. David, Sérgio Nazar. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

---

Assinatura

---

Data

Roberto Loureiro Júnior

**Jacinto, Fradique e Gonçalo: impasses oitocentistas sob o olhar do  
último Eça**

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovado em 30 de março de 2009.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Tavares Maleval  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gilda da Conceição Santos  
Faculdade de Letras da UFRJ

Rio de Janeiro  
2009

## DEDICATÓRIA

À Ana Luiza, pelo carinho, pela dedicação, pelo incentivo, pela cumplicidade, pelos constantes puxões de orelha, enfim... pelo amor de mulher e amiga.

À memória do professor José Carlos Barcelos, que com a sabedoria e a humildade dos grandes mestres fez uma pergunta tão simples que, involuntariamente, apontou-me o caminho que eu queria seguir.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo constante incentivo, em especial ao meu pai, Roberto Loureiro.

Aos meus sogros, pela compreensão infinita.

À família Baptista, com quem aprendi o que é uma casa portuguesa.

Aos meus amigos portugueses, que me ajudaram a compreender e amar Portugal.

À Patrícia Cordeiro, que um dia teve a feliz idéia de visitarmos a Quinta de Santa Cruz do Douro; e em outro me ofereceu a primeira obra de Eça de Queirós que li, *A cidade e as serras*.

À Adriana Loureiro, irmã e revisora em tempo integral.

À Liana Riente, pela digitalização das imagens.

Ao Henrique Fadul Abrantes, pelo empréstimo do *notebook* na reta final desta dissertação.

Ao professor Sérgio Nazar David, pelo empenho, incentivo, paciência e compreensão inesgotáveis no processo de orientação.

Aos professores Cláudia Amorim, Flávio Garcia, Iremar Maciel, Maria do Amparo Tavares Maleval, Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu, Marina Machado Rodrigues, Mário Bruno, Nadiá P. Ferreira, Roberto Acízelo de Souza – pela contribuição inestimável para o meu entusiasmo para com os estudos literários desde que ingressei nesta universidade.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação do Instituto de Letras da UERJ.

A todos os funcionários da UERJ lotados na Biblioteca do Instituto de Letras.

Aos funcionários do Real Gabinete Português de Leitura.

À FAPERJ, pela concessão da bolsa de estudos que proporcionou a realização desta pesquisa.

## RESUMO

LOUREIRO, Roberto. *Jacinto, Fradique e Gonçalo: impasses oitocentistas sob o olhar do último Eça*. 2009. 95 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A fase conhecida como “o último Eça” é um período controvertido na obra de Eça de Queirós. *A ilustre casa de Ramires* (1900), *A cidade e as Serras* (1901) e *A correspondência de Fradique Mendes* (1900) são, geralmente, consideradas obras menores. Há quem veja em Gonçalo Ramires um personagem vazio; para outros, a saga de Jacinto é uma obra reacionária; e apenas Fradique Mendes desfruta de maior simpatia nos estudos queirosianos. No entanto, nos estudos mais recentes, há uma recuperação deste período e, para esses pesquisadores, tais obras apontam uma nova postura ideológica do autor que, através de elementos históricos, simbólicos e míticos, conduz a um diálogo com os temas e os valores mais discutidos da cultura europeia naquele final de século. Com esses elementos, Eça expõe nas três obras a necessidade de a sociedade adotar uma postura de originalidade no pensar visando à independência intelectual e à eliminação de conceitos caducos. Assim, essas três obras são vistas neste trabalho como uma trilogia, e os três protagonistas representam três propostas de Eça de Queirós: Gonçalo é o português rural que busca no passado a força para mudar; Jacinto é o português cosmopolita que retorna às origens para, de modo singular, pôr-se em diálogo com o seu país e o mundo que conheceu na capital do século XIX (Paris); Fradique é o português global que circula à vontade pelos continentes, mas não deixa de amar Portugal. A trilogia apresenta propostas para um novo século: livrar o homem das amarras que o atavam ao nacionalismo romântico, à crença cega na ciência, ao poder da igreja e aos grandes sistemas filosóficos.

Palavras-chave: Último Eça. Realismo-naturalismo. Fim-de-século.

## ABSTRACT

The phase known as “the ultimate Eça” is a controversial period at Eça de Queiros opus. *A ilustre Casa de Ramires* (1900; translated as *The illustrious House of Ramires*), *A cidade e as serras* (1901; translated as *The city and the mountains*) and *A correspondência de Fradique Mendes* (1900; *The Correspondence of Fradique Mendes*) are usually considered minor texts. Some people see Gonçalo Ramires as an empty character; for others, Jacinto’s saga is a reactionary text; only Fradique Mendes relishes the affinity at queirosian studies. Nevertheless, at the most recent studies, there is a recovery of this period and, for this researchers, such books point out a new ideological position of the author that, through historical, symbolic and mythical elements leads to a dialogue with the themes and values discussed at the European culture at the end of the century. With these elements, Eça exposes in the three books the necessity of the society to adopt a position of original thoughts aiming at intellectual independence and the elimination of decrepit concepts. So, the three pieces are seen in this work as a trilogy and the protagonists represent the Eça de Queiros’s proposals: Gonçalo is the rural Portuguese that seeks for the strength to change in the past; Jacinto is the cosmopolitan Portuguese that returns to his origins to, in a single way, put himself in dialogue with his country and the world he knew in the capital of the 19th century (Paris); Fradique is the global Portuguese that easily circulates through the continents, still loving Portugal. The trilogy presents proposals to a new century: release man from chains that tie him to romantic nationalism, to the blind belief at science, to the power of church and to the great philosophical systems.

Keywords: Ultimate Eça. Realism-naturalism. End of the century.



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1</b>	<b>ORIGENS DO FRADIQUISMO.....</b>	<b>18</b>
	1.1 <b>Paris e a <i>flânerie</i>.....</b>	<b>25</b>
	1.2 <b>O dândi e a efemeridade.....</b>	<b>31</b>
<b>2</b>	<b>O ÚLTIMO EÇA.....</b>	<b>38</b>
	2.1 <b>O farol.....</b>	<b>41</b>
	2.2 <b>Entre o macadame e o socalco.....</b>	<b>52</b>
<b>3</b>	<b>A CORRESPONDÊNCIA DE FRADIQUE MENDES.....</b>	<b>64</b>
	3.1 <b>As Cartas.....</b>	<b>70</b>
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>83</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>91</b>

*“E como num meridional de vinte anos, lírico de raiz, todo o amor se exala em canto – não houve moço que não planeasse um grande poema cíclico para immortalizar a Humanidade”.  
 (“Um génio que era um santo”)*

## INTRODUÇÃO

José Maria Eça de Queirós, descendente de magistrados e de militares, nasceu em Póvoa de Varzim, ao pé do Porto. Formou-se em Direito, foi jornalista, administrador de Concelho e cônsul em Cuba, Inglaterra e França. Viajou pela África, Oriente-Médio, América e Europa, e aos 55 anos incompletos, morreu em Paris.

Conheceu as agruras dos trabalhadores/escravos agrícolas chineses em Cuba, dos emigrantes portugueses nas plantações de fumo no Sul dos Estados Unidos e dos mineiros na Inglaterra. Como cônsul, praticou as idéias socialistas que desenvolveu nos tempos de estudante defendendo os trabalhadores junto aos latifundiários e grandes industriais. Esteve na inauguração do Canal de Suez e conheceu Zola. Casou com uma das filhas da Condessa de Resende, teve filhos, fundou uma revista e travou lutas com seus editores por um pagamento mais justo por suas obras.

Uma vida dividida entre legações, campos de cultivo, unidades fabris, salões da alta-sociedade, minas de carvão, redações e dificuldades financeiras. Transitou entre escondidas províncias portuguesas e as grandes metrópoles do mundo moderno. Atravessou fronteiras, conheceu pessoas de todas as classes, mas não abandonou as convicções da juventude, apenas se adaptou às circunstâncias que a vida lhe apresentou. Todos esses dados biográficos exemplificam como essas experiências foram fundamentais na formação desse homem de Letras, que gerou, durante 35 anos de pena em punho, uma Literatura indissociável da sua trajetória de vida. No artigo “Sobre as obras finisseculares de Eça de Queirós”, Carlos Reis aponta que nesse trajeto “observamos traços dominantes e atitudes reiteradas, mas também um visível desejo de constante auto-superação” (REIS, 2001, p. 130). Traços esses firmados por um diálogo questionador dos valores, dos costumes e dos fenômenos que marcaram o final do século XIX; atitudes reiteradas, por exemplo, na abordagem crítica que permeou a sua produção literária e em posicionar-se sempre com independência na defesa das suas convicções; e, finalmente, o desejo de auto-superação o fez, em alguns casos, praticamente reescrever livros já editados – as três versões de *O crime do padre Amaro* são um exemplo desta “insatisfação” com seus escritos. Um escritor que trabalhou exaustivamente os seus textos até atingir o resultado desejado, fato que não escapa

aos olhos do leitor atento e que percebe que nada está escrito ao acaso em uma obra de Eça de Queirós.

Nos últimos doze anos de vida, Eça produziu os três textos que são objeto de estudo nesta dissertação: *A correspondência de Fradique Mendes*, *A cidade e as serras* e *A ilustre Casa de Ramires*. A não publicação em livro desses textos evidencia o rigor com que Eça sempre tratou a sua obra – *O crime do padre Amaro*, *O primo Basílio* e *O Mandarim* tiveram, cada um, três edições – e o cuidado do escultor que burila a sua arte enquanto não a dá como pronta e, nessas últimas obras, Eça analisa as sociedades portuguesa e européia, sob uma postura ideológica bem distante do Eça das Conferências do Casino.

Com Carlos Fradique Mendes, o autor orquestrou o projeto mais ambicioso e mais conseguido. Fradique não é um mero personagem. Houve um esforço de construção de uma *personalidade* que antevê a heteronímia pessoana. Fradique – anunciado por Carlos Eduardo d’*Os Maias* – encarna o enaltecimento à originalidade aparelhado pelo diletantismo, pela dispersão e pelo dandismo. Joel Serrão, em *O primeiro Fradique Mendes*, define o personagem como “um *representative-man* das inquietações do tempo europeu que era o seu” (SERRÃO, 1985, p. 163). Tudo isso tendo Paris como moldura.

E é também em Paris que surge Jacinto, tão fornecido de civilização “nas máximas proporções”. Nesse final de século, Paris era uma das capitais do mundo, se não “a capital” oitocentista, e, vivendo nela, Eça acompanhou o rápido desenvolvimento técnico e científico que a Cidade Luz produzia e as conseqüências que esse avanço tecnológico provocou nos seus habitantes. O *spleen* que os afetava aturdiu o excelente Jacinto, que, para Frank F. Sousa, “se afasta do Positivismo otimista para se aproximar da inércia pessimista” (SOUSA, 1996, p.30). Só recupera a boa disposição quando pelos trilhos dos caminhos de ferro regressa às suas origens portuguesas onde, fascinado pela tranqüilidade e pela autenticidade rústica do Douro, recupera o viço e dá um sentido à vida dispersa e diletante que “ocupava” os seus dias na capital francesa conseguindo alcançar a utopia do seu tempo ao usufruir os benefícios da tecnologia sem permitir que os danos provocados pelo progresso o afetassem.

Já Gonçalo Mendes Ramires, o maior Fidalgo de Portugal, é a representação do momento político vivido pelo país e a preocupação do autor com o destino português representado pela associação entre o passado e o presente, ou, nas palavras de Miguel Real, “...um Portugal nobre e senhorial, com o Portugal do final do século XIX, [...] onde prevalecem jogos de interesses

subordinados à mais-valia da riqueza ou do prestígio político” (REAL, 2006, p.205). Gonçalo/Portugal apresenta ainda algumas questões que melindravam a Geração de 70: “a relação do intelectual com o seu passado histórico ou, noutros termos, a dialética entre tradição e renovação” (REIS, 2001, p.134). A reflexão crítica da Geração de 70 buscava uma revitalização cívica, cultural e histórica para Portugal, o que levou alguns dos seus membros a polémicas com intelectuais ideologicamente afastados<sup>1</sup>.

Mesmo apesar das acusações de antipatriotismo, de adoração pela França – Paris era tida pelo próprio autor como sua cidade de eleição – e por ter vivido no exterior a partir de 1872, Eça sempre esteve atento aos acontecimentos da vida social e da política portuguesa. Carlos Reis relaciona no artigo já citado as temporadas que Eça passou em Portugal nos seus últimos anos de vida e, se considerarmos os meios de transporte disponíveis na época, as obrigações consulares, a vida familiar e a saúde precária, conclui-se que Eça visitava Portugal com bastante freqüência, o que evidencia o interesse do autor em estar, acompanhar, analisar e compreender o seu país.

Em 1889, quando integra os ‘Vencidos da Vida’; em 1890, durante cerca de quatro meses; em 1892, quando visita Santa Cruz do Douro; em 1895, outra vez por vários meses; em 1898, quando testemunha as celebrações do quarto centenário da viagem de Vasco da Gama à Índia e de novo visita Santa Cruz do Douro, onde volta no ano seguinte, naquela que foi a sua derradeira visita a Portugal (REIS, 2001, pp. 136-137).

As três obras que são objeto de estudo neste trabalho foram mal vistas pela crítica literária durante muito tempo, mas recentemente têm sido resgatadas e melhor compreendidas. Um dos pesquisadores que têm reabilitado essa fase é Miguel Real, que no livro intitulado *O último Eça* executa um trabalho minucioso sobre as obras concebidas no período parisiense. Real dividiu os estudos queirosianos em: Período Testemunhal, que durou entre 1900 e 1930; Período de Balanço, compreendido entre 1930 e 1950; e Período Crítico, que começa em 1950 e termina em 2000. Esta classificação não será analisada neste trabalho, mas chama à atenção a forte influência que o Período de Balanço exerceu na leitura da obra de Eça de Queirós, sobretudo da última fase.

Este período é assim chamado por corresponder ao balanço biobibliográfico do autor de “Singularidades de uma rapariga loura”, baseado nos lançamentos póstumos, na grande variedade de artigos que celebravam os cem anos de nascimento do autor e de quase cinquenta anos de sua morte, e que, somados aos testemunhos do período anterior, constituíram os “primeiros estudos

---

<sup>1</sup> Ver a polémica Eça de Queirós-Pinheiro Chagas sobre questões patrióticas.

sectoriais sobre aspectos importantes da sua obra” (REAL, 2006, p. 26) como os de António Sérgio, Jaime Cortesão e António José Saraiva, entre outros. Esses estudos basearam-se nas seguintes publicações: em 1940, *Novas Cartas Inéditas de Eça de Queiroz a Ramalho Ortigão*; *Crónicas de Londres*, em 1944; em 1945, *Cartas de Eça de Queirós*; já em 1949 é publicado *Eça de Queirós entre os Seus*; e durante toda a década de 1940 ocorre a republicação da obra de Eça de Queirós com o título *Edição do Centenário*.

Esta fase dos estudos queirosianos define uma unidade ideológica que o distingue dos outros dois períodos através das publicações das primeiras biografias de Eça de Queirós e pela associação entre as mentalidades da Geração de 70 e dos Vencidos da Vida. Entre essas biografias destacam-se as de João Gaspar Simões, Miguel Mello e António Cabral, obras que associam os fatos da vida do escritor com a sua extensa correspondência, permitindo relacionar a vida e a obra do biografado. O *Livro do Centenário* foi outra fonte importante para os estudos queirosianos. No entanto, esses pesquisadores acabaram por rotular, e, principalmente, simplificar os temas nas diferentes fases de Eça de Queirós – como crítica social, ataques à Igreja e ao Estado e a reforma da mentalidade portuguesa. Esses críticos escreveram estudos guiados por critérios duvidosos e dividiram rigidamente a obra do autor de “Um gênio que era um santo” em três fases: “1ª fase – romantismo tardio; 2ª fase – naturalismo-realismo; 3ª fase – fase mais lírica e fantasiosa, conservadora, em que privilegiaria a tradição rural portuguesa” (REAL, 2006, p. 27). Classificações elaboradas a partir de gostos pessoais dos pesquisadores, ou, nas palavras de Miguel Real, comentadores que “tomam partido pessoal (subjectivo) sobre as possíveis opções político-filosóficas de Eça” (REAL, 2006, p. 27). Portanto, sem embasamento científico.

O erro cometido por esses pesquisadores foi engessar a obra de Eça de Queirós como se o autor escrevesse sempre dentro de rígidos critérios programáticos. *O crime do padre Amaro* é uma forte crítica à Igreja e à mentalidade beata? Sem dúvida, mas lá está o abade Ferrão para deixar claro que a crítica não é à totalidade da Igreja, mas sim à parte podre do clero. Daí a fama de anticlerical veemente. O anticlericalismo está presente em toda a obra do autor, mas não por capricho juvenil e sim pelo horror à postura passiva frente aos dogmas, não só religiosos, que desde sempre ele manifesta em textos como “Ramalho Ortigão” (1878), “O bock ideal” (1893) ou “Um génio que era um santo” (1896), depoimento para o *In Memoriam* de Antero de Quental que apresenta importante testemunho sobre a juventude em Coimbra.

Eça critica o ambiente insípido da burguesia lisboeta em *O primo Basílio*? Impiedosamente, mas lá está o Julião, personagem que contraria os *habitués* dos serões na casa de Jorge e Luísa. Ele é o contraponto ao conselheiro Acácio, o que demonstra que nem toda a sociedade lisboeta é “conselheira”. Esses personagens não devem ser encarados como episódios isolados, pois servem para exemplificar que Eça não se enquadrou incondicionalmente na doutrina realista-naturalista nem em suas obras mais engajadas nesse movimento e não punha todos os personagens “no mesmo tacho”. O que leva a outro engano da crítica que era exigir do artista uma coerência que só existe no entendimento do crítico que lê uma obra de forma isolada, e não no todo da uma produção literária. Portanto, não parece justo cobrar o “olhar verdadeiro” como alguns estudiosos faziam em relação à fase designada como “último Eça”.

Real faz quatro observações sobre o que definiria a expressão “último Eça” em relação a esses estudos. As três primeiras de negação: 1) neste período Eça não seria um burguês resignado, aboletado em Paris e atrelado ao tradicionalismo português com tudo o que a expressão implica, como nacionalista e católico – visão alardeada pelo Estado Novo; 2) em sua última fase, Eça não foi um “revolucionário militante, socialista-cristão, pregador do ideal franciscano de vida” (REAL, 2006, p. 13) – interpretação contestatória da visão Salazarista que nomes como António Sérgio e Jaime Cortesão abraçaram; 3) O último Eça não é decadentista, passivo, nem resignado; 4) O último Eça dá-nos uma literatura consciente e sensível às questões econômicas e sociais, tanto portuguesas (*A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*) quanto européias (*A Correspondência de Fradique Mendes* e *A Cidade e as Serras*), e esses temas também se destacam na produção jornalística do autor.

Depois de 28 anos trabalhando no exterior acumulando funções diplomáticas, produção literária e colaborações variadas em diferentes publicações jornalísticas de Portugal e do Brasil, Eça percebeu que a sociedade no mundo estava doente e não só a portuguesa. Se na juventude o autor já não se prendia a escolas ou ideologias, na maturidade mesclou estilos e propostas com desenvoltura e, inclusive, criticou posições anteriormente defendidas por ele próprio. Joel Serrão lembra que Eça nunca fora um “doutrinador político”, como Antero, e nos textos construídos na juventude revelava consciência de representar um papel coadjuvante naquela geração. Mas quando se distraía do posto que ele atribuíra a si mesmo, Eça expunha a sua verdadeira propensão: “um homem para quem a vida só teria sentido como experiência de liberdade criadora, procurando [...] a *sua* maneira de ser e de estar no mundo” (SERRÃO, 1985, p. 120), o

que manifesta, a meu ver, na escolha pela diplomacia, por ser uma carreira que evidencia o desejo de alargamento de horizonte pela vivência de outras experiências e o contato com outras culturas.

E nesta procura do jovem Eça, o autor produz, em parceria com Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, *O mistério da Estrada de Sintra*, obra composta com pedaços de romantismo (o enigma policial) e de satanismo decadentista (Fradique Mendes) para, a seguir, proferir a sua conferência “A nova Literatura” ou “O realismo como nova expressão da arte”. Na juventude esse movimento representa as idas e vindas de um jovem autor à procura do seu caminho, e que deseja expressar as suas idéias e convicções; na maturidade, a experiência formula uma nova visão de mundo e estabelece um autor comprometido com o diálogo questionador dos valores e dos temas de um século de transformações políticas e científicas, mas ainda preso a dogmas religiosos e filosóficos. *A correspondência de Fradique Mendes*, *A cidade e as serras* e *A ilustre casa de Ramires* refletem, cada obra à sua maneira, esse diálogo questionador entre as idéias do escritor e os conceitos finais oitocentistas. Miguel Real define os ideais defendidos por Eça de Queirós através dos protagonistas dos três últimos romances e do personagem-título de uma das Lendas de Santos, textos produzidos no mesmo período:

1. Fradique Mendes, o ideal de homem supercivilizado, ponto de partida para o novo homem europeu do século XX, rejuvenescedor da sociedade; 2. Jacinto, o ideal de equilíbrio entre a tradição e a modernidade; 3. Gonçalo Mendes Ramires, o rejuvenescimento da aristocracia liberal acompanhando o rejuvenescimento de Portugal (partida para Moçambique); 4. São Cristóvão, o homem ético universal, síntese e modelo do homem futuro, agindo exclusivamente segundo um imperativo ético: deve-se fazer o bem, ser útil aos outros. (REAL, 2006, pp. 14 e 15)

Esse último Eça caracteriza-se primeiro pela predominância da subjetividade em relação à realidade (os princípios realistas não são de todo eliminados, mas amenizados); segundo, pelo movimento de recriação da Europa e de Portugal através da revisitação do passado histórico; depois, pela atenuação “realista” favorecendo a subjetividade pelo comparativismo histórico levam a textos de cariz mais ensaístico do que descritivo; por fim, tanto na produção romanesca quanto na jornalística, engajamento ativo “na valorização do ‘pobre’, apelando a uma solução política e civilizacional promotora do ‘pão’ e da ‘casa’ para todos” (REAL, 2006, pp. 134-135). Essa última característica confirma os relatos de alguns biógrafos relacionados à atuação do cônsul Eça de Queirós com trabalhadores nas minas de carvão inglesas ou com os chineses nas plantações em Cuba e no sul dos Estados Unidos, quando o diplomata interveio em favor dos trabalhadores que desempenhavam suas funções em condições sub-humanas.



Para Real, o conceito que unifica essas quatro características é o Humanismo – “enquanto filosofia defensora de uma autenticidade humana com intervenção social activa no sentido de generalizar o bem entre os povos sem a submissão a uma escola partidária ou filosófica única” (REAL, 2006, p. 135). Esse humanismo presente no último Eça já vinha anunciado em obras como, por exemplo, *Os Maias*<sup>2</sup>. Mas, nos anos parisienses, essa atitude se intensificou e um dos relatos mais comprometidos com esse Humanismo é “Um génio que era um santo” e o texto em homenagem a Santo Antero é altamente revelador sobre a Geração de 70 e sobre a gênese do autor de *O Mandarim*.

Eça conta que Antero resumia a rebeldia daquela geração avessa “a todo ensino tradicional, e que penetrava no mundo do pensamento com audácia, inventividade, fumegante imaginação, amorosa fé, impaciência de todo o método, e uma energia arquejante que a cada encruzilhada cansava” (QUEIRÓS, s/d, p. 254). Em outro passo, Eça lembra as novidades que os caminhos de ferro levavam a Coimbra e aquela que foi a “descoberta suprema”: a Humanidade. “Coimbra de repente teve a visão e a consciência adorável da Humanidade. Que encanto e que orgulho! Começámos logo a amar a Humanidade, como há pouco, no ultra-romantismo, se amara Elvira, vestida de cassa branca ao luar” (QUEIRÓS, s/d, p. 255). Esse texto retrospectivo confirma duas observações feitas por Joel Serrão, que, juntas, permitem uma maior compreensão das raízes do escritor Eça de Queirós:

A primeira, é que ele foi um homem de geração, cujos valores e objectivos fundamentais haviam sido esboçados pelos juvenis escritos de Antero; e a segunda, é que esse facto, além de comprovado, lhe não tolheu a singular originalidade da sua procura, a partir de um magma cultural mais ou menos comum (SERRÃO, 1985, p.166).

A procura de um caminho próprio que já se anunciava no jovem estudante de Direito em Coimbr, foi o esteio de toda a literatura de Eça de Queirós, ainda que fortemente influenciado por Antero, espécie de guru daquela geração. E o estandarte da independência intelectual e do combate às idéias feitas demonstram que existe algo que une vigorosamente o jovem estudante coimbrão ao maduro escritor estabelecido em Paris. A coerência de Eça de Queirós jamais esteve atrelada a escolas artísticas, mas sim à compreensão de que era preciso entender e adaptar-se às transformações que o final do século XIX exigia. Não se tratava de seguir as mudanças

---

<sup>2</sup> D. Afonso da Maia era um altruísta que – discretamente, não fosse ele um cavalheiro – atendia pessoas carentes amenizando-lhes as dificuldades.

passivamente, mas de encontrar uma maneira de se encaixar na nova ordem sem perder a individualidade. De reconhecer os benefícios trazidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico sem abandonar a identidade adquirida pelas tradições, assim como não permitir que novas condutas fossem sufocadas em nome das tradições.

Ao longo de toda a sua vida adulta, Eça de Queirós acompanhou as mudanças que chegavam a Portugal e a repercussão dessas transformações junto à sociedade portuguesa. Ao longo da sua carreira literária bateu vigorosamente nos opositores do progresso; no final pôs-se a dialogar com os novos e os velhos valores oitocentistas por entender que o avanço tecnológico não poderia e nem deveria ser impedido. Apenas defendia que cada um o utilizasse da maneira que melhor lhe conviesse. E, se isso valia para a ciência, também servia para a religião e para a filosofia, pois os textos do último Eça evidenciam o desejo de ver o homem livre para pensar e agir de acordo com suas convicções individuais.

Com essa filosofia que defende a “autenticidade humana” e com a insubordinação a escolas filosóficas ou literárias, Eça de Queirós escreveu no epílogo de sua obra uma preciosa trilogia de enaltecimento à originalidade e à independência intelectuais. Posturas que já se apresentavam ao jovem estudante em Coimbra que um dia, tal e qual Ponce de León – como conta o editor da correspondência do cinzelador das “Lapidárias” – [*há*] *mirado algo nuevo*.

*“A mocidade que nos sucedeu, em vez de ser inventiva, audaz, revolucionária, destruidora de ídolos, parece-nos servil, imitadora, copista, curvada demais diante dos mestres. Os novos escritores não avançam um pé que não pousem na pegada que deixaram outros. Esta pusilanimidade torna as obras tropegas, dá-lhes uma expressão estafada; e a nós, que partimos, a geração que chega faz-nos o efeito de sair velha do berço e de entrar na arte de muletas”.*

*(Carta-Prefácio ao editor d’O mistério da Estrada de Sintra)*

## 1. ORIGENS DO FRADIQUISMO

Em 29 de agosto de 1869 surge na *Revolução de Setembro* Carlos Fradique Mendes. Aos leitores do jornal foi anunciado que esse senhor era um poeta satânico que vivia em Paris. Campos Matos (1988) o vê como um heterônimo criado por Jaime Batalha Reis, Antero de Quental e Eça de Queirós nos tempos do Cenáculo de Lisboa entre 1868-1869. Essa heteronimidade é contestada por alguns estudiosos e corroborada por outros, mas a questão será tratada um pouco mais à frente.

Em *O primeiro Fradique Mendes*, Joel Serrão considera que, para Eça, Antero e Jaime Lisboa era a capital de um reino estagnado. Para três jovens recém-saídos de Coimbra cheios de ambições políticas, literárias e filosóficas, o panorama Regenerador da cidade era desolador. Serrão diz que os três “procuravam, e de caminho se procuravam, como é timbre da natureza de seres inquietamente jovens” (SERRÃO, 1985, p. 11). Batalha Reis conta o estado de espírito deles em *Antero de Quental: In Memoriam*:

...pensando na apathia chinesa dos lisboetas, immobilizados, durante annos, na contemplação e no cinzelar de meia ideia, velha, indecisa, em segunda mão, e em mau uso, – pensámos em supprir uma das muitas lacunas lamentaveis creando ao menos. Um poeta satanico. Foi assim que appareceu Carlos Fradique Mendes (REIS, 1896, p. 461).

A gestação do personagem começou em um retiro à beira-mar em que Antero e Batalha Reis passavam os dias discordando pacificamente e vivendo em um cubículo em que mal cabiam. Apesar da forte amizade e da serenidade das discussões, Batalha Reis conta que ficaram sem se falar durante dois dias inteiros. Mesmo assim não deixaram de pensar no intenso movimento de idéias que corria o mundo moderno e que era sumariamente ignorado em Portugal. Antero era, segundo o amigo Jaime, calado e nervoso; Batalha Reis era o Apolo: “nenhum dos três “Faustos” do “pacto” mefistofélico lisboeta de 1869 apresentava um perfil tão nitidamente apolíneo como Jaime Batalha Reis” (SERRÃO, 1985, p. 150). Eça era o elo entre os dois amuados da praia.

A dupla pensava em criar uma filosofia que fugisse completamente aos ideais tradicionalmente aceitos utilizando a “implacável e impassível lógica” e uma literatura – propostas por Batalha Reis, Antero e Eça de Queirós, que se juntaria aos dois amigos na elaboração de Fradique – estabelecida pelos frios processos de análise crítica moderna como se emoção e sentimento fossem “máquinas conhecidas e reproduzíveis” (REIS, 1896, p. 461). Com

o intuito de adquirir respeitabilidade junto aos “imitativos publicistas” lisboetas, o agora trio entendeu ser necessário criar uma escola que fosse admirada algures no estrangeiro. Assim surgiram os *Satânicos do Norte*, grupo que teria como expoente Carlos Fradique Mendes.

Em sua estréia n’*A Revolução de Setembro* foram apresentados quatro poemas: “Serenata de Satã às Estrelas”, escrito por Eça, “A Velhinha”, por Batalha Reis e, por fim, “Soneto” e “Fragmentos da Guitarra de Satã”, compostos por Antero (MATOS, 1988, p. 276). Como introdução aos poemas, uma breve apresentação do autor:

Habitando Paris durante muitos anos, conheceu o sr. Fradique Mendes pessoalmente a Carlos Baudelaire, Leconte de Lisle, Banville e a todos os poetas da nova geração francesa. O seu espírito, em parte cultivado por esta escola, é entre nós o representante dos satanistas do Norte [...]. Esta tendência do exuberante subjectivismo artístico que pela quebra das derradeiras peias do formulismo e da tradição clássica se espraia libérrimo até à licença, espontâneo e pessoal, até ao individualismo exagerado, para o que concorre especialmente o caótico da concepção filosófica, social e estética dos tempos modernos – tempos de laboração e de anarquia, de emancipação e transição, – esta tendência profundamente pessoal e originalmente romântica – dizemos –, que chamam poesia satânica, quase não tem tido em Portugal representantes ou prosélitos ou apóstolos, quase não teve eco na alma das sociedades peninsulares, onde tanto se arreigou a fé romana, e que por tanto tempo andou atrofiada sob o duplo despotismo civil e religioso, dirigido, alimentado e explorado pelo monarquismo<sup>3</sup> (apud SERRÃO, 1985, p. 257).

O satanismo de Fradique tem origens na crise filosófico-religiosa que atingiu Antero de Quental em 1863. Nas *Odes Modernas*, Antero afirma ser o bardo de um “deus encoberto”, uma maneira de eliminar os laços que o uniam aos tradicionais valores católicos que lhe foram inculcados no ambiente familiar, como em quase toda a sociedade portuguesa de então. Antero teve uma relação complexa com o pai, que costumava pregar-lhe partidas para testar a obediência do filho que as acatava sempre por receio da reação paterna. Uma das partidas que mais o marcou foi na despedida de Antero quando este saiu dos Açores para frequentar, em Lisboa, o Colégio do Pórtico, de Castilho. Já a relação com a mãe foi de grande afetividade e a ela Antero atribuía as primeiras leituras bíblicas<sup>4</sup>. Sendo integrante da primeira geração que conscientemente abdicou desses valores tradicionais, mas educado dentro desses preceitos, Antero mantinha em seu íntimo um sentimento religioso que não conseguira extirpar completamente. Assim, tendo sido educado

---

<sup>3</sup> Introdução aos poemas de Carlos Fradique Mendes publicados em 29 de agosto de 1869, um domingo, n’*A Revolução de Setembro*. Joel Serrão acredita que esse texto foi escrito por Jaime Batalha Reis pelos seguintes motivos que aqui relaciono: 1) Nesse período Antero viajava pelos Estados Unidos; 2) No *In Memoriam* de Antero de Quental, Batalha Reis fala sobre esse texto e utiliza a expressão “se publicou”, que confirmaria a sua reputação de homem reservado; 3) Caso o texto fosse de autoria de Eça de Queirós, Batalha Reis revelaria a autoria do seu amigo de muitos anos na homenagem a Antero.

<sup>4</sup> Antero escreve esse depoimento, aos dezoito anos, no texto “As meditações poéticas de Lamartine”.

para obedecer cegamente a um credo que não permitia contestações, Antero entrou em conflito interior, quando aconteceu o seu despertar como ser questionador e reflexivo. Decidido a contrariar os dogmas católicos pela via do raciocínio, o jovem Antero interrogava-se sobre a natureza de Deus, as prioridades do espírito e da consciência moral e como seria a convivência entre a Igreja e a Revolução que ele cria necessária. Esse tumulto interno o levou a reconhecer que “A natureza em mim é conservadora: só o espírito é que é revolucionário” (apud SERRÃO, 1985, p. 57).

Todo esse dilema provocado por uma educação católica e pelo despotismo paterno que impunham obediência ferrenha desembocou, com algum Michelet à mistura, na poesia satanista de Fradique Mendes. Pã, o Deus da natureza e símbolo de liberdade, foi morto pelo Deus do cristianismo, logo, Satã seria o seu herdeiro natural por desempenhar o inverso das práticas sagradas que doutrinaram Antero quando criança. Ora, como mentor, ainda que informal, da Geração de 70, ele desempenhou papel preponderante nos rumos da produção literária de todo o grupo e como artista questionador do transcendentalismo católico e defensor de uma nova santíssima trindade – Justiça, Razão e Liberdade – Antero foi, efetivamente, o arquiteto da poesia satânica em Portugal. Mas se esta corrente não cumpriu papel de destaque na Literatura Portuguesa, não se pode negar que a experiência literária do satanismo desempenhou uma busca por novos rumos dessa geração de artistas e resultou na bem sucedida criação de Carlos Fradique Mendes.

Esse personagem reaparece em 1870 em uma rápida passagem n’*O Mistério da Estrada de Sintra* – escrito em parceria com Ramalho Ortigão. Amigo da condessa W..., Fradique anuncia algumas das suas características como o talento, a excentricidade e a descrição de um homem verdadeiramente original e superior. A propósito deste folhetim, Campos Matos cita um ensaio de Américo Guerreiro de Sousa, intitulado *English references in the fiction of Eça de Queirós*, em que o ensaísta vê no personagem captain Rytmel traços semelhantes aos de Fradique como “atributos físicos, temperamentais e sociais” (apud MATOS, 1988, p. 65). O mesmo ensaio sustenta a mesma comparação com o Craft, d’*Os Maias*.

Craft é um cidadão do mundo, colecionador de obras de arte e voluntário em guerras travadas em solo africano como o “satânico do Norte”. João da Ega considerava o Craft “simplesmente a melhor coisa que havia em Portugal...” (QUEIRÓS, 2000, p. 108). Campos Matos lembra que Oliveira Martins considerava Fradique Mendes “o português mais interessante

do século XIX” (MATOS, 1988, p. 277). De fato há muitas pareências de temperamento e de verve entre Fradique e Craft, mas captain Rytmel – apesar do porte, da intrepidez e mesmo sendo um leão dos salões, das selvas e das amuradas – está mais para um personagem de capa-espada interpretado por Errol Flynn.

Há várias hipóteses sobre quem seria o modelo que teria inspirado Eça para criar o personagem. Viana Filho enumera algumas dessas teorias. Eduardo Prado é um dos que mais aparecem como o suposto Fradique por manter sólida amizade com o escritor. Jerônimo Colaço teria sido identificado a partir do seu obituário escrito por Ramalho Ortigão que falava em passeios a cavalo pelo *Bois* e no criado inglês. De Antero de Quental haveria convergências físicas – as mãos, a estatura, a força física –, a naturalidade açoriana e o gosto pelas viagens e pelas idéias. O Conde Artur de Gobineau dizia-se um dos modelos de Fradique. Ainda segundo Viana Filho, João Gaspar Simões dizia que a criatura era o duplo do criador “precedido, no *Distrito de Évora*, pela figura de Manuel Eduardo” (VIANA FILHO, 1984, p. 273). Manuel Eduardo foi personagem de um folhetim do *Distrito de Évora*, que costumava viajar a pé pelo mundo, citava Gérard Nerval e morreu numa viagem à Dinamarca. O folhetim era uma espécie de biografia desse viajante que, de certa forma, marcou o autor do seu obituário. Joel Serrão atribui a esse personagem um “carácter pré-fradiquiano”. Escrito por A. Z. (Eça de Queiroz) em 1867, Manuel Eduardo representava o gosto e o desejo por viagens do trio Eça, Antero e Batalha Reis. Serrão considera o personagem como “uma dada sorte de arquétipo do marginal e do marginalizado pelo uso da sua liberdade essencial” (SERRÃO, 1985, p. 122). Enfim, são muitas as personalidades e alguns personagens que rondaram a criação do homem da cabaia chinesa, mas em momento algum Eça fez, como Flaubert, uma confissão do tipo “Fradique sou eu”.

Apesar de falar sobre o personagem como se ele realmente existisse em várias cartas dirigidas a familiares e amigos, Eça afirmou que Fradique havia sido criado com pequenas partes de seus amigos e contava, por exemplo, que a sua robustez física havia sido tirada de Ramalho Ortigão. Uma colcha de retalhos em que são encontrados figuras públicas, amigos íntimos e personagens que formaram uma *personalidade* que representava os anseios baseados nas convicções de três jovens artistas que buscavam uma maneira de estar na vida, tanto no campo pessoal, quanto nos rumos de uma sociedade. Já sabemos que Fradique não era inspirado em nenhuma figura específica, mas o que era Fradique Mendes?

O amigo de Gautier era um homem calmo, de constituição sólida e viril; a face, aquilina e grave, lembrava a de um César; a pele branca e fresca emoldurava lábios vocacionados para a ironia e para o amor; os olhos, negros e pequenos, magnéticos e inquisitoriais. As variadas descrições de Fradique que encontramos ao longo da obra queirosiana demonstram a singularidade e o gênio do exímio diletante. Os editores do volume d’*O Mistério da Estrada de Sintra*<sup>5</sup> consultado para este trabalho identificam em nota os autores de cada capítulo e através desse depoimento, escrito em 1947, descobre-se que nos dois capítulos em que Fradique aparece, um foi escrito por Eça – justamente o que mais apresenta pistas da personalidade do personagem – e no último, escrito por Ramalho, Fradique está escrevendo um livro em que pretende espantar a pontapés as correntes literárias dominantes em Portugal. Conclui-se então que além de Eça, Antero e Batalha Reis, Fradique também saiu da pena da “Ramalhal figura”.

Com tantos criadores a criatura foi descrita como filho de uma família velha e rica dos Açores e descendente de navegadores; era íntimo da nobreza europeia, amigo de Baudelaire e Mazzini, lutou na Abissínia e esteve ao lado de Garibaldi na conquista das Duas Sicílias. Para além disso, visitou Victor Hugo em Guernesey. Amante de belas mulheres – de cortesãs a antropófagas – excêntrico, aventureiro, corsário grego, poeta, músico... Fradique era único em sua multiplicidade. Tal multiplicidade foi gerada numa educação plural – um antigo frade beneditino que o introduziu na doutrina, no latim e no “horror à maçonaria”; depois um coronel francês jacobino que lhe apresentou Voltaire e a *Declaração dos Direitos do Homem*; por fim, um alemão que iniciou o jovem Carlos na *Crítica da Razão Pura*.

Fradique estudou na Universidade de Coimbra e na Sorbonne antes de se estabelecer em Paris, onde se tornou célebre como filósofo de *boulevard*. António Sardinha em *O espólio de Fradique*, ensaio contido em *Eça de Queirós “In Memoriam”*, diz que o que havia nele “era um excesso de inteligência – um gosto indominável de análise” (SARDINHA, 1947, p.352). Para Álvaro Lins, o colaborador do marechal-de-campo Napier aproveitou o que havia de melhor em seu século: as peripécias, as excentricidades, a *toilette*, a modulação entre paixão e saciedade nos sentimentos, a paixão por tudo o que era exótico e ainda “a improvisação e superficialidade do

---

<sup>5</sup> Edição da Livraria Lello & Irmão, este volume apresenta como prefácio uma carta escrita em Lisboa no dia 14 de dezembro de 1884 em que autoriza uma nova edição de *O mistério da Estrada de Sintra*. Esta carta é assinada por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.



conhecimento e cultura, a ligeireza, o diletantismo, a fé na natureza, na ciência e na razão e, sobretudo a ausência de fé” (LINS, 1939, p.181).

Com tantos traços de personalidade e minúcias quanto à origem e trajetória de vida, Carlos Fradique Mendes é visto por alguns estudiosos como portador de características heteronímicas. Campos Matos e Joel Serrão definem o personagem como heterônimo coletivo e Matos enumera algumas características: “Farsa, mistificação, exercício de humor e de verve, representação de um ideal coletivo de grupo e de um ideal de época, retrato, em parte, do seu autor e também de vários dos seus amigos” (MATOS, 1988, p. 278). Já Álvaro Lins afirma que “nunca um criador esteve tão distante da sua criatura” (LINS, 1939, p. 173), e Gerardo Moser, no *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, classifica como um pseudônimo aplicado a um grupo de jovens saídos da universidade. João Gaspar Simões chama Fradique de *duplo* de Eça. Mas o termo que entendo ser o que melhor define o personagem é utilizado por Carlos Reis: “condição pré-heteronímica” (REIS, 2000, p. 28).

A concepção literária do segundo Fradique é considerada por Reis como elitista e anti-realista. Nas palavras de Eça, ele é “um resumo da Natureza feito pela imaginação” (QUEIRÓS, 2002, p. 71). Sua personalidade é marcada por posições ideológicas e culturais distantes de outras criações de Eça de Queirós. Seu caráter é contrário ao Eça realista-naturalista, daí o intervalo de cerca de dezoito anos entre as aparições n’*O Mistério da Estrada de Sintra* e a publicação de sua correspondência.

Reis chama a atenção para a autonomia de Fradique em relação ao seu criador e para o fato de não ser visto como personagem de ficção, o que o aproxima “do estatuto e da linguagem da heteronímia” (REIS, 2000, p. 93). Luís Viana Filho reproduz trecho de uma carta de Eça para a mulher, D. Emília, em que ele não esconde o entusiasmo pelo sucesso do seu personagem:

As senhoras em Lisboa estão encantadas com Fradique. De fato Fradique é um sucesso, e ocupa parte de todas as conversações em Lisboa, a ponto de se ouvir esse grande nome por cafés, lojas de modas, peristilos de teatros, esquinas de ruas, etc. O pior é que se crê geralmente que Fradique existiu, e é ele, não eu, que recebe estas simpatias gerais (VIANA FILHO, 1984, p. 273).

Se lembrarmos a carta endereçada a Oliveira Martins em 1885, concluímos que Eça fala de Fradique como se, de fato, ele existisse. Realmente a personalidade de Fradique é tão intensa e sedutora que em vários pontos deste texto trato “o fatal homem dos Açores” como um ser real.

Viana Filho acredita que, pelo conteúdo da carta escrita à mulher, Eça revela uma ponta de ciúme da sua criação e do sucesso que Fradique desfrutava na sociedade lisboeta.

Essa autonomia ideológica faz com que a criatura tenha pensamento próprio e a isso Carlos Reis chama de *fradiquismo* e entende o termo como um dos *ismos* que abundaram na cultura europeia do final dos oitocentos. Mesmo sendo motivado por um intuito crítico, o movimento, acredita Reis, não perde a legitimidade e explica:

O fradiquismo pode ser entendido como alternativa ideológica ao pensamento da Geração de 70, de que o Eça dos anos 80 se ia distanciando, sem assumir claramente esse distanciamento como ruptura: em certa medida, é ao fradiquismo que cabe cumprir essa função (REIS, 2000, p. 93).

Por isso, Fradique seria uma estratégia de abastecer de autonomia alguém que não pode ser considerado um personagem de ficção. Acredito ser o caso de perguntar se Fradique seria uma projeção do homem do século XX. Isabel Marnoto também pergunta: sendo Eça de Queirós um grande escritor, teria ele vislumbrado “alguns *sinais de fogo* que iriam marcar o último século do milênio?” (MARNOTO, 2000, p. 111). Ela acredita que há vários sinais marcantes do século XX encontrados na personalidade do patrão do Smith: o culto da efemeridade, a preferência pela Forma em detrimento da Idéia, o apelo visual, a constante passagem entre culturas, o gosto pela multiplicidade, uma intensa necessidade de percorrer o mundo, a fugacidade da vida, a busca pela informação e pelo conhecimento.

Os mesmos sinais de fogo podem ser detectados em *A cidade e as serras*. Neste romance, Eça criou uma biblioteca para Jacinto com trinta mil volumes na Paris finissecular e o autor comenta a quantidade excessiva de informação na biblioteca do 202: “... porque na sua Biblioteca possuía trezentos e oito tratados sobre Astronomia, e o Saber, assim acumulado, forma um monte que nunca se transpõe nem se desbasta” (QUEIRÓS, 2000, p. 145). Cem anos depois da publicação deste romance, o mundo convive com uma gigantesca quantidade de informação disponível na internet. Fradique recebia com assiduidade “altas rumas de livros enviadas da Casa Hachette, densas camadas de revistas especiais...” (QUEIRÓS, 2002, pp. 72-73). Isabel Marnoto cita George Steiner, que, num livro publicado em 1989, expõe números impressionantes relativos à produção acadêmica no século XX: “Só no campo da literatura moderna calcula-se que as universidades russas e ocidentais somem cerca de trinta mil teses de doutoramento por ano” e conclui que “um mandarinato enlouquecido do comentário infecta o pensamento e a

sensibilidade” (STEINER, 1993, pp. 33-34). Isabel Marnoto sustenta ser o mundo de Fradique, assim como o de hoje, um mundo de transições, instabilidades, e porque efêmero, inseguro.

O século XIX foi um período de enormes transformações políticas e sociais, tocadas pelo impulso da Revolução Industrial, que levou a sociedade oitocentista a enfrentar uma série de estímulos que reconfiguraram a percepção de mundo do homem. O ritmo de vida passou a ser orquestrado de acordo com os velozes (des)compassos das engrenagens do capitalismo industrial e de suas linhas de montagem.

Eça de Queirós era um espectador atento das transformações ocorridas na segunda metade do século XIX e suas últimas obras revelam as preocupações de um homem que viveu essas sensações em Paris. Suas observações corroboram os estudos realizados por pensadores da modernidade que discorreram sobre os conflitos e as dificuldades de adaptação do homem ao modo de vida moderno. Um mundo de estímulos intensos, sensações descartáveis e sentimentos efêmeros que se contrapunham à solidez de outros tempos e esse é um campo fértil para uma figura característica do século XIX: o dândi.

Isabel Pires de Lima registra que Fradique tem uma aguda consciência do caráter perecível de todo ato humano, designadamente o amor. Realmente, tudo na vida é efêmero para o dândi, inclusive a felicidade. Mas o constante empreendimento em busca dos intensos momentos de prazer está fadado ao insucesso. Como *touriste* que é, Fradique persegue o amor enquanto “um perfeito e curto momento de vida” (QUEIRÓS, 2000, p.201). Mas quem diz *touriste*, diz também *flâneur*.

### **1.1 Paris e a *flânerie***

Em “Paris do Segundo Império”, Walter Benjamin refere-se ao *flâneur* como um tipo ocioso que caminha sem rumo certo e se deixa envolver pela cidade para observá-la, encarando-a como paisagem. Paris era a Meca da *flânerie*, cujas ruas transformaram-se em moradia do *flâneur*. Para esta entidade, os letreiros eram tão atraentes quanto uma pintura a óleo decorando uma sala; os muros eram como escrivatinhas onde anotava seus apontamentos; as bancas de jornais, suas bibliotecas. O *flâneur* era um observador nato e essa característica justificava a sua ociosidade, pois, a partir das suas considerações desenvolvia a capacidade de reação frente aos desafios propostos pela metrópole. Captava a essência das coisas para aplicá-las ao seu

comportamento e, assim, mover-se nos diversos estratos da sociedade parisiense com suas ruas frementes de novidades.

Sobre os modos de vida na modernidade industrial, Ben Singer cita Howard Woolston, que, em um ensaio de 1912 no *American Journal of Sociology*, fala em “nervosismo crescente” (apud SINGER, 2004, p. 116) e que, no ambiente em que o homem urbano vivia, produziam-se indivíduos alertas sempre em busca de novas satisfações. Esse carrossel de sensações estimula constantemente uma atenção já esgotada, e só por meio de choques curtos e intensos um organismo cansado se recompõe para novas atividades. Essa estimulação exagerada a que o homem urbano estava sujeito na segunda metade do século XIX está muito presente em *A cidade e as serras*. Jacinto também é um homem com os nervos esgotados por tantos compromissos, imensas atribuições e vários “cargos” em diferentes e esdrúxulas organizações, como a Companhia dos Telefones de Constantinopla, os Bazares Unidos da Arte Espiritualista ou o Comitê de Iniciação das Religiões Esotéricas.

Georg Simmel, no artigo “A metrópole e a vida mental”, confirma essa visão e diz que o homem assumia uma atitude *blasé* em face de um mundo cada vez mais insípido. Nervos superexcitados e esgotados necessitavam de sensações cada vez mais fortes, pois só um estímulo mais forte seria capaz de despertar a percepção. Com isso, a capacidade sensorial alterava-se, tornando-se cada vez mais elástica. O homem urbano se ressentiu desse fato e procurou preservar a sua autonomia frente às forças sociais, culturais e históricas impostas pela modernidade. O dândi exibia essa autonomia através da indumentária. Eça faz referências à *toilette* de Fradique em várias passagens como um instrumento que o individualiza em relação aos demais, e, em uma carta escrita ao seu alfaiate em Lisboa, E. Sturmm,<sup>6</sup> Fradique escreve um tratado sobre a individualidade baseada na indumentária e na influência do vestuário sobre o pensar. Define como banal a sobrecasaca que o alfaiate produz, para *todos* os clientes, e a relaciona ao que há de pior: a figura do conselheiro. Surpreende-se, sobretudo, pelo fato de Sturmm ter nascido em Koenigsberg, “cidade metafísica”, terra natal de Kant e que isso o impediria, em tese, de confeccionar uma sobrecasaca tão conselheira. E finaliza a carta fulminando:

---

<sup>6</sup> Texto publicado em *Cartas inéditas de Fradique Mendes*, edição de Lello & Irmão. Este texto é acompanhado por uma nota escrita por Eça de Queirós que conta que esta carta foi-lhe entregue por Marcos Vidigal, primo de Fradique, ao saber que Eça trabalhava na publicação da correspondência do seu parente. Segundo Eça, nunca houve um alfaiate com este nome em Lisboa.

Dentro dessa confecção banalizadora e achatante, o poeta perde a fantasia, o dandy perde a vivacidade, o militar perde a coragem, o jornalista perde a veia, o crítico perde a sagacidade, o padre perde a fé – e, perdendo cada um o relevo e a saliência própria, fica tudo reduzido a esse cepo moral que se chama conselheiro! A sua tesoura está assim mesquinhamente aparando a originalidade do País! Você corta, em cada casaco, a mortalha de um temperamento. E se Camões ainda vivesse – e V. o vestisse – tínhamos em lugar dos Sonetos, artigos do Comércio do Porto (QUEIRÓS, s/d, p. 47).

Conforme observado por Colin Campbell em *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*, o consumo no século XIX era identificado por ser um consumo de luxo. O termo comporta as definições de supérfluo e agradável. A primeira é um desejo acrescentado à carência e um contraste entre esta e a necessidade. Já a segunda definição refere-se mais às atividades. É uma experiência sensorial e, assim como o supérfluo, subjetiva. Ambos variam ao longo do tempo e entre indivíduos e grupos, mas o luxo está relacionado com o prazer, e a busca do prazer implica certos estímulos para justificar a sua realização.

Fradique viajou pelo mundo, conheceu seitas exóticas, lutou em guerras remotas e se permitiu experimentar tudo o que a vida lhe proporcionava, sempre em busca de novidades e de novos estímulos. Reforço a afirmação de que a sociedade oitocentista era hiperestimulada e, em qualquer época, com o passar do tempo, esses estímulos precisam ser mudados continuamente, pois, se permanecerem estáticos, rapidamente deixam de cumprir o seu objetivo. Campbell exemplifica essa questão com uma nota musical. Por mais bela que seja, se for mantida indefinidamente sem variação de volume ou intensidade, despertará no ouvinte um enfado crescente. Essa nota musical era um estímulo agradável, mas a repetição tornou-a uma sensação desarmoniosa provocando o tédio.

Durante a modernidade industrial, a disciplina foi aplicada à produção fabril como forma de organizar a atividade e aumentar a produtividade. O dândi reagia a essa organização. Na Paris do século XIX, a vida adquiriu outro andamento no Segundo Império. O governo de Napoleão III foi ditatorial, modernizador e procurou promover o desenvolvimento econômico.

Carlos Luís Napoleão Bonaparte foi imperador da França entre 1852 e 1870. Antes foi deputado e presidente por força das urnas. Insatisfeito com as limitações do poder democrático de então, organizou reformas que culminaram com uma nova Constituição que lhe concedeu poderes ditatoriais por dez anos. Arrivista que era, procurou marcar sua passagem pelo poder com obras luxuosas. Calou consciências e bloqueou protestos de liberais na França e no exterior. No final de

1852, convocou – com o apoio da burguesia – um plebiscito que restituiu a monarquia e adotou o título de Imperador Napoleão III.

Nos primeiros seis anos de governo exerceu poder absoluto, mas as pressões sofridas pelos liberais levaram-no a conceder certas liberdades que culminaram no período conhecido como Império Liberal, compreendido entre 1867 e 1870. Vianna Moog diz que durou tanto no trono que acabou acreditando ser um grande homem. É nessa parte final de seu governo que Eça e seus amigos de Cenáculo estabelecem na capital francesa o primeiro Fradique.

Durante o seu governo, Napoleão III utilizou um vasto espectro de representantes da sociedade francesa para manter o poder. A *Sociedade de 10 de Dezembro* estava entre as que apoiavam o novo monarca e reunia, em seus quadros, burgueses e operários. Benjamin cita a observação feita por Marx: “toda a massa indefinida, diluída e disseminada por toda a parte, a qual os franceses denominam a *boêmia*” (apud BENJAMIN, 1989, p. 10). Quando andava às voltas com idéias revolucionárias, que visavam a sua subida ao poder, Luís Napoleão freqüentou reuniões conspiratórias de toda sorte em busca do seu intento. Os encontros eram irregulares e os locais preferidos para as reuniões eram as tavernas. Aproveitando os novos tempos, esses revolucionários projetavam bombas incendiárias e máquinas de alto poder destrutivo, numa abordagem literal para Revolução Industrial.

Esse tipo de reunião não era estranho a Eça de Queirós. Desde Coimbra, Eça esbarrou em diferentes revolucionários alimentados por Proudhon, Marx e Michelet, entre outros. Antero, Oliveira Martins, Vieira de Castro, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Augusto Soromenho, Adolfo Coelho e Batalha Reis são alguns dos nomes de uma extensa lista. Vianna Moog conta que um deles, José Fontana, não faltava às reuniões do Cenáculo. Sempre vestido de preto, cumprimentava a todos na chegada e mantinha-se quieto num canto. Quando ficava a sós com seus camaradas de confiança, garantia: “Para a semana... sabem? Para a semana sem a menor dúvida, rebenta *ela...*” (MOOG, 1966, p. 96).

Eça freqüentava as reuniões, mas, assim como Marx, criticava a anarquia da boêmia. Havia socialistas, republicanos e demagogos – no sentido oitocentista da palavra – mas nem sombra de operários. Se aquele era o modelo de conspiração, Eça preferia as recepções mundanas como campo de batalha contra a burguesia. Essa preferência estabeleceu os alicerces de sua obra e ele se assumia como um autor dos salões porque exerceu o cargo de administrador de concelho, foi diplomata na França e na Inglaterra, casou com uma irmã do conde de Resende e andava em

companhia de famílias ligadas à nobreza. Nas recepções que freqüentava tinha o hábito de escancarar os paradoxos do casamento, escandalizar as senhoras e irritar os maridos. Mesmo assim, não deixou de se movimentar com os velhos companheiros, e as Conferências do Casino e toda a sua produção literária provam que não abdicara da luta.

Os conspiradores do Segundo Império seguiam num andamento semelhante. Preocupavam-se demasiadamente com as futuras ações e não com o esclarecimento dos trabalhadores acerca de seus ideais. Charles Baudelaire seguia mais ou menos a mesma cartilha. Tanto podia apoiar o clero quanto uma insurreição e suas opiniões apontavam fragilidade nos fundamentos. Ficou famoso em Paris um protesto em que, empunhando uma espingarda, bradou: “Abaixo o general Aupick” (BENJAMIN, 1989, p. 11). O general em questão era seu padrao. Benjamin cita Flaubert para justificar o poeta provocador: “De toda política só entendo uma coisa: a revolta” (BENJAMIN, 1989, p. 11).

O autor d’*O Poema do Haxixe* queria despejar a sua fúria através dos livros com o intuito de atçar a raça humana contra si próprio. Mas prometeu à mãe, em uma carta de dezembro de 1854, que seu nome jamais apareceria nos “registros infames” da polícia (BENJAMIN, 1989, p. 12). Contraditório o “maganão das Flores do Mal”. Mas a contradição é uma característica que todo dândi cultivava com zelo.

Para Fradique, o francês, muito intelectual, estava mais para psicólogo do que para poeta, pois a poesia exige emoção e o “maganão” não passava de um “dissecador sutil de estados mórbidos”. Comparava-o a um patologista que, com o coração saudável, descrevia numa folha de papel as perturbações de uma lesão cardíaca. O poeta das “Lapidárias” justificava essa observação afirmando que Baudelaire escreveu as *Flores do Mal* primeiro em prosa, para depois, com a ajuda de um dicionário de rimas, passar a obra para verso. Essa era uma das maneiras que faziam de Carlos Fradique Mendes um homem original. Não tinha o menor pudor em expor as suas idéias, principalmente as mais polêmicas, não importando a quem as dirigia.

Fradique não atacava o poeta e conspirador francês à toa. Benjamin lembra que, quando Napoleão liderou o golpe de estado que o levou ao poder, Baudelaire ficou indignado, mas depois de analisar os acontecimentos “do ponto de vista providencial”, acatou-os como se fosse um monge. O novo imperador foi o incentivador do movimento *l’art pour l’art* e o poeta das *Flores* via na ruptura com essa corrente uma postura a ser adotada.

Desde a década de 1830, a atividade literária ocupava as páginas dos diários. A imprensa – marcada por fortes e justificadas desconfianças – passou a ser a arena de debates da sociedade e já no final do Segundo Império surgiram em Marselha e em Paris dois volumes das *Revistas Parisienses*, veículo que chegou para fazer frente às leviandades das informações históricas e às dos folhetins. A informação saía dos cafés em Paris e a rua fornecia a matéria-prima para os periódicos. Era nos cafés que a informação se oferecia ou na forma de boatos ou na boca das *cocottes*. Para obtê-la, os redatores dirigiam-se ao *boulevard*. Eça manifestou o seu desencanto com o rumo da França em sua conferência sobre o realismo, segundo reprodução de Viana Moog:

O segundo império dá-nos os cétricos corrompidos, materialistas; sobe a política boêmia e explora o povo. O egoísmo, o amor ao dinheiro, são a palavra de ordem em todos os ramos da atividade; o luxo afoga a dignidade; não há moral nem consciência; a política domina tudo, nasce o mundo odioso das *cocottes* e dos *petits-crèves* – mundo que há pouco fugia em presença dos prussianos e contemplava, como um espetáculo de prazer a destruição de Estrasburgo. Aparece a literatura devassa do boulevard, que se sintetiza na ostentação da impudica Rigolboche (apud MOOG, 1966, p. 144).

Nas avenidas, o literato passava o seu tempo ocioso. Passeando, vagando, flanando. Para este tipo, a diversidade da vida só poderia ser desenvolvida sobre os paralelepípedos e as calçadas largas da capital francesa. Com o surgimento do Segundo Império, as lojas localizadas nas principais ruas não fechavam antes das 22 horas – o que significou um grande apoio para a *flânerie* e para o comércio de bens luxuosos. Mas a *flânerie* também se aprimorou graças às galerias parisienses. Benjamin reproduz um trecho de um guia ilustrado de Paris datado de 1852:

As galerias, uma nova descoberta do luxo industrial, são caminhos cobertos de vidro e revestidos de mármore, através de blocos de casas, cujos proprietários se uniram para tais especulações. De ambos os lados dessas vias se estendem os mais elegantes estabelecimentos comerciais, de modo que uma de tais passagens é como uma cidade, um mundo em miniatura. (BENJAMIN, 1989, p. 35).

Com a *flânerie* surge uma literatura panorâmica que teve como veículos maiores de divulgação os fascículos chamados de “fisiologias”. Essas edições apresentam os tipos que habitam as calçadas da capital francesa. Depois dos homens, as fisiologias consagram a cidade com títulos como *Paris à Noite*, *Paris à Mesa*, *Paris Casada*, etc. Daí passaram a abordar os povos e os animais. O que importava era a inofensividade do teor. O texto desfilava pelas páginas assim como o autor pelas avenidas, galerias e salões. Era o mundo de Fradique e que Eça de



Queirós conheceu tão bem. Um mundo raso de idéias em que não havia questionamentos substanciais.

Aliás, o “maganão” mantinha uma mágoa em relação a Bruxelas por causa da falta de vitrines na capital belga. Para ele, a *flânerie* era amada pelos povos criativos e em Bruxelas “não há nada a ver, e as ruas são inutilizáveis” (BENJAMIN, 1989, p. 47). Benjamin diz que Baudelaire adorava a solidão, desde que a desfrutasse no meio da multidão. Baudelaire chama o *flâneur* de príncipe que se faz incógnito, apesar deste precisar de espaço livre para não prejudicar a sua observação e a sua privacidade. Este observador é uma espécie de detetive cuja ociosidade não lhe fica mal.

Em tempos de liberalismo, a ociosidade não era a mais bem vista das formas de vida – excetuando, é claro, aos olhos do dândi. O dândi é aquele que se destaca no meio dos outros. Assim age o *flâneur*. Ao observar é que consegue se destacar. Se ao contrário disso ele se surpreendesse com o material de observação, deixaria de ser um *flâneur* para ser um basbaque. O *flâneur* sempre está ciente da sua individualidade, enquanto que o basbaque é absorvido pela multidão ao ser surpreendido.

## 1.2 O dândi e a efemeridade

Fradique amava o passado e considerava que o verdadeiro Portugal havia desaparecido. Considerava que a perda da tradição diminuía o mundo e banalizava a vida. Lamentava, com provocação e ironia para com os amigos liberais portugueses, o desaparecimento de velhos costumes fidalgos do tempo do rei D. João V. E a ironia era, para ele, uma maneira de manifestar a sua portugalidade. Sua correspondência era despachada de Lisboa, do Minho e há referências à sua predileção pelo Ribatejo. Não era, portanto, avesso às coisas de Portugal, mas tinha tal ironia em relevo como traço de sua personalidade.

Assim como o apego ao passado, a ironia é uma característica fundamental no dândi, segundo Isabel Pires de Lima, no artigo “Fradique e o dandismo”. É com ela, e com o cinismo, que este ente que parece emergir de tempos imemoriais desmascara a sociedade moderna. Porém, com os olhos sempre voltados para o futuro.

Mas esse apego ao passado não ficava restrito a Portugal. Amante da arqueologia, Fradique lastimava a decadência do Oriente. Era contra a modernização da Terra Santa pela

construção da ferrovia entre Jafa e Jerusalém. Para ele, era necessário preservar a mitologia cristã, mesmo sendo um descrente. Descrente no homem, na vida e em qualquer tipo de salvação. Mesmo assim, dizia adorar a vida e, assim, adorar tudo. Não devemos nos esquecer que ele mantinha sobre sua mesa-de-cabeceira um exemplar de Darwin e outro do Padre Manuel Bernardes, um escritor que privilegiava a emoção na sua crítica aos costumes de seu tempo. Natural em um homem que era “todo análise”.

Um insatisfeito, uma alma tumultuosa, mas que não deixava de sorrir mesmo no sofrimento. Esse estado de espírito que se manifesta no poeta das “Lapidárias” fica evidente na sua opinião a respeito da efígie dos donos do poder na Europa. Sendo ele um herói que emerge do passado trazendo consigo referências sobre perfis cunhados, ele lamenta a “fealdade tacanha” do rosto dos poderosos. O czar da Rússia tinha “um carão parado e afável que podia ser o do seu copeiro-mor”; Bismarck ostentava um “focinho de buldogue acorrentado”; Napoleão III apresentava um “perfil sorno, oblíquo e bigodoso” (QUEIRÓS, 2002, p. 124).

No estudo “A correspondência de Fradique Mendes: o brilho do efêmero”, verbete do *Suplemento ao dicionário de Eça de Queiroz*, Isabel Marnoto lembra que Fradique é um homem que prefere a forma à idéia e que o mundo dele é efêmero. As diversas alusões a flores contidas no livro e as reflexões sobre a brevidade da vida confirmam essa idéia de transitoriedade. E o poeta das “Lapidárias” é um homem que corre de amor em amor da mesma forma que atravessa continentes, converte-se ao babismo e envolve-se em conflitos. Sempre movido pelas “necessidades de certeza”. Mas nessas buscas, o Leão Português sempre deixa claro que as fronteiras existem.

Fradique é um feroz defensor da nacionalidade. Quando se tornava urgente “retemperar a fibra”, gostava de percorrer a província portuguesa a cavalo. De preferência pelo Ribatejo, torrão da tauromaquia lusitana. Dizia que cavalgar com os ares matinais no meio da boiada o fazia sentir a verdadeira delícia de viver. Mas o traço nacional era aplicado também à língua. Em carta a Madame S. exerce aquilo que chama de “diletantismo das idéias” e elabora um tratado em defesa do sotaque carregado ao falar uma língua estrangeira. Para ele, o poliglota não é um patriota e o homem só deve falar com pureza a sua língua natal, a qual atribui a verdadeira nacionalidade. De fato, o sotaque irretocável só interessa ao espião, e, como dândi que era, Fradique não poderia jamais exercer um cargo que exigisse tanta discrição – atitude dificultada para quem mantinha em seus armários uma cabaia de mandarim de seda verde bordada com flores de amendoeira.

A *toilette* de Fradique é sempre impecável e original. A indumentária era importante item que distinguia o dândi do comum dos mortais. E se para obter essa distinção fosse necessário gastar horas para dar o nó na gravata, melhor seria, pois o laço perfeito era aquele que parecia ter sido executado às pressas – o que, por um lado, demonstrava desprezo pela importância ao tempo dada pelo burguês e, por outro, permitia uma garantia de originalidade no vestir.

Em *Homo Ludens*, o historiador holandês Johan Huizinga afirma que o século XIX foi extremamente sisudo e essa característica ficou refletida em todos os segmentos da cultura, fosse nas artes, na ciência, na filosofia, na economia ou na moda. Para Huizinga, o desaparecimento de traços imaginativos e fantasiosos na indumentária masculina é um indício incontestável da eliminação do aspecto lúdico na vida social. As calças compridas utilizadas por camponeses e pescadores passaram a vestir a nudez dos cavalheiros, tornando o vestuário dos elegantes “cada vez mais amorfo e incolor, sujeito a cada vez menos transformações” (HUIZINGA, 2005, p.214).

Através da eliminação de características militares da vestimenta, o homem deixou de brincar de herói, sendo a cartola o emblema da sua moderação. Os tecidos finos foram substituídos por grossos panos escoceses e a casaca foi condenada a vestir os empregados de restaurante. Huizinga afirma que o nivelamento e a democratização da elegância masculina é resultado de uma “transformação espiritual e social ocorrida desde a revolução francesa” (HUIZINGA, 2005, p. 214). E é contra essa democratização da individualidade que o dândi se rebela.

O dândi recusa o anonimato e gosta de surpreender. Para ele, a elegância surgia de uma simples equação matemática: a soma de método e acaso. E foi por conta desse apego à elegância e ao estilo que Fradique morreu no inverno de 1888, ao recusar a proteção da peliça de um “oficial catarroso”. Desprotegido em nome da vaidade e do horror em usar uma vestimenta semelhante à do militar, o herói adoeceu e morreu, confirmando o ditado português que diz que “a peneira não sente frio”, alusão ao pouco caso dos vaidosos em relação às condições climáticas, o que explica a verdadeira razão que deveria constar no atestado de óbito do rebelde poeta das “Lapidárias”.

Assim como Eça e seu grupo de amigos, esse círculo de intelectuais firmou posição contrária à vida burguesa e ao poder que dela emanava nas Conferências do Casino. A crise econômica que atingiu a Europa chegou a Portugal e fragilizou mais ainda o liberalismo português já bastante abalado pelo descrédito que sofreu depois dos diversos arranjos e da

política de rotatividade promovida por regeneradores, históricos e reformistas. Liana Flosky Manno lembra que essa geração não queria ser cúmplice, não queria pactuar com a paz regeneradora. A Geração de 70 lutava contra a mentalidade vigente e se oferecia como alternativa para a sociedade. Para isso, estava disposta a lutar contra os barões, que Garrett já denunciara, utilizando as novas armas e o estilo de vida de que dispunham.

Em seu horror ao burguês, o dândi expõe a sua rebeldia. Seja o desprezo pelo tempo manifestado na interminável confecção do laço perfeito de uma gravata ou na excentricidade dos costumes, como no passo sobre a múmia presa na alfândega ou ainda na nostalgia e na forma de marcar a diferença entre a sua postura e a dos burgueses. Essas passagens demonstram os traços de um antagonismo feroz. E o dândi é fascinado pelo animal selvagem.

O selvagem é a negação àquela civilização, pois o animal domina o ambiente em que vive estabelecendo o próprio ritmo. A elegância do dandismo está baseada no comedimento e na surpresa, maneira pela qual procura reconquistar o lugar do natural numa sociedade que considerava artificial. E para combater esse artificialismo de uma sociedade que ignorava o natural, só o artifício para preservar o natural. É muita contradição. Até mesmo para um dândi. Para realizar essa tarefa, era necessário encontrar o animal que existe dentro do homem. Benjamin lembra a pergunta feita por Baudelaire:

O que são os perigos da floresta e da pradaria comparados com os choques e conflitos diários do mundo civilizado? Enlace sua vítima no boulevard ou traspasse sua presa em florestas desconhecidas, não continua sendo o homem, aqui e lá, o mais perfeito de todos os predadores? (apud BENJAMIN, 1989, p. 37).

Fradique, em carta a Oliveira Martins, diz que “as únicas fisionomias nobres são as das feras, genuínos Rameses no seu deserto, que nada perderam da sua força, nem da sua liberdade” (QUEIRÓS, 2002, p. 127) e compara o homem moderno a um “pobre Adão achatado entre as duas páginas de um código”. O homem que não acreditava em nenhuma forma de salvação e que era devoto de Nossa Senhora da Razão mantinha vivas em seu repertório as referências bíblicas da avó, D. Angelina Fradique, tradutora de Klopstock – o autor de epopéias religiosas.

E pela alusão religiosa Fradique Mendes considerava as mulheres organismos superiores e divinamente complicados. *A Correspondência* apresenta diversas figuras femininas ao longo da vida do protagonista. Clara, Libuska, Madame S., Condessa de La Ferté, Ana de Leon e Jeanne Morlaix – a quem Eça chamou de ninfa e teceu uma ode em elogio à sua beleza. Esboçou

inclusive uma fantasia pagã em que pretendia reservar ao amigo um “providencial enlaçamento de átomos” (QUEIRÓS, 2002, p. 42). Fradique não esqueceria jamais a intenção e mesmo dono de opiniões polêmicas e originais, entregou-se por um pequeno e delicado suborno. Ainda mais porque o agrado envolvia questões de amor. Eça registrou a gratidão do amigo:

Muitas vezes, no decurso da nossa convivência, Fradique aludiu gratamente a essa minha encantadora intenção de lhe atar, em torno do pescoço, os braços de Jeanne Morlaix. Fora ele cativado pela sinuosa e poética homenagem que eu assim prestava às suas seduções de homem? Não sei. Mas, quando nos erguemos para ir ver as iluminações do Beiram, Fradique Mendes, com um modo novo, aberto, quente, quase íntimo, já me tratava por você (QUEIRÓS, 2002, pp. 42-43).

Fradique descobrira Clara de passagem. Estava em companhia de Libuska, mas não deixou de notar a loura e clara figura que logo o seduziu. Com um certo ar indolente, viu nesta mulher uma oposição à maneira de ser da sua acompanhante. Buscou o auxílio da madrinha para providenciar um encontro.

Freud diz que “os instintos do amor são difíceis de educar” (FREUD, 1973, p. 88) e insere esse instinto nas ambições de uma civilização que o pretende inatingível. Como sedutor e aventureiro que era, Fradique apreciava a conquista. Não sabia quem era a mulher que observara com rigor. Descrevia o vestido, o corpo e até as pestanas. Fazia a tradicional comparação com o passado e a semelhança com as damas do século anterior foi motivo de satisfação.

Na carta à madrinha explica o fato de ter deixado passar a oportunidade de uma apresentação como um requinte de quem caminha rumo à felicidade. O obstáculo dava o picante necessário para acender a paixão e gosto pela conquista. Prorrogar como nos tempos do rei Artur. Liana Flosky Manno lembra que no romantismo o homem acreditava na possibilidade de alcançar a plenitude no amor, mas ressalta que os romances do final do século XIX questionam valores tidos como definitivos e que eram considerados a salvação dos homens. Vivia-se uma crise moral e não só intelectual.

Os esforços da Igreja para reprimir a sociedade oitocentista, com o apoio do poder estabelecido, levaram o homem desse século a uma situação em que ou ele sucumbia à culpa ou aceitava as regras desse jogo. Liana Manno lembra que Flaubert reconheceu a neurose como o mal do século. Suas vítimas não se enxergavam como eram, mas sim como desejariam ser.

Fradique não padecia com esses escrúpulos. Espírito livre de culpas e arrependimentos, percorria alcovas como se fossem continentes e descartava amantes como quem troca de sobrecasaca. Sempre (des)preocupado em manter a sua agudeza crítica, a sua autonomia

intelectual, a sua originalidade pessoal, a sua individualidade diante de um século que deu os primeiros passos rumo à democratização dos costumes.

O século XIX foi um tempo de conquistas efetivas, mas quem viveu esse período o entendia muitas vezes como um século de poucos avanços: os Vencidos da Vida e os da Geração de 70, por exemplo, depositaram muitas expectativas naquele tempo que, como todos os outros, obedece a um determinado ritmo, marchas e contramarchas próprias das sociedades em geral.

O fradiquismo é a configuração do diálogo de um autor com o seu tempo. Um tempo de enormes transformações e de avanços e recuos no campo da política, nas relações sociais, na ciência, na filosofia e na literatura. Um tempo em que um observador agudo como Eça de Queirós percebeu ser a base de uma nova ordem para a sociedade do século seguinte e via esses acontecimentos finisseculares com o pessimismo natural de quem vive determinada época e apresenta dificuldades para reconhecer os avanços testemunhados por si próprio.

*“E todavia o Homem só vale pela Vontade – só no exercício da Vontade reside o gozo da Vida.*

*(A ilustre Casa de Ramires)*

*“E nada mais instrutivo e doloroso do que este supremo homem do século XIX, no meio de todos os aparelhos reforçadores dos seus órgãos, e de todos os fios que disciplinavam ao seu serviço as Forças Universais, e dos seus trinta mil volumes repletos do saber dos séculos – estacando, com as mãos derrotadas no fundo das algibeiras, e exprimindo, na face e na indecisão mole de um bocejo, o embaraço de viver!”*

*(A cidade e as serras)*

## 2. O ÚLTIMO EÇA

Tendo sido acusado desde sempre de antipatriota, Eça de Queirós publicou em sua última fase livros que mantêm as suas convicções acerca das idiossincrasias da sociedade portuguesa, mas que também demonstram uma aceitação das coisas como elas eram. Eça jamais brigou com o seu país para haver uma reconciliação. Portanto, essa reconciliação é simbólica e deve ser vista mais como um entendimento.

Carlos Reis afirma em *Eça de Queirós consul de Portugal à Paris* que 1888 foi um ano crucial para a literatura queirosiana. Neste ano foi publicado em dois volumes *Os Maias*, a sua obra-prima, e nas páginas d'*O Repórter* ressurgiu um personagem único na extensa galeria do autor d'*O Mandarim* e que anunciou a heteronimidade pessoana do século seguinte: Carlos Fradique Mendes.

Segundo esquema cronológico organizado por Campos Matos, além d'*Os Maias* e de Fradique (ambos em 1888), Eça publicou no ano seguinte as edições finais de *O Mandarim* e de *O crime do padre Amaro* e lançou a *Revista de Portugal*; em 1890, supostamente, de acordo com Campos Matos, Eça escreveu o manuscrito de *São Cristóvão*, e lançou o primeiro volume de *Uma campanha alegre* (*As Farpas* totalmente refundidas, é bom frisar), para um ano depois publicar o segundo volume; entre 1892 e 1896 escreveu os contos “Civilização”, “A Aia”, “Frei Genebro” e “O Tesouro” (estes dois últimos em 1894), “O Defunto” e a homenagem póstuma a Antero de Quental, “Um génio que era um santo”, um texto importantíssimo para a compreensão de toda a obra queirosiana.

Em 1897 publicou na *Revista Moderna*: “A Perfeição”, “José Matias” e começou a publicar *A Ilustre Casa de Ramires*. Em 1898 foi a vez de “O Suave Milagre”. E deixou três romances que só foram editados em livro após a sua morte: em 1900 *A correspondência de Fradique Mendes* e *A ilustre Casa de Ramires* (cuja publicação não se conclui na *Revista Moderna*)<sup>7</sup> e em 1901 *A cidade e as serras*. As obras finais do escritor deixam bem claro a sua mudança de entendimento do mundo e das pessoas. *A correspondência de Fradique Mendes* ainda mantém o tom das críticas à sociedade portuguesa, mas já fica evidente o reconhecimento das qualidades lusitanas, sobretudo do velho Portugal; mas em *A cidade e as Serras* e em *A*

---

<sup>7</sup> Ver a dissertação de mestrado de Cíntia Pinheiro intitulada *A Revista Moderna: fatos e retratos de um século que termina (1897-1899)*.



*ilustre Casa de Ramires*, Eça admite as deficiências do mundo civilizado e reconhece as qualidades do seu país no tal movimento que alguns pesquisadores encaram como de reconciliação.

Reconciliação ou entendimento, o que importa é que Gonçalo Mendes Ramires é uma metáfora para o momento que o país vivia – a ferida provocada pelo Ultimatum ainda não havia cicatrizado. O protagonista d’*A Ilustre Casa de Ramires* buscava trilhar o seu caminho diante do mundo que se apresentava. Portugal, dono de uma história de conquistas e feitos memoráveis, sentia-se sem rumo naquele final de século, assim como o Fidalgo da Torre. Carlos Reis, n’*O essencial sobre Eça de Queirós*, entende que aqui se percebe “uma reelaboração e aprofundamento do Realismo crítico” (REIS, 2000, p. 33) porque a reflexão crítica aplicada pela Geração de 70 intentava revitalizar as consciências cultural, cívica e histórica de Portugal, e n’*A ilustre Casa de Ramires*, o autor utiliza a história para “superar uma visão estática e nostálgica do passado nacional” (REIS, 2000, p. 34) em contraposição à nostalgia sentimentalista do ultraromantismo.

O outro foi Jacinto, o personagem supercivilizado de *A cidade e as Serras*. Português nascido em Paris, neto de um miguelista, Jacinto fora outrora um entusiasta da civilização, mas os constantes estímulos a que um habitante da cidade estava exposto o tornaram um homem sem fibra, entediado e sem expectativas. Carlos Reis vê esta obra mais distante do realismo, entretanto, é um testemunho determinante sobre as preocupações de um artista com o destino de uma civilização entediada, mas que se anunciava perfeita. Jacinto recupera o entusiasmo que Paris debilitou ao entrar em contato com as suas origens serranas naquele “solo eterno, e de eterna solidez” (QUEIRÓS, 2000, p. 247), apontando que as sensações intensas e transitórias da grande cidade nada significavam frente à perenidade daquela serra.

Ambos, por fim, construíram o futuro a partir do passado, uma vez que o presente os oprimia. No caso de Gonçalo, sem perder as raízes; no de Jacinto, a partir do seu estabelecimento na terra dos seus antepassados e o conseqüente conhecimento do torrão natal. Carlos Reis ressalta a importância da temática da família na obra queirosiana e cita como exemplos *O primo Basílio*, *Alves & Cia*, *Os Maias*, *A ilustre casa de Ramires* e *A cidade e as serras*. Reis aponta que em *A ilustre casa...* a família acompanha desde o início a história portuguesa para chegar ao século XIX apática e sem perspectivas futuras; e a revitalização de Gonçalo (assim como a de Jacinto) “deixa transparecer um sentido de superação do pessimismo suscitado pela crise da família, nas

várias acepções em que ela pode ser entendida” (REIS, 2000, p. 48). Creio que podemos ver a família em ambos os casos como uma representação da sociedade portuguesa, que vivia à sombra dos tempos gloriosos do passado e não conseguia se posicionar na Europa finissecular.

Gonçalo e Jacinto são duas propostas que Eça de Queirós fez a Portugal motivadas pelas circunstâncias históricas e pelo conhecimento que adquiriu percorrendo as capitais do mundo civilizado nas suas atribuições consulares. Carlos Reis lembra que Eça testemunhou uma enorme variedade de idéias, valores e transformações que a vida social oitocentista conheceu em suas últimas décadas e que a sua atividade profissional permitiu que esse testemunho fosse profundo o bastante para que “do diálogo com esse tempo resultasse a representação de temas não raro em directa conexão com transformações ideológicas intensamente vividas na época” (REIS, 2000, pp. 39 e 40). Ora, em 1874, Eça já havia se estabelecido na Inglaterra e a partir daí começou a circular com maior freqüência pelas duas grandes capitais do mundo – Londres e Paris – presenciando os movimentos provocados pelo progresso e as conseqüências exercidas sobre os habitantes dessas cidades. Convém recordar que, já em *Os Maias*, Maria Eduarda critica as duas cidades ao dizer que, em Londres, as criancinhas padecem com o frio e com a fome; já Paris reduz-se ao *boulevard*.

Assim, a ficção do autor de “José Matias” foi capaz de forjar personagens, sejam eles protagonistas ou figuras secundárias, corretamente contextualizados nos movimentos culturais e com o estado de espírito de seu tempo. E esse tempo foi um período conturbado tanto no plano político quanto no institucional. Para ilustrá-lo, Eça entrelaçou a história da família Ramires com a de Portugal, expondo uma debilidade originada, entre outras ocorrências, na decadência econômica de uma nobreza que não havia se adaptado aos novos tempos e associou o mal de Jacinto aos excessos da civilização. Duas situações distintas, mas com um mesmo resultado: crise de vontade, melancolia, diletantismo e aturdimento diante de um mundo mal interpretado.

Um Gonçalo à espreita por uma oportunidade que caísse do céu para sair da difícil situação em que se encontrava já que não era capaz de tomar decisões; um Jacinto amolecido pelo conforto, entediado com tantos afazeres e máquinas com as mais diversas funções. Um olhava para a Torre, o outro olhava para o mundo – Paris – a partir do “mirante envidraçado” no telhado do 202. Neste capítulo estudaremos estes dois senhores: o Príncipe da Grã-Ventura e o Fidalgo da Torre.

## 2.1 O farol

Tructesindo vingou a morte do filho Lourenço com rara crueldade; Lopo levantou-se da campã e montou num ginete morto para guerrear; Gutierres recusou o ducado de Galiléia; o capitão Baltasar veste a armadura e, na proa, afunda em silêncio com a nau sob seu comando; Paulo lutou em Alcácer-Quibir e mesmo não estando ferido, mas com a batalha perdida atirou-se aos mouros porque El-rei já não vivia, bradando: “Vai-te, alma, que já tardas, servir a de teu senhor!” (QUEIRÓS, 2003, p. 7). Todos estes senhores (citados acima) são os avós remotos de Gonçalo Mendes Ramires.

Entre os Ramires históricos havia lendas, batalhas, heroísmo, honra, orgulho e fidelidade. De um clã mais antigo que o reino, esses ricos-homens estiveram presentes nos grandes momentos da história portuguesa. Cada um deles contribuiu para a construção de Portugal fazendo aquela família conhecida, respeitada e temida em todo país. A Torre de Santa Ireneia testemunhou essa trajetória heróica. Gonçalo Mendes Ramires era o último da nobre linhagem. Mas ele é um homem diferente dos seus antepassados.

Empresta a égua para um lavrador, mesmo que para isso tenha que caminhar; entre seus amigos, um é empregado de farmácia – e fadista; acolhe o filho doente de um homem que o agrediu, foge diante de qualquer forma de violência, e desconhece os bons sentimentos que desperta nos outros. Gonçalo é o Portugal que n’*A cidade e as serras* Zé Fernandes preconiza em Paris, um país em que os pobres têm sempre uma tia Vicência que os proteja da fome – confirmando o ponto de vista de Miguel Real em *O último Eça*, que afirma que este período tem entre as suas características a “solução política e civilizacional promotora do ‘pão’ e da ‘casa’ para todos” (REAL, 2006, p. 135).

O passado exuberante da família não faz de Gonçalo um homem independente. É um herdeiro que quer construir o seu próprio rumo, mas não sabe como fazê-lo porque a liberdade é fruto de uma conquista e não característica hereditária. No artigo *A ilustre casa de Ramires e a Balada Romântica*, Fátima de Freitas Morna diz que a trajetória de Gonçalo Ramires é “um percurso de apropriação de si mesmo e do mundo, de valores e motivações, feito de avanços e recuos, ao qual nem falta o ingrediente indispensável do afastamento da casa paterna” (MORNA, 2000, p. 334). É impossível para ele manter-se à altura dos gloriosos avós, segundo os valores

medievais. É bom ressaltar que a dita degradação dos homens da casa de Ramires não começou com Gonçalo. O pai dele também não era exatamente um grande homem. O próprio Gonçalo admite isso quando discute com João Gouveia sobre o governo de André Cavaleiro. Diz assim o Fidalgo:

Dizer você, Gouveia, que Oliveira nunca teve governador civil como o Cavaleiro!... Não é por meu pai! O papá já lá vai há três anos, infelizmente. Concorde que não fosse boa autoridade. Era frouxo, andava doente... Mas depois tivemos o visconde de Freixomil. Tivemos o Bernardino. Você serviu com eles. Eram dois homens!... (QUEIRÓS, 2003, pp. 37 e 38).

Portanto, Gonçalo não reconhecia no pai – nem nele próprio – uma figura como a de Tructesindo. Carlos Reis, em *O essencial sobre Eça de Queirós*, lembra que, além da linhagem e do sentido histórico, Gonçalo exhibe a sua debilidade através da decadência econômica, da crise de vontade e do diletantismo. Aquilo que Fernando Taveira da Fonseca chama de “progressiva degradação da situação econômica da alta nobreza, expressa num endividamento crônico e progressivo” (FONSECA, 1998, p. 463) fica patente quando Gonçalo trata com o Casco sobre o arrendamento da propriedade para depois mudar de idéia diante da melhor proposta do Pereira. Gonçalo é sustentado pelos avós. Afinal, o dinheiro que o mantém vem do arrendamento das terras que herdou. O Fidalgo da Torre é um herdeiro que vê, aos poucos, os seus rendimentos caírem, mas ele não encontra uma maneira para superar as dificuldades financeiras, uma vez que nunca trabalhou.

Esse é um assunto freqüente na obra de Eça de Queirós e que retrata a aristocracia no Portugal oitocentista. Além de Jacinto e Fradique, encontramos n’*Os Maias* um painel desses homens. Ega era sustentado pela mãe rica, assim como Cruges, chamado pelos empregados da casa de “menino Vitorino”. Craft desfilava seu gosto pelo bricabraque, mas não produzia o seu sustento, assim como Dâmaso, Eusebiozinho, Pedro da Maia, o marquês de Souselas e D. Diogo. Quanto a Carlos Eduardo, há uma passagem reveladora do pensamento de Eça sobre a relação dos aristocratas com o trabalho. Carlos era visitado no consultório por contemporâneos seus de Coimbra que consideravam as suas consultas gratuitas por ele ser rico, mas ao tratar e curar de crupe o filho de um brasileiro, Carlos ganha “a sua primeira libra, a primeira que pelo seu trabalho ganhava um homem da sua família” (QUEIRÓS, 2000, p. 129). Carlos Eduardo da Maia era rico, e, de fato, não precisava trabalhar para pagar as suas despesas, mas esse não era o caso

de Gonçalo Ramires e aqui se torna necessário apresentar alguns dados históricos que ajudam a entender a situação de nobres como o Fidalgo de Torre.

Essas dificuldades têm origem no século anterior e estão relacionadas ao crescente endividamento da aristocracia portuguesa com o aumento das hipotecas desde a segunda metade do reinado de D. João V, segundo Taveira da Fonseca. Era costume a “concessão de administrações judiciais a diversas casas nobres, com a finalidade explícita de salvaguardarem para seus membros a parte necessária à sua decente sustentação” (FONSECA, 1998, p. 461). A progressão da dívida ocorria porque os empréstimos contraídos eram transmitidos aos morgados dessas casas e o seu pagamento ficava vinculado aos rendimentos da família.

Entre as entidades credoras estavam a Misericórdia de Lisboa, diversas confrarias do Santíssimo Sacramento da capital e em Coimbra a universidade cumpria o mesmo papel com a nobreza local.

Dependentes do poder régio, essas benesses sofreram abalos: primeiro com a legislação pombalina, que em 1768 estipulou que a Misericórdia de Lisboa só poderia conceder crédito com a “segurança de boas Consignações desembaraçadas” (FONSECA, 1998, p. 462); em 1775 a Misericórdia foi proibida de conceder novos empréstimos. Por fim, a Revolução Liberal aumentou vigorosamente as dificuldades da aristocracia dependente da proteção régia. A elite política portuguesa no século XIX era caracterizada pelo pendor exclusivista e oligárquico, o que dificultava a renovação do corpo de deputados, que elegia sempre os mesmos nomes e a elegibilidade passou a definir uma posição social.

Eça não foi o único autor português a utilizar o tema das eleições em uma obra. No estudo *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Tavares de Almeida confirma as informações sobre esta questão contidas em obras de Camilo Castelo Branco (*A queda de um anjo*, de 1866), de Júlio Dinis (*A morgadinha dos Canaviais*, de 1868), de Júlio Lourenço Pinto (*O senhor Deputado*, de 1882) e do conde Ficalho (*Uma eleição perdida*, de 1888), além d'*A ilustre casa*. O historiador entende que, apesar do maior ou menor grau de realismo das circunstâncias eleitorais nessas obras, todas apontam uma grande confluência de elementos que identificam a vida eleitoral e política da época, sobretudo no que tange à influência do governador civil na política regional, e afirma que André Cavaleiro representa muito bem essa tendência. Portanto, a política passa a ser a saída para o problema econômico de Gonçalo Ramires. Para alcançar a carreira parlamentar, o Fidalgo dependia primeiro de uma vaga que

estava ocupada, depois da aprovação do chefe político local: o seu inimigo André Cavaleiro. O historiador Pedro Tavares de Almeida diz que um governador civil patrocinar uma candidatura oposicionista é uma novidade introduzida por Eça de Queirós. Não que fosse prática incomum na vida real, uma vez que esse tipo de acordo visava “garantir à oposição uma representação parlamentar mais ou menos expressiva, ainda que minoritária” (ALMEIDA, 1991, p. 110). Ocorre que Gonçalo mudou de partido pretendendo viabilizar a sua candidatura e, assim, eliminar qualquer obstáculo do “guedelha”. Mais uma vez, Gonçalo abriu mão das suas convicções para sobreviver e tomar um atalho até atingir um objetivo que não fora capaz de conquistar pelos seus próprios meios.

Ao capitular diante do poder do Cavaleiro, Gonçalo fez como seu país no episódio do Ultimatum, quando Portugal abriu mão das suas pretensões em África para evitar uma situação que lhe seria demasiado adversa. Ocorre que Portugal não tinha outra saída porque estando encurralado entre Espanha e o Atlântico e dono de uma pequena faixa de terra, como fazer para enfrentar a poderosa armada inglesa? Nem com a padeira de Aljubarrota estrategicamente posicionada na Torre do Bugio, na foz do Tejo.

No plano das relações diplomáticas, Amadeu Carvalho Homem, no artigo “O avanço do republicanismo e a crise da Monarquia Constitucional” (1998), lembra que alguns homens públicos defendiam uma aproximação com outras potências para minimizar os malefícios que a habitual influência britânica poderia exercer em relação a Portugal. Mas minimizar não é o mesmo que eliminar, menos ainda do que enfrentar.

Carlos Reis lembra que as conseqüências da crise política entre Portugal e Inglaterra ainda estavam muito presentes e que ficara evidente para a sociedade portuguesa a debilidade do país quando *A ilustre casa de Ramires* foi publicada e que “o romance parte da História e do passado, para tentar construir uma mensagem de revitalização dos legítimos herdeiros desse passado” (REIS, 2000, pp. 34 e 35). Por isso Eça concebe duas histórias entrelaçadas: a do herdeiro hesitante e a do ancestral com fortes convicções de honra e lealdade.

O ingresso na política não foi só uma necessidade econômica, pois ele sentia-se pressionado em ter uma ocupação à altura da sua posição social para poder ombrear com seus companheiros dos tempos de Coimbra e com seus magníficos avoengos. Associado às pretensões políticas estava o desejo de tornar-se escritor para que uma atividade completasse a outra, tornando-o respeitável. Inspirado por *King Salomon's Mines*, Gonçalo sonha com a África e não

há quem o leve a sério. Da mesma forma que Portugal desejava realizar o *mapa cor-de-rosa*, mas a Inglaterra – aliada de sempre – não aceitou a intenção portuguesa.

Há grande diferença de proporção entre homens e países, mas as associações são possíveis. Gonçalo é um solitário. Vive encastelado na sua Torre, símbolo do seu isolamento, e Portugal é um isolado geográfico. Solteiro convicto, contenta-se com a vida em família da irmã e espera sobrinhos. Tem alguns amigos, mas estes não lhe dão muito valor. Gostam dele, mas reconhecem a sua levandade, incoerência e diletantismo. Videirinha é um bajulador que tem como maior troféu a amizade de um Ramires, João Gouveia é um político que aprecia andar na companhia do Fidalgo pelo que ele representa e Titó, que de certa forma o ignora, é justamente aquele a quem Gonçalo demonstra maior apreço. Talvez pela proximidade de classe social, talvez pela necessidade de conquistar admirações. Admirações como a que Tructesindo produzia.

Ao estabelecer o diálogo entre o passado notável e o presente titubeante, Eça aponta a diferença entre independência de atitudes e “dependência em relação ao poder político e económico” (REIS, 2000, p. 35). Após um século em que ocorreram revoluções e as conseqüentes transformações, Portugal permanecia em um período delicado no final do século XIX. Eça alude ao jogo político na escolha do deputado pelo círculo, na queda do ministério e do governador civil. Tavares de Almeida lembra que a carreira parlamentar era, para muitos fidalgos regionais, uma maneira de consolidar a influência política e ao mesmo tempo servir como instrumento de aliciamento das elites da “periferia” pelo poder central. N’A *ilustre casa*, Reis Gomes, um dos Chefes Históricos e tio do André Cavaleiro, quando ministro da Justiça, prometeu ao sobrinho o cargo de deputado por Bragança. Quando Sanches Lucena morre, Cavaleiro – um regionalista – escolhe Gonçalo Mendes Ramires para a vaga do deputado morto. A isto dá-se o nome de caciquismo.

Taveira da Fonseca diz que o caciquismo era um conjunto de relações patrono/cliente. Esse acordo era estabelecido por indivíduos supostamente iguais perante a lei, mas o que justificava o pacto era o desnível social. Apesar de ser o maior Fidalgo de Portugal, Gonçalo encontrava-se em posição social inferior à de Cavaleiro. Mas ignorou o motivo do seu afastamento do governador civil e os possíveis desdobramentos que esta relação poderia acarretar, pois se por um lado era suposto haver lealdade e reciprocidade, por outro existia submissão e coerção motivadas por essa desigualdade social e de poder que se manifestou no assédio do “bigodeira” à Gracinha, irmã de Gonçalo, com a aquiescência deste. Gonçalo abriu as

portas da casa da irmã para Cavaleiro, mas o governador civil não precisava dessa gentileza para assediar a mulher de Barrolo, por se tratar de um tipo bem conhecido na literatura queirosiana: o Don Juan.

O donjuanismo é o contraponto masculino do bovarismo e, para Carlos Reis, na obra queirosiana esse tema é tratado com superficialidade, principalmente em personagens secundários como é o caso deste “Don Juan administrativo”. Mantém as características das primeiras obras do autor quanto à natureza permeável e de ideal amoroso da mulher romântica, que a Geração de 70 tanto combateu no seu ardor reformista. Mas nesse caso, Eça pinta Gracinha com cores semelhantes às de Maria da Piedade, de “No moinho” (de 1880) e, de certa forma, justifica o adultério (sem, no entanto, condená-lo).

No conto, Maria da Piedade é uma mulher que não havia conhecido alegrias na vida. Da vida miserável com os pais saíra para o casamento com um inválido e com ele tivera três crianças doentes. Sua vida era trabalhar incansavelmente numa casa de enfermos até conhecer um primo do marido. Adrião era um *gentleman* que teve muitos escrúpulos em cortejar a mulher do primo, diferentemente de Basílio. Assim, era natural que ela, com uma existência tão difícil, merecesse um pouco de generosidade do destino. O fado de Maria da Piedade é diferente do de Luísa, e Eça deixa no ar uma certa compaixão por esta adúltera o que demonstra que, também aqui, o autor continua em transformação. Os destinos de Luísa e de Maria da Piedade são igualmente trágicos, mas a protagonista de “No moinho” é tratada com maior benevolência.

Já para Gracinha, a justificativa, pelo menos para Gonçalo em determinada altura, é que o marido deveria manter os olhos abertos, e o Barrolo era um bacoco e “Gracinha, coitada, sem filhos, com tão molengo e insosso marido, alheia a todos os interesses da inteligência, indolente mesmo para uma costura ou bordado – cedera, que mulher não cederia?” (QUEIRÓS, 2003, p. 254). Salvo engano, Eça justifica as duas adúlteras. Por motivos diferentes, mas a comparação entre elas termina aqui porque seus desfechos são diametralmente opostos.

Gonçalo vivia do passado, aceitava uma posição subalterna e manipulava os fatos tentando esconder as suas fraquezas. Detestava Cavaleiro, mas aceitou o convite para concorrer ao Círculo por ver uma saída para as suas questões financeiras e de posição social. Fugiu de confrontos com o Casco e com o “valentão das Nacejas”. E até nas questões de amor não se decidia se D. Ana Lucena servia ou não para ele.



Os turbulentos raciocínios de Gonçalo em relação à viúva são exemplares: a hesitação constante sobre as qualidades de D. Ana servir para esposa de um Fidalgo como ele, explicitadas em passagens sobre os “beijos cheios, mais vermelhos que cerejas” que refletem uma beleza fora dos padrões aristocráticos; o conhecimento do Videirinha sobre “as lavagens” da senhora; os duzentos contos de renda; a preocupação com a reputação dela em Lisboa; e o passado de filha de carneiro daquela “esplêndida peça de carne” são alguns dos pensamentos que perturbam o protagonista e o impedem de tomar decisões. A atração física e financeira existia, mas a preocupação com as opiniões alheias o imobilizaram sobre qual movimento deveria fazer em relação à formosa viúva.

A participação da prima Maria Mendonça no romance denota que sem um empurrão Gonçalo não iria a lugar algum, fato este que demonstra a imaturidade do Fidalgo. Imaturidade manifestada no desejo de voltar aos tempos de Tructesindo quando ocorria alguma contrariedade – a conduta do “malandro da grenha ondeada” com Gracinha merecia ser punida “como puniam os antigos Ramires [...] Ah, como o avô Tructesindo trataria vilão de tal vilania!” (QUEIRÓS, 2033, p. 255) – para depois duvidar do avô histórico quando sente o fastio de trabalhar no livro. Na maleabilidade das suas convicções e na transferência de responsabilidade sobre suas decisões (“a Providência decidiria” a relação entre Gracinha, Cavaleiro e Barrolo) fica claro o receio de Gonçalo em tomar resoluções.

O Fidalgo da Torre sabia quem era “da boca para fora”, o que nos leva à maneira como ele se reconhecia. Gonçalo aceita as humilhações impostas pelo Cavaleiro, como, por exemplo, quando ele afirma que “livremente, poderia eleger o servente da repartição, que era gago e bêbedo” (QUEIRÓS, 2003, p. 153). Ignora as pequenas desfeitas do Titó; recusa o tratamento de “Sr. D. Gonçalo”; é dominado pelos empregados; e antes dos encontros com D. Ana é dominado por uma ansiedade juvenil. São alguns exemplos do temperamento túbio de um homem que sabia estar perdido, mas não podia deixar transparecer essa fraqueza. Ou que de algum modo sabe que até os grandes têm suas fraquezas.

Portugal naquele fim de século aceitou imposições das potências europeias e não se decidira por uma “D. Ana” visando a uma aliança que defendesse seus interesses. Sem grandes feitos no presente, mantinha-se à custa do peso da sua história e não impunha os seus desejos e suas necessidades. Mas era forçoso encontrar uma alternativa razoável, e realizável, que satisfizesse as suas pretensões sem entrar em conflito com as potências europeias.

O projeto de expansão para o interior – desde a costa de Angola à contracosta ou o litoral de Moçambique – começou a ser efetivado em 1885, quando Portugal celebrou com a França o tratado da Guiné, em que os franceses reconheciam o direito português às terras em questão, desde que não houvesse por parte de qualquer nação direito legítimo a essas terras. Em troca desse reconhecimento condicional e abstrato, Portugal cedeu à França uma região ao norte da Guiné. No ano seguinte assinou tratado semelhante com a Alemanha em troca de territórios em Angola e Moçambique. De cedência em cedência, a Inglaterra achou de discordar dos tratados e das pretensões portuguesas e o antigo aliado que costumava “proteger” passou a uma postura mais ofensiva e questionou a soberania portuguesa nos territórios africanos. Então, Portugal fez como o Fidalgo: aceitou os termos do seu “protetor”. Hoje é natural o entendimento de que Portugal não tinha outra opção, mas para os portugueses que vivenciaram esse acontecimento – entre eles, Eça de Queirós – a falta de uma atitude mais veemente por parte do governo português foi vista como uma humilhação.

Os Vencidos da Vida acreditavam que com D. Carlos I – que fora coroado menos de três meses antes do Ultimatum – surgiria uma nova política externa que terminasse com a antiga aliança entre Portugal e Inglaterra. Essa esperança em uma “virada” nas relações entre os dois países fica demonstrada *n’A ilustre casa*, quando Eça apresenta a evolução dos acontecimentos históricos vividos pela família que, como aponta Carlos Reis, “acompanha os estádios evolutivos da nação, em paralelo com ela, até se fixar, no século XIX, numa apatia que prenuncia a extinção da raça” (REIS, 2000, p.47). Como quem vive à sombra das memórias e que perecerá se não sair desse abrigo, Eça sinaliza que, partindo da consciência do passado histórico, um homem, ou um país, pode se reinventar e, confiante, encarar os novos desafios que se apresentavam no final do século. Para isso lá estava a Torre, testemunha das origens nacionais, e que, mesmo com “fundas frestas”, permanecia rija e apontava um rumo e um comportamento a ser adotado por quem carecia de ânimo, coragem e honra.

Entre os vários solteirões de Eça de Queirós, Gonçalo Mendes Ramires destaca-se pela transformação interior operada por ele próprio. Porque Carlos Eduardo conformou-se com o seu vencidismo; Amaro se adaptou a uma situação que lhe garantia o sustento, e permaneceu atrelado à Igreja mesmo sem vocação; Basílio nunca teve intenção de mudar o que quer que fosse na sua maneira de ser; Teodoro foi transformado primeiro pelo diabo, depois pela culpa; Fradique se

bastava; e, entre os que casaram tardiamente, Raposo perdeu o pudor de ser quem realmente era e Jacinto mudou ao fincar raízes na serra.

O Fidalgo da Torre destoa dos seus antepassados – a raça forte de homens rijos, valentes e decididos. Gonçalo era o que restou do honrado Tructesindo. E ao mexer nas glórias ancestrais do clã de que era o último varão, reconhece os seus limites como homem enquanto narra as façanhas dos avoengos. Carlos Reis diz que o “que dinamiza a evocação do passado medieval é a possibilidade de se estabelecer um diálogo entre passado e presente” (REIS, 2000, p.35). Tão diferente dos seus, ele quer, inicialmente, exaltar o clã e a si próprio, porém mal começa a narrativa reconhece as suas fraquezas e busca uma saída para superá-las. O passado potencializa o presente e, no final da novela, Gonçalo é outro homem.

A redenção começou com o Castanheiro, o patriota. Ao ser convidado para escrever a história da Torre de D. Ramires, Gonçalo começou com entusiasmo, que, aos poucos, foi esmorecendo, como de hábito. Ele passou por momentos de orgulho, dúvida, fastio e quanto mais ele escarafunchava a história, mais consciente de suas fraquezas ele ficava. Essas fraquezas tornaram-se mais evidentes com a entrada na política e com as conseqüências da sua covardia antagônica à valentia dos antepassados. Mas com razão entendia que os tempos eram outros e fazia-se necessário adotar posturas diferentes. Mas como?

Um desejo, ou talvez uma leviandade, de ir para África rondava o seu espírito, mas, assim como em todas as outras coisas, Gonçalo não realizaria por causa do imobilismo. O livro arrastava-se. Mas, ao respirar a sua história intensivamente, ele não pôde negar a si próprio quem era e a necessidade de mudar. Não se bateria em guerras, mas era urgente que, ao se reconhecer, honrasse os de sua raça. Tratos desfeitos, honras arranhadas e pusilanimidade. Tructesindo teve que fazer uma escolha entre o rei e sua palavra e decretou: “De mal ficarei com o Reino e com o Rei, mas de bem com a honra e comigo!” (QUEIRÓS, 2003, p. 59). Essa firmeza de caráter faltava a Gonçalo, que ao escrever “A Torre de D. Ramires”, ele introjetou códigos de honra pretéritos e entendeu que podia usar conceitos antigos para assumir uma nova postura de vida. Então, Gonçalo vislumbrou um futuro diferente.

Quando o Fidalgo se aplicou com afinco em descrever o passado da sua família, ainda que inspirado pelo poema do tio Duarte e pelo fado do Videirinha, este lhe despertou um vigor desconhecido pelo personagem. Escrever “A Torre de D. Ramires” foi para ele a redenção, o futuro do clã. A partida do último Ramires para África mostra o esforço para sair da estagnação

em que se encontrava e a descoberta do chicote com que Gonçalo agrediu o valentão das Nacejas serviu para restituir a coragem adormecida no íntimo do protagonista. A bengalada foi trocada pela vergastada.

Gonçalo descobriu seu valor através do passado familiar inspirado pela Torre que de fortificação passara a ser o monolito do clã. Um monumento que restara de uma raça tão valorosa. Isolado no seu gabinete e admirando a velha Torre, o homem titubeante assume-se no Fidalgo. Com letra maiúscula, não por hábito, mas por direito. Ganhou as eleições, descobriu o quanto era querido pelos que viviam ao seu redor, recusou um título nobiliárquico, terminou a sua história e foi festejado. Como escritor, mas, sobretudo, como homem.

Fátima de Freitas Morna diz que Gonçalo escreve a Torre de D. Ramires ao mesmo tempo em que traça uma parábola na qual a literatura do século XIX pergunta a si mesma: “Como cheguei aqui? Como irei deste passado fazer futuro? Como é, afinal, que se recomeça sempre a história?” (MORNA, 2000, p. 342). Perguntas que o Fidalgo fizera aos seus antepassados e que Portugal deveria fazer a si próprio. A pista para respondê-las, no conjunto da obra queirosiana, é a trajetória cultural e literária do escritor que, reforço, acompanhou o amadurecimento do homem. *A ilustre Casa de Ramires* é uma reflexão sobre Portugal e sua história construída de tal forma que, como afirma Carlos Reis, “desmente as conotações antipatrióticas que não raro lhe foram atribuídas, no seu tempo e no nosso” (REIS, 2000, p. 4). Essa reflexão espelha a fórmula que Eça acreditava possível para Portugal, reflexão que, se tivesse sido levada a cabo pelo Eça das Conferências do Casino, apresentaria resultado bem diferente. Como assim não o fez, a saga de Gonçalo Mendes Ramires foi composta por um homem cuja carreira literária não foi um mantra enfadonho que obedecesse a métodos restritivos, e, por essa via, o autor apresenta a sua resposta para as questões colocadas pela literatura oitocentista a que Fátima Morna se refere e pelos impasses que conduziram Portugal ao estado em que se encontrava. Eça entendeu ser necessário que o país percebesse o seu papel e se fizesse ouvir pelo que ofereceu ao mundo no passado, sinalizando que poderia fazer o mesmo no presente e no futuro.

Com a vitória nas urnas, Gonçalo sentiu-se digno de ocupar o seu lugar naquela propriedade:

Então, de repente, Gonçalo sentiu um desejo de subir a esse imenso eirado da Torre. Não entrara na Torre desde estudante – e sempre ela lhe desagradara por dentro, tão escura, de tão duro granito, com a sua nudez, silêncio e frialdade de jazigo, e logo no pavimento térreo os negros

alçapões chapeados de ferro, que levavam às masmorras. Mas agora as luzes nas frestas aqueciam, reviviam aquela ossada, Honra de Ordonho Mendes (QUEIRÓS, 2003, p. 339).

E entra, não por ser o que restou dos tempos de Tructesindo, nem por se sentir à altura dos antepassados. Gonçalo entra na Torre porque foi ela que o orientou em direção a uma vida nova. Porque ela emitia do passado uma luz que apontava para ele um rumo. Aquela Torre era na verdade um farol que o guiava para o norte de sua nova existência. Entendeu o seu papel, percebeu quem era e lá foi ter com aquela que neste verão havia servido de inspiração para um outro homem que surgira. Não mais covarde. Mas altivo e senhor de sua vida. Um honrado descendente de Tructesindo.

Fiel aos preceitos de honra dos avoengos e do novo Gonçalo, abandonou a política, empenhou a torre (agora já com letra minúscula) e partiu rumo ao que acreditava ser o melhor para a sua vida.

Ciente dos problemas de seu país e da sua sociedade, Eça de Queirós mantém neste livro a coerência de toda a sua obra e vai além: não só detecta os problemas, como aponta, sem dogmatismo, possíveis soluções. É preciso entender que seu raciocínio seguia a forma de pensar do homem do século XIX. Não cabe questionar se a solução africana era correta ou errada, mas é preciso louvar a sua sensibilidade para entender que era necessário olhar para trás não com saudosismo, mas para buscar inspiração e não cometer os mesmos erros. Carlos Reis afirma que a partida de Gonçalo para a África significa “uma tentativa de superação da decadência, aparentemente sugerida pela necessidade de aprender a lição humilhante do Ultimato inglês de 1890” (REIS, 2000, p. 72).

Este movimento retrospectivo é natural nos finais de século. Reavaliar a trajetória para descobrir novos caminhos é um processo válido e recorrente na vida dos homens. Eça concluiu que o que seu país mais precisava naquela altura era olhar para si próprio para descobrir que somente Portugal poderia levar Portugal ao lugar que lhe cabia no mundo.

## 2.2 Entre o macadame e o socialco

*A cidade e as serras* tem sua origem em 1892, quando Eça escreveu o conto *Civilização*, segundo o esquema cronológico organizado por Campos Matos. Este eminente queirosiano conta que o primeiro capítulo do romance foi enviado ao editor Mathieu Lugan em 14 de fevereiro de 1894, mas só veio a público em 1901. Esta é uma das três obras consideradas e denominadas por Carlos Reis semi-póstumas – as outras, também estudadas neste texto, são *A correspondência de Fradique Mendes* e *A ilustre casa de Ramires*.

A história de Jacinto é uma obra bastante contestada pelos críticos, que, geralmente, enxergam nela uma obra superficial com tintas reacionárias. Álvaro Lins, por exemplo, vê *A cidade...* como um ensaio de valor literário menor. Frank Sousa, em *O segredo de Eça – Ideologia e ambiguidade em A cidade e as serras* aponta aquilo que parece ser o motivo principal desta má vontade da crítica para com essa obra: Zé Fernandes é um narrador parcial e portanto não é confiável. Sousa diz que o amigo de Jacinto “deixa entrever, efectivamente, desde o início, na própria maneira de elaborar a narrativa, uma ironia e uma ambiguidade que se articulam mal com a defesa de uma tese” (SOUSA, 1996, p. 11). Mas isto, esquecem alguns, é o que dá valor ao livro, pois Eça não disfarça o posicionamento do narrador. Campos Matos e Frank Sousa relacionam uma série de críticas de estudiosos da obra queirosiana e que serão reproduzidas parcialmente para comentários.

Para João Gaspar Simões, Eça renuncia à crítica, menosprezando o lema realista de “ver verdadeiro”. Assim, resvala em Júlio Dinis. Para além da injustiça para com o autor de *A morgadinha dos canaviais* (1868)<sup>8</sup>, Simões não reconhece as críticas feitas por Eça à cidade e ao seu modo de vida, bem como ao campo, expondo a parcialidade de Zé Fernandes no episódio em que Jacinto descobre que existe fome em suas terras. Em Paris, Zé Fernandes afirma que em Portugal os pequeninos têm sempre uma tia Vicência para socorrê-los. Entretanto, já nas serras, Jacinto descobre as condições miseráveis sob as quais vivem aqueles que deveriam estar “sob a sua proteção”. A tal amabilidade aludida em Paris pelo fatal homem de Noronha e Sande cai por terra com os protestos do administrador Silvério, que vê como excessos as mudanças promovidas

---

<sup>8</sup> A obra de Júlio Dinis vem sendo estudada e reavaliada nos últimos decênios, passando pelos estudos fundamentais de Irwin Stern (1972) e de Maria Lúcia Lepecki (1979) e mais recentemente de Helena Buescu (1995), Ofélia Paiva Monteiro (2005) e Sérgio Nazar David (2007a).

por Jacinto. É o velho Portugal resistindo às mudanças que chegavam. Afinal, os pequeninos não têm tanta simpatia assim dos abastados quanto o parcial Zé Fernandes faz crer ao senhor de Tormes.

Simões não observa que, já em 1880, Eça introduziu em *O Mandarim* situações que não se encaixam na doutrina realista-naturalista. Carlos Reis observa que em 1888, n’*Os Maias*, ocorre o colapso do realismo-naturalismo na obra queirosiana. Então por que usar um dos pilares fundamentais do realismo-naturalismo como arma de questionamento de um Eça que já vai longe daquele d’*As Farpas* e das *Conferências do Casino*?

Quanto à parte que tem a serra como cenário, Jacinto Prado Coelho chama de “restos de idealismo social” num testemunho, para ele, mal estabelecido de uma tese reacionária. Como diz Frank Sousa, Eça trata o antagonismo entre cidade e campo evidenciando “de maneira clara e original os recentes progressos da ciência, da tecnologia, da filosofia e as suas consequências sobre a existência dos indivíduos do fim do século XIX” (SOUSA, 1996, p. 205). E, acrescento, isso vale tanto para o homem urbano quanto para o rural.

Campos Matos reproduz também a opinião de Alexandre Pinheiro Torres de que Eça pretende mostrar que Zé Fernandes e Jacinto têm uma visão falsa da cidade – esta não é um poço de misérias, tampouco a outra não se assemelha a um paraíso. No final do livro, o autor aponta o equilíbrio alcançado por Jacinto, ao levar confortos e alguma tecnologia para Tormes. Para Pinheiro Torres, as visões de Zé Fernandes e Jacinto são caricaturais, mas o fato é que as mudanças que a modernidade presenciou foram excessivas para o habitante das grandes metrópoles e nisso o testemunho de Eça é preciso.

Em *O sentido de A cidade e as serras*, Maria Lúcia Lepecki interroga: “Não terá o texto maiores potencialidades significativas do que a crítica até agora tem visto?” (LEPECKI apud MATOS, 1988, p. 148). Para ela, se Jacinto tivesse se tornado um legítimo homem do campo e essa fosse a essência do romance, não faria sentido a ironia da segunda parte. Essa ironia desfaz a idéia geral de que o texto defende a superioridade do campo sobre a cidade<sup>9</sup>.

Saudosista, reacionário e parcial são algumas das críticas que este texto recebe. Sousa parece encontrar a verdadeira razão da contundência do julgamento da maioria dos estudiosos:

---

<sup>9</sup> Ponto de vista também defendido por Cláudia Amorim na dissertação de mestrado intitulada *Entre a queda na cidade e a ascensão na serra – as trajetórias de Calisto e Jacinto na segunda metade de oitocentos* (AMORIM, 1995).

“Nenhum dos críticos que fizeram uma leitura ideológica do último romance de Eça tentou estabelecer de maneira suficientemente rigorosa os elementos constituintes dessa ideologia” (SOUSA, 1996, p.11). *A cidade e as serras* recebeu todo o tipo de interpretação equivocada que uma obra pode suscitar. Pesquisadores que estavam alinhados aos ideais do Estado Novo felicitavam a obra como exemplo da “notabilíssima transformação mental”<sup>10</sup> do autor. Miguel Real aponta as cinco causas que, segundo Feliciano Ramos, seriam os “agentes modificadores” do mefistofélico Eça antipatriota para o hagiográfico Eça nacionalista: 1) O casamento e o desejo de paz doméstica; 2) Ramalho e Oliveira Martins teriam convencido Eça a aceitar a monarquia; 3) As viagens pelo Minho e a Santa Cruz do Douro teriam modificado a sua percepção da paisagem e dos costumes portugueses; 4) Saudades de Portugal; 5) Descrença no positivismo e no progresso tecnológico.

Já entre os opositores do regime salazarista, o último Eça é uma versão flácida do Eça realista-naturalista. Ainda levanta questões sociais, mas sem a mesma força de antes. Para autores como António Sérgio, Jaime Cortesão e Antonio Candido, Eça confirmou a atuação de intelectuais portugueses que começam a vida pública lutando pela transformação social e terminam a vida concluindo que seus esforços foram em vão. Justificam essa visão pela convivência com os Vencidos da Vida, as reações francesas ao positivismo, o Ultimatum, e, único ponto em comum com os críticos estadonovistas: o casamento com a aristocrata D. Emília. Para os estudiosos queirosianos da primeira metade do século XX, o casamento fez muito mal a Eça de Queirós.

A análise que Miguel Real faz à leitura de António Sérgio é, a meu ver, exemplar e explica a crítica de ambos os lados: “Sérgio integra a obra de Eça na sua teoria interpretativa da História de Portugal, apresentando-a não inocentemente como uma ilustração das suas teses – eis Eça, não lido segundo a dinâmica interna dos seus textos e os propósitos por si confessados, mas segundo o preconceito anacrónico de um interpretador” (REAL, 2006, p. 100). De fato, as duas partes parecem ignorar a obra queirosiana no todo e sugerem mais uma disputa ideológica do que um trabalho crítico livre de dogmas políticos, o que não combina com a produção literária de Eça de Queirós e como este autor percebeu os valores e as transformações do século em que viveu.

---

<sup>10</sup> Ver Feliciano Ramos, *Eça e os Seus Últimos Valores*, Lisboa, Revista Ocidente, 1945.



As conquistas tecnológicas do século XIX transformaram a vida do homem urbano e as grandes cidades. A metrópole foi fruto de um crescimento natural e não criação repentina. O desenvolvimento urbano foi um dos marcos da modernidade e a cidade atraiu para a sua órbita de influência localidades mais remotas, interligando países, povos e atividades. Logo, com a velocidade dos acontecimentos e das descobertas, a emergência dos espaços urbanos alterou a vida dos seus habitantes e assumiu posição dominante na nova civilização que despontava. As mudanças – que eram lentas no início do século – passaram a ser cada vez mais velozes. Conseqüentemente, o ritmo de vida mudou e a necessidade de adaptação aos novos tempos exigiu uma nova postura do homem moderno.

O sociólogo norte-americano Louis Wirth, no artigo *O urbanismo como modo de vida*, mostra que o que caracteriza o homem na Idade Moderna é a sua concentração em áreas gigantescas que irradiam idéias e práticas para vários grupos espalhados ao seu redor, que recebem uma influência chamada civilização; e afirma que “o crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos” (WIRTH, 1985, p.98).

Os modernos meios de transporte movidos a vapor e até os veículos de tração animal ganharam luxo e conforto. Surgiram, enfim, novas necessidades, tornando o homem ávido por novas sensações. Assim, novos estímulos foram criados para entretê-lo e Jacinto aderiu a todos. Eça expõe essa transformação em *A cidade e as serras*. A transformação no modo de vida urbano trouxe preocupações, por exemplo, com o tráfego que tinha no atropelamento o grande fantasma da população. Ilustrações da imprensa da época mostram bondes conduzidos por caveiras – morte e trânsito eram constantemente associados – demonstrando o despreparo dos habitantes da grande cidade para lidar com os novos tempos. E ainda na primeira fase do romance, Zé Fernandes narra o susto que passaram na volta de um passeio ao bosque de Montmorency, quando entram em Paris: “a nossa vitória quase se despedaçou contra um ônibus retumbante, atulhado de cidadãos” (QUEIRÓS, 2000, p. 21). E isto não seria um “olhar verdadeiro”?

Ben Singer, no artigo *Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular*, conta que Michael Davis, um novaiorquino ligado a um movimento chamado “reforma social”, via o frenético ambiente de Nova York no final do século XIX como a era do “hiperestímulo”. O tráfego intenso, as obrigações com horários, o choque visual causado pela publicidade nos prédios, jornais, revistas e cartazes espalhados pelos muros que chamavam o público para um

novo e excitante espetáculo justificavam o termo cunhado por Davis. De fato, a agenda de Jacinto é assoberbada de compromissos e ele era um fervoroso adepto da produção industrial que freqüentava os grandes acontecimentos culturais e sociais. Era “presidente do clube da Espada e Alvo”; comanditário do jornal ‘O Boulevard’; director da Companhia dos Telefones de Constantinopla; sócio dos Bazares Unidos da Arte Espiritualista; membro do Comitê de Iniciação das Religiões Esotéricas, etc.” (QUEIRÓS, 2000, p. 37). Jacinto era um homem do seu tempo.

Já os cartazes incomodaram Zé Fernandes: “- Oh, este Paris, Jacinto, este teu Paris! Que enorme, que grosseiro bazar!”. E o Príncipe anuiu: “- É feio, é muito feio!”, para depois fazer a sua ressalva: “- Mas que maravilhoso organismo, Zé Fernandes! Que solidez! Que produção!” (QUEIRÓS, 2000, p. 41).

Novas idéias, novos aparelhos, novo ritmo de vida. E novos problemas afetaram o homem moderno. Porque os aparelhos não eram tão sólidos quanto imaginava Jacinto. O 202 ficou inundado, o elevador enguiçou com o peixe da Dalmácia e a mesa oferecida pelo Efraim travou quando fez o primeiro movimento. Eça acompanhou as transformações e as novidades em Paris já livre do seu antigo fervor pela capital francesa e procurou traduzi-los para as páginas de *A cidade e as serras*<sup>11</sup>. Frank Sousa explica o dilema de Jacinto com a sua mecânica, lembrando que o homem revestido de tecnologia deixava de ser o senhor do seu engenho para tornar-se escravo da sua invenção e que “é esta que exerce o seu poder sobre ele, que não consegue entrar numa relação harmoniosa e de respeito com ela” (SOUSA, 1996, p. 27).

Wirth definiu a cidade como uma concentração “de instalações e atividades industriais e comerciais, financeiras e administrativas” (WIRTH, 1985, p. 101), com desenvolvimento acentuado de linhas de transporte e comunicação. Outro sociólogo, o alemão Georg Simmel, afirma que a metrópole sempre foi sede da economia. O vigor e a variedade das transações financeiras justificam essa afirmativa. Sendo assim, havia uma concentração de renda que conduzia ao aumento do poder de compra e, conseqüentemente, a circulação do dinheiro era mais intensa. Com “cento e nove contos de renda em terras de semeadura, de vinhedo, de cortiça e de olival” (QUEIRÓS, 2000, p. 11), Jacinto podia manter as extravagâncias tecnológicas do 202. O poder econômico fez com que o homem urbano passasse a conviver com tarefas ligadas a pesos, cálculos e “determinações numéricas, com uma redução de valores qualitativos a quantitativos”

---

<sup>11</sup> Esta temática é bastante desenvolvida nas crônicas de *Ecos de Paris*.

(SIMMEL, 1985, p.16), o que lembra os “sinais de fogo” do século XX que Isabel Marnoto aponta no artigo “A correspondência de Fradique Mendes: o brilho do efêmero” (2000). O personagem é outro, mas os sinais são os mesmos.

Na vida urbana, o dinheiro é essencial e a economia é instrumento para obtenção de conforto, bens, posição social e entretenimento. Este último foi instrumento para aliciar as pessoas a aderirem ao maravilhoso mundo moderno, com espetáculos bizarros, circenses e cinematográficos. Essas atrações eram tipicamente urbanas e se distinguiam de fases anteriores da cultura humana por serem fragmentadas, desorientadoras e caóticas. A necessidade de divulgar esses eventos e os novos produtos que surgiam com o desenvolvimento industrial submetiam o indivíduo a uma avalanche de estímulos, enchendo as paredes das ruas com cartazes, alterando a plástica dos edifícios. Eça descreve esta situação no passeio que Jacinto e Zé Fernandes fazem pelas ruas de Paris. O narrador comenta que todas as fachadas estavam cobertas de tabuletas, numa referência à publicidade que despontava e que parecia agressiva à sensibilidade serrana que condenou o “grosseiro bazar” reproduzido acima.

Walter Benjamin escreveu: “A multidão metropolitana despertava medo, repugnância e horror naqueles que a viam pela primeira vez” (BENJAMIN, 1989, p. 124). Para quem vivia em um lugar cujo andamento fosse o mesmo de um carro de boi, a correria da cidade era semelhante à velocidade do bonde, veículo que atemorizava as pessoas por causa da quantidade de mortes provocadas por atropelamento. Para um homem como Zé Fernandes, acostumado com paisagens bucólicas, as paredes repletas de anúncios eram uma agressão visual e esta estranha situação, tão característica da grande cidade, impunha às pessoas a necessidade de adaptação à nova realidade. É o tal “hiperestímulo”, que tanto incomodou Zé Fernandes.

No século XIX, o habitante de um lugarejo afastado só conheceria a cidade através de ilustrações dos jornais, o que representaria uma pálida idéia da realidade. O choque era grande para uma pessoa que, de repente, deparava-se com um lugar de aspecto tão caótico e agressivo. Essas perspectivas eram bem exemplificadas através das ilustrações publicadas nos jornais da época, que abordavam a questão da transformação de uma experiência de mundo pré-moderno, estável e equilibrado, para a investida violenta da modernidade. Uma imagem bem representativa sobre o choque entre os dois períodos ficou exemplificada no jornal *New York World*, de 1897: a colisão entre uma carroça e um bonde elétrico – representação do embate entre as experiências

pré-moderna e moderna – mostra o temor dos ocupantes do bonde com a violência do acidente, que traduziam o pavor que os transportes inspiravam nas pessoas. O medo provocado por máquinas era uma contradição do dito aprimoramento em curso nas metrópoles.

O homem teve um século para se acostumar à vida moderna, mas, na virada para o século XX, a grande cidade era uma entidade opressiva e traumática. Essa percepção ecoava nos jornais da época. A imprensa ilustrada do período ora pende para uma nostalgia anti-moderna, ora para um fascínio pelo grotesco. Imagens e emoções fortes vendiam jornal, ao contrário da rotina do dia-a-dia. O choque visual dos cartazes espalhados nos muros reforçava a expressão “estímulo fabricado”.

Passado o entusiasmo da juventude, Jacinto começou a se sentir entediado diante de tantos estímulos. Nascido e criado em Paris, ele não conseguia mais acompanhar o novo ritmo da vida. Daí os ossos moles e os nervos trêmulos. A melancolia o dominava e ele desconhecia a razão para tal. Na busca por algo que o despertasse para a vida, deixou Paris para refugiar-se na serra portuguesa. Mas a melancolia não era um privilégio exclusivo do fidalgo de Tormes.

Como o homem foi bombardeado por estímulos cada vez mais fortes para se inserir neste novo mundo, um dos efeitos da modernidade foi o surgimento da “pessoa nervosa”, com os “nervos superexcitados e esgotados”. Conseqüência deste então novo sujeito foi a cultura da melancolia sentimental do século XIX e suas válvulas de escape em refúgios românticos habitados pela nostalgia do passado e do tédio presente. Mas, se Jacinto não se interessava pelo passado, em compensação o tédio era o seu constante estado de espírito. São inúmeras as referências aos passos arrastados, às maçadas, às secas e aos bocejos do Príncipe da Grã-Ventura.

Apesar da atividade intensa, ou justamente por essa causa, foi na metrópole moderna que surgiram os tipos ociosos, entediados do convívio social. Walter Benjamin lembra que “Ao bocejar, o próprio homem se abre como um abismo; faz-se semelhante ao tédio que o circunda” (BENJAMIN, 1989, p. 173). Esse é o caso do personagem central da história de Eça de Queirós. Jacinto era cercado de conforto, conhecimento e tecnologia, que ele considerava indispensáveis à felicidade e que só podiam ser adquiridas na cidade. No entanto, nada o satisfazia, porque o conforto isola e torna o seu beneficiário próximo da mecanização. A agenda o escravizava, os encontros vespertinos com Madame D’Oriol tinham uma “regularidade devota” (QUEIRÓS, 2000, p. 84) e os passeios de fim de tarde no Bosque de Bolonha tinham a fidelidade de um

índice. E todos os dias cumprimentava da caleche o feminismo do psicólogo, o sorriso da condessa de Tréves e a barba talmúdica do Efraim.

Porque seria Jacinto um melancólico? Rico, não precisava trabalhar, graças aos cento e nove contos que recebia pelo arrendamento das terras que herdara do avô. Suas ambições limitavam-se ao conhecimento e à civilização. Não pensava em construir coisa alguma. Sua vida estava traçada do berço ao túmulo e a parafernália mecânica tinha como missão facilitar a sua existência. Com tanto conforto, Jacinto amoleceu. Perdeu o viço. Tornou-se melancólico e passou a se isolar em casa. Tudo isso confirma a visão de Walter Benjamin sobre a associação entre conforto, isolamento e mecanização dos beneficiários dessa tecnologia. Ao desembarcar em Tormes passou os primeiros dias numa casa em que faltava tudo. Desde vidros nas janelas até cama. Sobreviveu e vicejou, apesar do desconforto da serra agreste.

Melancólico e isolado, Jacinto se dedicava a leituras que condiziam com seu estado, daí Zé Fernandes dizer que Schopenhauer era seu “Ecclesiastes”. Sem ter com quem trocar idéias, recluso em sua biblioteca e com o “pessimismo às costas”, Jacinto seguia firmemente, sem questionamentos, a doutrina do alemão.

Jantares, passeios e reuniões eram a rotina atribulada de Jacinto. Na fabulosa biblioteca, jornais e revistas de Paris e Londres eram servidos em “salvas de prata” e, como se fosse pouco, “desesperadamente, ligou o 202 com os fios telegráficos do ‘Times’, para que no seu gabinete, como num coração, palpitasse toda a Vida Social da Europa” (QUEIRÓS, 2000, p. 106). Eram fontes constantes de informação. No entanto, tudo o aborrecia e nada o entretinha. Enclausurou-se cada vez mais no palacete dos Campos Elísios. A vida era monótona, mesmo com aquelas maravilhas tecnológicas do fim do século XIX que eram chamadas de “facilitadores da vida”. Para ele, tudo era “uma maçada” e seu pessimismo e aborrecimento pareciam infinitos – o que não fazia sentido para um homem que vivia “cercado de civilização nas máximas proporções para gozar nas máximas proporções a vantagem de viver” (QUEIRÓS, 2000, p. 18). Está aqui a ironia de Eça, indicando que a Felicidade (como um bem absoluto), vendida pela modernidade como possível, era uma ilusão. Como tal, produzia expectativas enganosas e mais mal-estar ainda do homem frente ao social.

Grilo diz que Jacinto, o Príncipe da Grã-Ventura, sofre de fartura. Tanto dinheiro, tantos livros e tanta civilização não impediam que Jacinto fosse um triste. Os “facilitadores da vida” amoleceram o pobre menino rico. Como tudo estava sempre à mão, nada despertava o seu

interesse. Como Jacinto espera de algum modo obter tudo e ser plenamente feliz em Paris, é evidente que nada lhe será suficiente. A Felicidade sonhada estará sempre no próximo “facilitador”.

O cozinheiro do 202 preparava pratos sofisticados, mas o fidalgo não tinha nenhum prazer à mesa. Depois de muitos anos, comeu com satisfação um simples arroz com favas feito pela mulher do caseiro, em Tormes. Colin Campbell, em *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*, aponta que o homem moderno raramente experimentava o prazer que a boa mesa pode proporcionar; e conclui que “procurar prazer é expor-se a certos estímulos, na esperança de que estes detonarão uma resposta desejada dentro de si mesmo” (CAMPBELL, 2001, p. 91). Ao cuidar pessoalmente da reforma da propriedade em Tormes, Jacinto sentiu-se bem e útil. Acordava cedo e trabalhava o seu torrão e, apesar da precariedade do local, jamais sentiu falta dos seus “facilitadores da vida”, o que remete ao passeio por Montmartre, quando Jacinto admitiu, ante as observações de Zé Fernandes, que a cidade era na verdade uma ilusão. Em contrapartida, Tormes tornou-se aos olhos de Jacinto uma entidade real, habitada por seres reais como a Ana Vaqueira – bela moça, mas bruta. E mais bruto era o marido que a desancava constantemente, o que gerou o comentário satisfeito de Jacinto: “Mas temos aqui a fêmea em toda a sua animalidade e o macho em todo o seu egoísmo... São porém verdadeiros, genuinamente verdadeiros! E esta verdade, Zé Fernandes, é para mim um repouso” (QUEIRÓS, 2000, p. 158). Observe-se o “para mim”. A cidade, e tudo o que a envolve, é artificial porque é para todos. A serra é real porque tem a ver com ele, com a sua vida enquanto sujeito e o mesmo não ocorre com o Grilo, que depois de algum tempo em Tormes passa a corcovar como outrora Jacinto o fazia em Paris ou seja, cada um sabe onde se sente em casa.

Entusiasmado com a cidade na juventude, Jacinto tornou-se um homem enfastiado da vida, mas não se rendia. Era arredio com as coisas da natureza, e desconfiava tanto dela quanto os habitantes das zonas rurais desconfiavam da cidade. Ainda acreditava na civilização até dormir a primeira noite nas ruínas da casa senhorial dos antigos Jacintões que desbravaram aquelas terras. Ao desembarcar em Tormes, passou os primeiros dias numa casa em que faltava tudo. Jacinto perdeu o rumo. Sem empregados para atendê-lo, sem roupas limpas para vestir, sem móveis, tapetes, nem livros. Sem civilização e esfomeado. Ele, que havia recomendado ao administrador a contratação de um “soberbo cozinheiro português, clássico”, tinha que se contentar com o jantar improvisado preparado pela mulher do caseiro Melchior. Jacinto estava acostumado à sofisticada

culinária parisiense. Quando viu os pratos de louça amarela, colheres de estanho, toalha de estopa e copos que “conservavam a sombra roxa do vinho que neles passara em fartos anos de fartas vindimas” (QUEIRÓS, 2000, p. 142), se horrorizou com tamanho desconforto. Dormiu em uma cama improvisada vestido com um camisão da caseira. E descobriu que a natureza que tanto o incomodava não era a malévola entidade que acreditava ser. Deixou-se envolver sem querer domá-la. Sobreviveu, enrijou e transformou-se num *flâneur* campestre.

Num estudo sobre o *flâneur*, Walter Benjamin conta que o escritor inglês Charles Dickens foi para a Suíça para escrever um livro. Não conseguiu desenvolver a obra, pois sentia falta de Londres, cujos paralelepípedos eram o seu chão e os lampiões as suas estrelas. Benjamin enumera alguns autores que se encaixavam no perfil do jovem Jacinto. Musset dizia que além dos limites do *boulevard* começava a grande Índia. Vigny afirmou que a fumaça de Paris era mais bela que a solidão das matas e das montanhas. A serra é para Jacinto o que Londres era para Dickens.

Mas, ao contrário de Dickens, Musset, Vigny e Grilo, o fidalgo de Tormes descobriu-se útil e, depois de muitas idéias, mudanças na propriedade e no trato com os camponeses, tornou-se conhecido por toda a região. João Torrado, o profeta da serra, com suas barbaças brancas de adivinho, afirmava em alto e bom som “que aquele bom senhor era el-rei D. Sebastião, que voltara!” (QUEIRÓS, 2000, p. 202). Jacinto era então o português que saía para o mundo e que voltara para salvar, se não Portugal, pelo menos aquelas serras.

Mas não foi só com D. Sebastião que Jacinto foi confundido. No jantar em homenagem aos anos de Zé Fernandes, D. Teotônio, um dos latifundiários apegados às velhas práticas, ergueu o copo em direção a Jacinto: “Esta é toda particular, e entre nós... Ao ausente!” (QUEIRÓS, 2000, p. 214). O ausente era D. Miguel. “Todos pensam o mesmo, estão desconfiados, e receiam ver de novo erguidas as forcas em Guiães! E corre que tu tens o príncipe D. Miguel escondido em Tormes, disfarçado em criado. E sabes quem ele é? O Baptista!” (QUEIRÓS, 2000, p. 218). O velho Portugal se manifestava mais uma vez na serra, convivendo com aquele que trazia a civilização.

Ao chegar a Tormes, Jacinto encontrou o seu lugar no mundo, e se encontrou enquanto sujeito. Paris não era para ele. O príncipe vivia na capital francesa amargurado e no seu íntimo não encontrava respostas para os seus males. Uma viagem retrospectiva para enterrar ossos de antepassados cujos nomes ele desconhecia fê-lo casualmente encontrar-se consigo próprio.

As observações contidas n’*A cidade e as serras* fazem eco aos estudos realizados por pensadores da modernidade, como Walter Benjamin, Georg Simmel e Ben Singer, entre outros, que discorreram sobre os conflitos e as dificuldades de adaptação do homem ao modo de vida moderno. Mas lembram também a idéia de Freud, em *O mal-estar na civilização*, de que nenhuma organização social pôde trazer ao homem uma felicidade absoluta.

Então, se as máquinas industriais, as relações sociais, a multidão nas ruas, a crença na força da metrópole onde imperava o luxo e o lixo, o saber e o dinheiro, o tédio do habitante da grande cidade e por fim a ânsia de descobrir uma atividade ou algum lugar que retemperasse o “descampado de sentimentalismo” em que o homem urbano havia mergulhado, nada exime este homem de seguir na sua singularíssima busca, por aquilo que o possa fazer razoavelmente feliz.

E foi em Tormes que Jacinto encontrou o equilíbrio entre a vida civilizada e a simplicidade da Serra. Longe do conforto e da ilusão da cidade, o fidalgo, pessimista enfastiado de tudo e de todos, renasceu. Enrijeceu conforme a previsão de Melchior. Levou alguma tecnologia para Tormes e, cercado de natureza, casou, procriou e encontrou seu lugar no mundo.

Para Frank Sousa, o que Eça põe em causa no romance é a “utilidade do progresso e a própria noção de progresso” (SOUSA, 1996, p. 205), porque o autor d’*A Relíquia* já enxergava a tecnologia e o progresso como mitos. Jacinto se encontrou entre civilização e natureza e alcançou o equilíbrio; entre o conforto e a rusticidade, entre o artificial e o que pareceu-lhe genuíno, porque tinha a ver com a sua história de vida e com a sua busca por aquilo que ele, Jacinto, via como verdade, independentemente do pensamento geral de que apenas na cidade o homem poderia gozar nas máximas proporções a alegria de viver.

Da mesma maneira agiu Gonçalo Mendes Ramires, que contrariou as expectativas de uma sociedade ao rejeitar o título de marquês, renunciar ao mandato e partir para África, porque esse é o rumo que ele, Gonçalo, enxerga como a melhor alternativa para o cumprimento dos seus anseios.

Jacinto e Gonçalo representam uma espécie de subdivisão dos conceitos defendidos em *A correspondência de Fradique Mendes*. Dois personagens que, separados, completam, cada um pelo seu viés, o diálogo de Eça de Queirós com o seu século.



*“Nos tempos incertos e amargos que vão, portugueses destes não podem ficar para sempre esquecidos, longe, sob a mudez de um mármore. Por isso eu o revelo aos meus concidadãos – como uma consolação e uma esperança.”*

*(A correspondência de Fradique Mendes)*

### 3. A CORRESPONDÊNCIA DE FRADIQUE MENDES

*A Correspondência de Fradique Mendes* é uma obra dividida em duas partes: “Memórias e Notas”, e “As Cartas”. A interação das duas partes propicia a formação/recriação de um mito. Fradique surgiu como poeta satânico nas páginas de dois periódicos lisboetas em 1867; mostrou-se um pouco mais em *O mistério da Estrada de Sintra* em 1870; esboçou o seu retorno em 1885 através da correspondência entre Eça e Oliveira Martins e passou três anos escondido antes de voltar à cena nas páginas d’*A Província* e depois nas d’*O Repórter*, jornais dirigidos pelo autor de *Portugal Contemporâneo*, para só então ganhar vida própria.

Já foram abordadas neste trabalho as dúvidas sobre quem é Fradique Mendes, mas agora torna-se necessário entender a interação entre Eça de Queirós e Carlos Fradique Mendes. Ana Nascimento Piedade, no minucioso estudo intitulado *Fradiquismo e modernidade no último Eça (1888-190)*, questiona a relação Eça/Fradique:

*Poderá a “mistificadora retórica” fradiquiana testemunhar com segurança as metamorfoses que o seu inventor foi evidenciando ao longo do seu percurso? Por outro lado, terá sido Fradique apenas um “interlocutor qualificado e oportuno”, tacticamente usado por Eça para se libertar da antiga anuência à disciplina tão estreitamente isenta de ambigüidades da escola naturalista? Ou, pelo contrário, dever-se-á interpretar o Fradiquismo numa perspectiva mais ampla e estrutural, por forma a atenuar-lhe esse estatuto de mero “álibi” ou, dito de outro modo, isentá-lo da espécie de relação causalidade que eventualmente detém com essa conjuntura – o tão discutido afastamento do realismo naturalismo –, que marcou a vida do escritor? (PIEDADE, 2003, p. 127).*

De fato, Fradique acompanhou as evoluções promovidas por Eça na sua literatura desde 1867, mas não se pode esquecer que ele é a materialização de um projeto literário que, por vontade e afínco do seu criador, acabou formando uma *personalidade*. O amigo do “maganão das Flores do mal” foi criado por um autor que em sua maturidade artística, achou de realizar uma síntese das suas idéias frente a um século ainda preso ao nacionalismo romântico e a uma igreja que, apesar de ver diminuído o seu poder, ainda mantinha uma influência considerável na mentalidade do seu tempo. Quanto à possibilidade de Fradique ser um libertador da disciplina realista-naturalista ou mesmo um “álibi atenuador”, devo também recusar esta proposição porque desde *O Mandarim* que Eça não seguiu cegamente a cartilha realista-naturalista. O afastamento

ocorreu também n’*A relíquia* e em *Os Maias*, texto que Carlos Reis aponta o momento em que ocorre o colapso do realismo-naturalismo na obra queirosiana. Neste texto, o autor põe em cheque os cientificismos exagerados do movimento, que, se fossem levados adiante – com o rigor científico que o movimento exigia –, tornariam sua obra datada. Eça, de fato, se afastou do realismo-naturalismo, mas não completamente; e os anos vividos no exterior, em que manteve colaboração com jornais de Portugal e do Brasil, fizeram dele um “remexedor de idéias” em diálogo fecundo com a cultura e os valores do seu século.

Não deixa de ser presumível reconhecer Carlos Fradique Mendes como personificação dos Vencidos da Vida. Isabel Pires de Lima, no artigo “Vencidismo e dandismo ou o heroísmo decadente de Carlos Fradique Mendes” (1993), diz que o autor das “Lapidárias” “é uma espécie de ‘personagem-síntese’, ‘personagem-símbolo’, ‘personagem-aspiração’ dos Vencidos da Vida” (LIMA, 1993, pp. 29-30). Realmente, Fradique encarna diversas facetas das personalidades dos componentes do renomado “grupo jantante”. Tanto no que de fato eram como no que gostariam de ser – quer na elegância do vestuário e dos costumes, quer no requinte de gosto e de experiências mundanas ou ainda nas reflexões que Eça manifestava através da pena de Fradique. Assim, este personagem pode também ser visto como um porta-voz dos “Onze do Bragança”, um grupo de homens de espírito que freqüentemente enxergamos nas páginas não só d’*A Correspondência de Fradique Mendes*, mas também em outras obras do romancista, como, por exemplo, *Os Maias*.

Isabel Pires de Lima lembra que em momento algum Fradique faz “uma revisão de valores ou de comportamentos, como de algum modo haverá em duas outras posteriores personagens de Eça – Jacinto e Gonçalo” (LIMA, 1993, p. 32). Por isso, essa eminente queirosiana conclui que Fradique é o personagem mais desistente criado por Eça, o que faz todo sentido, pois, se pensarmos n’*Os Maias*, veremos que Carlos tornou-se vencido depois de ter, à sua maneira, tentado uma alternativa; João da Ega fazia muitos planos, mas jamais abriu mão das benesses oriundas de Celorico; e D. Afonso acreditou em um modelo de educação para o seu neto através da qual pretendia vê-lo tornar-se útil ao país, morrendo desgostoso com o relacionamento incestuoso no seio da sua família. Já Fradique nunca procurou alternativas para essa desistência acusada pelos Vencidos, que, cientes de que suas convicções, não frutificaram – como as de D. Afonso –, isolavam-se em grupo para cultivar o pessimismo e jantar regaladamente.

O insulamento de Fradique, termo usado por António José Saraiva, que Isabel Pires de Lima resgata, é fruto do *status* de homem superior e original de que desfruta este digno representante dos Açores no âmago de uma sociedade conselheira. Por isso, Fradique se isola, para descer de seu posto apenas quando algo desperta o seu interesse de homem superiormente dotado, avesso à banalidade e amante da perfeição. E é pela distância que, com lucidez, observa o mundo e até mesmo a si próprio. Fradique apresenta uma atitude vencidista de “feroz insatisfeito”, como observa o editor da correspondência fradiquiana. Lucidez esta comum aos convivas do Hotel Bragança.

E é pela clareza do raciocínio que Fradique opta pela negação da escrita, outro ponto comum aos vencidos de *Os Maias*. Esta obra anuncia uma revisão de conceitos de um Eça de Queirós maduro que já não crê em rupturas, mas num incômodo baixar de armas. Há um diálogo muito revelador entre Carlos Eduardo e Cruges. Nele, o maestro ataca o diletantismo do Ega, ainda que reconhecendo o talento e a verve do “Mefistófeles de Celorico”. Segue o diálogo:

*- Ninguém faz nada – disse Carlos espreguiçando-se. – Tu, por exemplo, que fazes?*

*Cruges, depois de um silêncio, rosnou encolhendo os ombros:*

*- Se eu fizesse uma boa ópera, quem é que ma representava?*

*- E se o Ega fizesse um belo livro, quem é que lho lia?*

*O maestro terminou por dizer:*

*- Isto é um país impossível... Parece-me que também vou tomar café. (QUEIRÓS, 2000, p. 222).*

A convicção da Geração de 70 na necessidade de refundir Portugal como um todo, bem como a constatação dos Vencidos de que haviam falhado na vida, passava por conclusões como essas que o diálogo entre Carlos e Cruges ilustra: o entendimento da decadência de um país atrelado ao passado, de uma sociedade deitada sobre os triunfos pretéritos e de uma mentalidade “conselheira”. Neste panorama, não vale a pena escrever, compor e/ou analisar. Assim, só restava a Fradique peregrinar pelos continentes e pelas filosofias; e aos Vencidos, jantar no Bragança.

É importante lembrar que o termo insulamento é especialmente feliz por causa da originalidade do seu ser e da origem açoreana de Fradique, o que o assemelha a Antero e também a Garrett, dois dos maiores referenciais de Eça de Queirós. Para Fradique, a única maneira de permanecer genuinamente português em um país em que “tudo tende à ruína” é a ironia, como atesta Isabel Pires de Lima: “genuíno português, perseguindo um velho Portugal por ele

mitificado ou perseguindo apenas, por oposição ao tempo presente, um tempo mítico passado” (LIMA, 1993, pp. 44-45). Assim, Fradique está associado a Gonçalo Mendes Ramires (seriam parentes?), com a diferença que o Fidalgo da Torre vivia literalmente do passado. Mas nesse caso, o convívio com os feitos de outrora o obrigou a uma revisão dos seus valores que o levaram a novas perspectivas.

Fradique busca no passado uma genuinidade que não encontra no tempo presente e não uma revisão de valores. Não quer, a partir do passado, se fazer outro, uma vez que não acredita em qualquer forma de salvação e renovação da mentalidade portuguesa pela via intelectual – a única possível pela ótica de um homem que é “todo de análise”.

Pires de Lima lembra Vergílio Ferreira, para quem a solução de Fradique foi não ter soluções, e conclui que, por isso, considera que, sem nenhuma ironia, o poeta da “Guitarra de Satã” é merecedor da honraria de ser considerado “o décimo segundo dos Onze do Bragança” (LIMA, 1993, p. 45). Toda essa falta de perspectivas, embrulhada em grossas camadas de ironia, está presente nos temas e na forma de expressão escolhida por Carlos Fradique Mendes: a correspondência.

Volto às cartas que Eça escreveu a Oliveira Martins. Nelas, o autor de “O Bock Ideal” começou a elaborar o novo Fradique inspirado pela publicação das correspondências de Balzac, Proudhon, Voltaire e outros mais. Inicialmente, Eça tratava-o como se, de fato, existisse (na carta de 1885), e chega a perguntar com desembaraço a Oliveira Martins: “não te lembras dele?”. Eça manteve dúvidas sobre a forma da publicação d’*A correspondência* e discutia com o amigo como a obra deveria ser levada ao público: publicar a introdução e as cartas de uma vez, ou dividi-la em partes.

Três anos depois (1888), voltou a trocar impressões com o amigo Joaquim Pedro sobre a necessidade de elaborar um ensaio inicial sobre o originalíssimo dândi; o ensaio havia de preceder as cartas que Eça “tinha em mãos”. Ainda nesta segunda carta, Eça mantém a farsa da existência do cinzelador das “Lapidárias”: “Fradique foi um grande homem – inédito. Eu revelo-o aos seus concidadãos, publicando-lhe a correspondência” (apud PIEDADE, 2003, p. 70). Para reforçar essa impressão de veracidade da existência fradiqueana, Eça abandona a idéia de uma apresentação meramente biográfica para modelar um estudo crítico.

Mas, na terceira carta, Eça assume a não-existência de Carlos Fradique Mendes, e insiste na necessidade da introdução de um estudo crítico por entender que não fazia sentido publicar a

“correspondência de uma abstração” e que “o tal estudo crítico é de facto uma *novela* – novela de feito especial, didáctica e não dramática, mas enfim, novela, com uma narração, uma acção, episódios, uns curtos bocadinhos de diálogo, e até paisagens” (PIEDADE, 2003, p. 71). Por fim, Eça entrega a decisão final da publicação a Oliveira Martins.

Na introdução biográfica do editor das cartas de Fradique Mendes, o leitor se familiariza com o personagem a partir da formação intelectual, das convicções e dos posicionamentos do intrépido açoriano diante dos valores e das grandes questões que dominavam a sociedade europeia e portuguesa no final do século XIX; sobretudo, segundo Carlos Reis, no que diz respeito ao “seu posicionamento ideológico em relação a Portugal, à sua cultura e à sua evolução histórica recente” (REIS, 2000, p. 26). Fradique vê o liberalismo, que trouxe a democratização e o nivelamento de comportamentos, como o responsável pela degeneração dos costumes em Portugal; assim como os “politiquetes”, que deram cabo do “Portugal vernáculo”.

É nesta primeira parte d’*A correspondência* que Eça traça a personalidade de Fradique, manifestada por um incisivo livre-pensar, pela peregrinação entre continentes, pelo incessante culto do exótico, pelo dandismo exuberante, pelo horror à banalidade burguesa. Tudo em Fradique é superlativo e plural. Aríete da Modernidade emergente, Carlos Fradique Mendes está “ideologicamente distante do naturalismo, orientado para um esteticismo tipicamente finissecular” (REIS, 2000, p. 28) que sinaliza a relação entre Eça e essa modernidade.

Buscando as reminiscências da juventude, Eça conta como conheceu o dândi-poeta utilizando os dois primeiros capítulos para situar Fradique no universo. Começa pela mocidade em Lisboa para passar à infância nos Açores, explicando quem é Fradique através de suas origens e a base de sua originalidade. Educado por um padre, um coronel francês e um conterrâneo de Kant, Eça demonstra que, pelos preceptores que o orientaram, Fradique seria tudo, menos um homem trivial.

A partir desse ponto, Eça demonstra a evolução do relacionamento dele com Fradique. Do Cairo a Paris, de Carlos Mayer a Teófilo Gautier, Eça utiliza figuras reais e fatos ocorridos para conferir autenticidade ao camaleão Fradique Mendes, e alardear a independência intelectual de um homem que, apesar de todas as evidências contrárias apresentadas pelo seu criador, não existiu.

Todo o processo de criação d’*A correspondência de Fradique Mendes* está ligado à noção de jogo. Num primeiro momento, Eça de Queirós joga com Oliveira Martins ao tratar Fradique

como alguém que efetivamente viveu. Depois, faz o mesmo nas páginas dos jornais em que essa correspondência foi publicada e também nas cartas que escreveu para D. Emília (quando fala do sucesso de Fradique em Lisboa). Não se pode esquecer que houve jogo desde a publicação dos poemas de Fradique na *Revolução de Setembro* e em *O Primeiro de Janeiro*, passando pela “estroinice” de *O mistério da Estrada de Sintra*. Um jogo de faz-de-conta que Eça fez com seus leitores ao longo da sua carreira literária.

Johan Huizinga, em *Homo Ludens*, afirma que o jogo não ocupava muito espaço na sociedade oitocentista por causa do ideal de trabalho e produção que norteavam esta época. O pensamento dominante estava voltado para a consciência social, para as preocupações com a educação e para o cientificismo. Assim, o crescimento da importância dos fatores econômicos e do progresso tecnológico foi cria do racionalismo e do utilitarismo.

Segundo Huizinga, as grandes escolas do pensamento oitocentista – aqui incluídos o liberalismo e o socialismo – “eram adversas ao fator lúdico na vida social”. Para o historiador holandês, “a ciência analítica e experimental, a filosofia, o reformismo, a igreja e o estado, a economia, tudo no século XIX se revestia da mais extrema seriedade” (HUIZINGA, 2005, p. 213). Huizinga estende essa crítica à literatura e à arte, porque depois do romantismo o jogo era visto como pouco respeitável. Para ele, estilos literários como o realismo e o naturalismo contribuíram para extirpar qualquer espírito lúdico da arte, tornando essa época mais circunspecta sob o ponto de vista social.

Então, numa época taciturna, em que houve a separação entre jogo e cultura, Eça de Queirós faz um exercício de verve escrevendo as memórias e a correspondência de Carlos Fradique Mendes, colocando-se, porém, mais visceralmente do que nunca, contra a maré dominante do pensamento intelectual do seu tempo, ao criar um personagem que dialoga com as mudanças postas em prática no século XIX, sobretudo em Portugal, que passou o século se adaptando a novidades, que Sérgio Nazar David relaciona em artigo publicado na *Revista do Instituto de Literatura Comparada da Universidade do Porto*<sup>12</sup>, como o início de uma vida democrática; a redução do poder régio e da Igreja; o fim da pena de morte e da escravidão; as

---

<sup>12</sup> “De estrangeiros, estrangeirados, imigrantes e proscritos. Almeida Garrett e Eça de Queirós no espelho da Europa. Viagem e história social. Portugal ontem e hoje”. In: VILAS-BOAS, Gonçalo e OUTEIRINHO, Maria de Fátima (org). *Cadernos de Literatura Comparada: Revista do Instituto de Literatura Comparada da Universidade do Porto* n° 18. 2008. pp. 107-127.

reformas da instrução pública; a luta contra a censura; e a construção de teatros e dos caminhos de ferro.

### 3.1. As cartas

A *Correspondência de Fradique Mendes* apresenta dezessete cartas. Outras seis foram publicadas no volume *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, pela Lello & Irmão, e uma última – “A Eduardo Prado” – que está contida em *Cartas e outros escritos*, editada pela Livros do Brasil. Ana Nascimento Piedade faz um histórico pormenorizado das edições dessas obras.

*Cartas inéditas...* aparece em 1929 e é o último volume das obras póstumas, série organizada por José Maria d’Eça de Queirós Filho. Nesse livro estão as cartas dispostas na sequência: “I. ‘A E. Sturmm, alfaiate’ (1885); II. ‘A Paul Vargette’ (1894); III. ‘A Madame Jouarre’ (1892); IV. ‘A Manuel...’ (1893?); V. ‘A A...’ (1885?); e VI. ‘A E...’ (1885)” (PIEADADE, 2003, p. 34). Já a carta “A Eduardo Prado” surgiu em 1912 na parte “Artigos diversos” de *Últimas Páginas (Manuscritos inéditos)*, da Livraria Chardron de Lello & Irmão.

Esta última carta pertencia ao arquivo de Ramalho Ortigão e foi também reproduzida no volume 15 da coleção “Obras de Eça de Queiroz”, da editora Livros do Brasil, intitulado *Cartas e outros escritos*.

A publicação d’*A correspondência* data de 1900 e foi editada pela Livraria Chardron de Lello & Irmão. Nesta edição apareciam apenas dezesseis cartas e este número foi aumentado para dezessete na edição da Livros do Brasil, volume 7. Esse levantamento é importante porque a Livraria Chardron era a responsável pelas edições em vida de Eça de Queirós, e a Livros do Brasil é a editora que até agora publicou as melhores edições das obras de Eça de Queirós – exceção feita às edições críticas dirigidas por Carlos Reis publicadas pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Mas as edições críticas da obra completa de Eça de Queirós ainda não estão prontas e por isso os estudos queirosianos estão, geralmente, baseados nas edições da Livros do Brasil, que formam ao todo 28 volumes, “dos quais só os primeiros quatorze são dirigidos por Helena Cidade Moura” (REAL, 2006, p. 38). A edição d’*A correspondência* que guia este estudo segue a publicação de 1900, mas acrescenta a última carta a Clara, de acordo com o texto publicado pela *Gazeta de Notícias*.



Sobre esta última carta a Clara, Helena Cidade Moura diz, com razão, na “Nota Final”, que “a tradição editorial junta abusivamente ao corpo do livro delimitado pelo seu autor” (MOURA, 2002, p. 237). Ocorre que a “tradição editorial” coloca essa carta em evidência, e enquanto não tivermos a edição crítica d’*A correspondência de Fradique Mendes* o texto será estudado junto às demais cartas, objetivando esclarecer o projeto ficcional de Eça de Queirós.

No ensaio “Eça e Fradique: as cartas e os seus temas”, Maria João Simões aponta que Eça escreve cada uma das cartas “com uma autonomia e uma coerência próprias” (SIMÕES, 1992, p. 23), ou seja, cada destinatário desempenha um determinado papel e uma função específica: com o crítico social e literário Ramalho Ortigão, Fradique discorre sobre a sociedade contemporânea; na carta ao historiador e cientista político Oliveira Martins, Fradique começa com a múmia de Ramesses II e termina com o homem moderno. Essas personalidades da vida real se encaixam no propósito de conferir autenticidade à correspondência e ao personagem que supostamente a escreve. Deixando de lado as personalidades próximas a Eça/Fradique, a correspondência apresenta outras cartas em que o remetente manifesta suas opiniões de acordo com as profissões dos destinatários. É o que ocorre, por exemplo, quando Fradique escreve para o engenheiro MR. Bertrand B. Nesta carta, o afilhado de Madame Jouarre discute o progresso combatendo as linhas férreas e na carta ao Sr. E. Mollinet, diretor da “Revista de Biografia e de História”, Fradique responde sobre o conselheiro Pacheco. Uma carta que não consta n’*A correspondência*, sobre a qual Maria João Simões faz considerações importantes, é a carta a Eduardo Prado. Simões lembra que as cartas de Fradique foram criadas com o objetivo de serem publicadas. Assim, Eça se dirige a um público maior, que está por trás do destinatário. Eça escrevia para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Sendo Eduardo Prado brasileiro, esta é uma carta que procura atingir um público diferente. Assim, Fradique fala sobre História Política fazendo Eduardo Prado representar todos os leitores do jornal fluminense. E utilizando uma “argumentação dentro dessa estrutura opositiva, formulando uma hipótese desejável para a evolução e o desenvolvimento do Brasil” (SIMÕES, 1992, p. 25). O mesmo ocorre, portanto, àquelas direcionadas às figuras da cultura portuguesa. Ou seja, para atingir a um público maior, o autor utiliza um destinatário específico, para conseguir, assim, uma aproximação maior ao leitor sem que ele se aperceba desse recurso.

A primeira carta é destinada ao Visconde de A.T. – um português que está em Londres e que pede a indicação do melhor alfaiate da capital inglesa. Aqui, Fradique desfia rapidamente as suas convicções sobre o valor que a indumentária confere ao homem perante o mundo. Esta carta

é uma espécie de esboço daquela que Fradique envia ao alfaiate alemão E. Sturmm, no livro *Cartas inéditas de Fradique Mendes*. Nessas duas cartas, Fradique faz a diferença entre o alfaiate que apenas tapa a nudez – “então recomendo-lhe aquele que tiver a tabuleta mais perto do seu hotel” (QUEIRÓS, 2002, p. 117) – e aquele que, apesar de caro, confere distinção ao vestir. Quando escreve ao “bom Sturmm”, Fradique rotula a sobrecasaca do alemão de “insensata” enquanto a contempla nas costas de uma cadeira, porque “assenta tão bem nessas costas de pau, como assentaria nas do Comandante das Guardas Municipais, nas do Patriarca, nas dum piloto da barra ou nas dum filósofo, se o houvesse nestes reinos” (QUEIRÓS, S/D, p. 43).

A segunda carta transcrita n’*A correspondência* é a primeira de uma série de cinco dedicadas a Madame Jouarre. Em *Cartas inéditas de Fradique Mendes* há uma sexta carta que o atencioso afilhado escreve à madrinha. Aqui, Fradique revela o seu interesse pela “mulher loura, de testa alta e clara” e o leão adivinha uma “graça ativa e ligeira de deusa e de ave” (QUEIRÓS, 2002, p. 119). Fradique relaciona os encantos de Clara e o efeito que essas qualidades produziram em seu íntimo ao desejo em postergar esse encontro. Para ilustrar o “requite em retardar”, Fradique exemplifica com La Fontaine e Tennyson o prazer que esse adiamento proporciona. Termina a missiva falando no desabamento do retiro que mandara construir em Sintra para, com a ironia que o caracterizava, falar sobre as confusas trocas de funções em Portugal: o arquiteto escreve sobre finanças e o novo encarregado da obra trabalha na Procuradoria-Geral da Coroa, o que leva Fradique a concluir que “talvez se eu necessitasse um jurisconsulto, me propusessem um trolha” (QUEIRÓS, 2002, p. 122). Mais do que o exercício de humor, Eça revela aqui a volubilidade de Fradique, que começa uma carta falando de amor para terminá-la discorrendo sobre os sobressaltos de uma obra, reafirmando a efemeridade do sentimento amoroso para esta personalidade.

E se Fradique terminou o texto falando sobre as dificuldades para construir em Portugal, na segunda carta dedicada à madrinha, a sétima no corpo d’*A correspondência*, o afilhado de Madame Jouarre conta as agruras passadas na estação de Santa Apolónia para exemplificar o atraso nos serviços em Lisboa. O problema foi encontrar um transporte entre a estação e o hotel; depois de carregar as malas às costas, acabou por encontrar uma parelha cujo cocheiro o atendeu com maus modos e cobrou-lhe três mil réis. Aqui, Eça lança as sementes de Jacinto, pois Fradique termina a narrativa exultando o momento em que se viu protegido pelo Progresso que o Bragança oferecia, e deixa também outra pista da escolha de Eça pelos pobres aludida por Miguel

Real. Ao reconhecer o poeta das “Lapidárias”, o cocheiro que o destratou na treva da noite humildemente aceita qualquer valor que o “sr. D. Fradique” quiser pagar, o que amolece o coração do dândi: “Era a bonacheirice, a relassa fraqueza que nos enlaça a todos nós Portugueses, nos enche de culpada indulgência uns para os outros, e irremediavelmente estraga entre nós a disciplina e toda a ordem. [...] Dei uma libra àquele bandido!” (QUEIRÓS, 2002, p.160).

A carta número dez é a terceira que Fradique envia a Madame Jouarre e ele segue transmitindo à madrinha os acontecimentos de sua passagem por Portugal. É nesta epístola que Fradique fala no comendador Pinho, no Quinzinho e nos tipos que almejam viver à sombra do Estado. Mais do que uma simples leitora, Madame Jouarre é uma interlocutora para as dissertações que Fradique produz sobre o seu país e seus conterrâneos. Aqui o foco é um pequeno grupo de pessoas que vive numa casa de hóspedes na Travessa da Palha. “Quase todas as profissões em que se ocupa a classe média em Portugal estão aqui representadas com fidelidade, e eu posso assim estudar, sem esforço, como num índice, as idéias e os sentimentos que no nosso ano da graça formam o fundo moral da Nação” (QUEIRÓS, 2002, p. 176). Eça/Fradique diseca a dona da casa de hóspedes, o filho dela, a empregada e os hóspedes que a habitam. Todos os que vivem lá, assim como os que estão ao redor deles, desejam uma vaga em qualquer repartição governamental. O Quinzinho, filho da patroa, não é dos mais entusiasmados pelos estudos; e o conselheiro Vaz Neto entende que o melhor é não insistir nessa área e providenciar que o rapaz entre o mais rapidamente possível para a repartição.

Está clara aqui a crítica eciana àquela faixa da população portuguesa que, não tendo talento nem vontade para vãos próprios, encontra no Estado a solução para a sua incompetência. A crítica que Fradique faz costumeiramente aos conselheiros não é por birra para com uma determinada classe, mas sim à pequenez do horizonte descortinado por essa gente e ao abrigo oferecido pelo governo a comensais que não têm nada a oferecer a Portugal e que seguem apenas o chamado caminho mais fácil: viver às custas de outrem. A crítica que Eça faz ao conselheiro e ao amanuense é motivada pelo fato de que eles se aproveitam de uma posição que somente a eles é permitida e que, zelosamente, procuram manter sob as suas influências. O mesmo acontece com o anticlericalismo do autor de *O crime do padre Amaro*. Eça não é contra a igreja ou os padres, ele é contrário aos maus padres que aproveitam o lugar que desfrutam na sociedade para manipular vontades baseados na inquestionabilidade dos dogmas. E é esse o tema da última carta que Fradique escreve à madrinha na sua correspondência.

Na décima sétima carta deste livro, Fradique expõe as entranhas de outro frequentador da hospedaria da Travessa da Palha: o padre Salgueiro. Este padre reúne todas as características dos padres portugueses, o que, para qualquer dândi, tal semelhança na maneira de ser, é um grave delito. Mas o que mais chamou a atenção de Fradique neste homem é a sua postura diante das suas funções eclesiásticas. Padre Salgueiro entende o sacerdócio como uma função civil, o que, no entender de Fradique, o afasta da religião e o aproxima do funcionalismo e dos demais hóspedes de D. Paulina Soriana. Padre Salgueiro é tão funcionário como os da Alfândega ou os de uma repartição no Terreiro do Paço. Celebra missas como quem arquiva ofícios, administra sacramentos como quem carimba documentos, decora a Teologia Dogmática como os bacharéis em Coimbra decoram as sebatas de Direito Romano para obterem posteriormente um emprego fácil. Para o padre Salgueiro, “só o grau vale e importa, porque justifica o despacho” (QUEIRÓS, 2002, p. 209). Trata-se de uma crítica ao pragmatismo de uma sociedade que só pensa em se safar pela via do compadrio, do concubinato e/ou da cunha.

Feito o seminário e nomeado para uma boa paróquia, padre Salgueiro não tem obrigações para com o seu rebanho. A inteligência é “prática e metódica”, acorda às dez horas como todos os empregados do Estado, batiza a criança, enterra o cadáver, celebra o casamento e, no fim do mês, recebe o seu salário e o reconhecimento do bispo, que certa vez o incumbiu de duas tarefas: queijadas de Sintra e uma coleção do *Diário do Governo*. Por ler *O Primeiro de Janeiro*, o padre considera ser um liberal e enxerga os santos como uma casta aristocrática cujas obrigações sobrenaturais são subsidiadas pelo céu, e não por ele. A opinião do padre sobre um certo São Venâncio é exemplar da sua mentalidade funcional; “S. Venâncio infelizmente não se presta. Não foi bispo, nunca exerceu cargo público!”. Fradique conclui que “Jesus não possui melhor amanuense” (QUEIRÓS, 2002, p. 213).

Carlos Reis, em *O essencial sobre Eça de Queirós*, detecta as origens desse anticlericalismo na formação cultural e ideológica da Geração de 70 influenciada pelas idéias socialistas, republicanas e positivistas. Desde os primeiros textos que o clero é objeto de crítica ácida para Eça de Queirós, que abordou a influência dos padres na vida das mulheres (*O crime do padre Amaro*), na educação (*Os Maias*) e no comércio de relíquias religiosas (*A relíquia*). Essas obras apresentam padres que se beneficiam da credulidade dos fiéis para desfrutarem de jantares, dinheiro, proteção e favores sexuais pela via da coerção, da dissimulação e do terror de castigos

divinos impingidos aos fiéis. No entanto, reforço, esse anticlericalismo não é antireligioso, vide os bons padres que aparecem em toda a literatura queirosiana.

Mas é preciso retornar à correspondência de Fradique. A carta três já foi abordada rapidamente e é endereçada a Oliveira Martins. Nela Fradique refere-se a múmias e a semblantes dos poderosos, para lamentar que “o homem moderno, esse, mesmo nas alturas sociais, é um pobre Adão achatado entre as duas páginas de um código” (QUEIRÓS, 2002, p. 127). Mais uma vez Eça manifesta pela pena de Fradique o seu desgosto em ver o homem aprisionado a convenções que reduzem a sociedade a uma uniformização de rebanho. Não se trata apenas do horror à democratização dos costumes manifestado na maneira de ser do dândi, mas sim no desejo de uma postura independente do homem frente às convenções que o aprisionam.

Esse também é o tema abordado na quarta carta, dedicada a Madame S., mas nesta Fradique discorre a partir da língua um estudo sobre nacionalidade e, claro individualidade, que é o que mais interessa a este estudo. Diz o original mundano que o homem que busca a expressão impecável em língua estrangeira perde a sua individualidade, ou seja, aquilo que o difere em terras estranhas, e essa atitude significa para Fradique “o desejo servil de não sermos nós mesmos” (QUEIRÓS, 2002, p. 131). Finaliza recomendando à amiga que em vez de aulas de espanhol ela deveria providenciar para o filho um professor de música, para que o rapaz aprendesse a se exprimir pelas cordas de uma viola, o que seria, convenhamos, muito mais original naquele fim de século.

A carta número cinco é uma resposta à proposta de Guerra Junqueiro de “desentulhar Deus da aluvião sacerdotal” e Fradique expõe a necessidade do ritual para as religiões. O que configura uma proposta original, uma vez que é feita por um devoto de Nossa Senhora da Razão. Guerra Junqueiro é do grupo anticlerical de que Eça fazia parte, e nada mais natural que protestasse contra o incenso, o ouro e a mirra. O surpreendente é Fradique refutar a proposta, o que comprova a afirmação de Carlos Reis a respeito da autonomia de Fradique em relação a Eça de Queirós na questão da heteronímia. Fradique faz um extenso levantamento de religiões do ocidente e do oriente para defender o rito e a pompa da cerimônia religiosa, mas não o faz por elogio. Fradique entende que sem ritual a religião acaba, porque o que controla o fiel é o temor e não a virtude da fé o que remete à fala de D. Afonso da Maia quando este diz preferir que Carlos seja virtuoso por amor à virtude e não por temer as caldeiras de Pêro Botelho. Ou seja, por caminhos tortuosos, Fradique defende, mas também ridiculariza, o cerimonial religioso e a

necessidade do homem comunicar-se com outras esferas. No final da carta ele narra a mensagem secreta que o chefe africano Lubenga envia à sua divindade, o Mulungu:

*Que faz Lubenga? Grita por um escravo: dá-lhe o recado, pausadamente, lentamente, ao ouvido: verifica bem que o escravo tudo compreendera, tudo retivera: e imediatamente arrebatava um machado, decepa a cabeça do escravo, e brada tranqüilamente: “Parte!” A alma do escravo lá foi, como uma carta lacrada e selada, direita para o Céu, ao Mulungu. Mas daí a instantes o chefe bate uma palmada aflita na testa, chama à pressa outro escravo, diz-lhe ao ouvido rápidas palavras, agarra o machado, separa-lhe a cabeça, e berra: “Vai!” Esquecera-lhe algum detalhe no seu pedido ao Mulungu... O segundo escravo era um pós-escrito... (QUEIRÓS, 2002, p. 144).*

O triângulo amoroso entre um leão dos salões, uma burguesa entediada e um burguês endinheirado é o tema da carta à “Ramalhal figura”, que parte de uma análise particular para o quadro geral no código do adultério elegante, induzindo o raciocínio do leitor pelas características do trio a um tom burlesco-satírico. Essa é mais uma das cartas em que Fradique utiliza diferentes estratégias argumentativas revelando um discurso persuasivo sem jamais deixar de expor o que pensa. Assim, ao escrever a estas personalidades, o autor manifesta as suas opiniões e analisa essas situações a partir da sua original maneira de ver o mundo, confirmando o que o autor das “Memórias e Notas” apresentou anteriormente, e fornecendo a dose de veracidade do cinzelador das “Lapidárias”.

A oitava carta compilada foi enviada ao diretor da “Revista de Biografia e de História”, sr. Mollinet, e versa sobre a vida e a morte do conselheiro Pacheco. Nela, Fradique aborda o tema que costuma debater com Madame Jouarre: uma sociedade que não questiona certos homens e as suas atitudes, e a aura que eles adquirem. Fradique explica ao diretor da revista, num texto repleto de ironia, pela reiterada negação das coisas, o que o conselheiro não fez e arremata: “Sem Portugal – Pacheco não teria sido o que foi entre os homens: mas sem Pacheco – Portugal não seria o que é entre as nações!” (QUEIRÓS, 2002, p. 167). Fradique realiza um obituário em que deixa claro que Pacheco nada fizera para merecer o destaque que usufruía na sociedade portuguesa, mas que mesmo assim tornara-o um “homem de estado”. Finaliza contando que a própria viúva nunca compreendera o talento do marido. Este é um texto que se aproxima de “O bock ideal” (1893), crônica em que Eça protesta pela maneira dócil como a sociedade parisiense adotara Melchior de Vogué como um apóstolo da conquista do Ideal. O que deixava Eça

desiludido era a maneira como a intelectualidade parisiense deixava-se ludibriar por idéias tão gastas como as de Melchior de Vogué para tomá-las como grandes revelações. De Vogué e Pacheco representam a carência de espírito crítico de sociedades que se deixam enganar fácil e docilmente.

Pulo a carta número nove porque esta é dedicada a Clara e será estudada mais à frente. A décima primeira carta é para o engenheiro Bertrand, na Palestina. Esta carta encaixa-se no posicionamento do dândi diante do progresso e no elogio à Natureza, à História e à Arte. Fradique critica a estrada de ferro que vai para Jerusalém com a certeza de que o progresso iria ocidentalizar o Oriente. Admite o seu apreço pelos trilhos, mas argumenta que eles são bons entre Paris e Bordéus, nunca na Palestina e deixa claro que o real motivo da construção da estrada é o capital: “Mas sossega, Bertrand, engenheiro e accionista!” (QUEIRÓS, 2002, p. 191). Ciente da finalidade da estrada e lamentando pelo fim da lenda cristã, Fradique despede-se chamando Bertrand de monstro.

A carta ao Bento é uma crítica ao jornalismo e à sociedade. Bento pretende fundar um jornal e o dândi é ferozmente contrário a esta idéia. Fradique protesta contra a leviandade impressa nas páginas dos jornais, pois em um século apressado, a improvisação domina e a verificação da notícia não acontece e conclui: “assim passamos o nosso bendito dia a estampar rótulos definitivos no dorso dos homens e das coisas” (QUEIRÓS, 2002, p. 216). Essa conduta é especialmente inoportuna para um homem que é “todo de análise”. E essa vacuidade perturba Fradique que tenta convencer o Bento a desistir da empreitada. Um dos pontos fulcrais na crítica fradiquista é em relação à ideologia de um jornal. Fradique alega a necessidade de escolher um lado e isso representa ignorar toda a virtude que porventura o outro lado possa apresentar.

*Desde que penetras na batalha, nunca poderás admitir que a razão ou a justiça ou a utilidade se encontrem do lado daqueles contra quem descarregas, pela manhã, a tua metralha silvante de adjectivos e verbos [...]. Tens de sustentar que eles são maléficis, desarrazoados, velhacos, e vastamente merecem o chumbo com que os traspasas (QUEIRÓS, 2002, p. 222).*

Ora, configura-se aqui uma clara crítica às ideologias, ou melhor, à desonestidade das ideologias que sustentam ser, cada uma à sua maneira, as detentoras da verdade absoluta e negam qualquer hipótese de razão ao oponente. Esta é uma carta que marca uma das características mais fortes de Fradique Mendes – a análise. Eça/Fradique critica o jornalismo pela ausência de

qualquer esforço de análise de um fato e essa crítica respinga no público que lê as notícias e não questiona o conteúdo do jornal. Essa falta de independência intelectual do leitor é que incomoda o poeta da “Guitarra de Satã” e que sustenta a procura pela originalidade do pensar.

Carlos Fradique Mendes é divertido. Seja pela ironia, pelas provocações, exageros, posturas, ambigüidades ou caprichos. Assim são as suas cartas. Ele escreve a engenheiros, alfaiates, membros dos Vencidos da Vida e da Geração de 70, à madrinha e à Clara. Esta merece quatro cartas que vão da aproximação ao desenlace de um romance.

Charles Bazerman (em *Gêneros textuais, tipificação e interação*) diz que pelo enunciado podemos identificar as intenções do emissor desde que a mensagem seja compreendida corretamente. E Fradique se esforça para ser compreendido nesta correspondência. As missivas começam da seguinte maneira: na primeira ele a trata por “minha adorada amiga”; na segunda Clara é chamada de “meu amor”; a terceira começa com “minha muito amada Clara”; e a última anuncia a despedida de Fradique com “minha amiga”. Fica claro ao começar o quarto texto que este não traz boas notícias para Clara. Principalmente porque nas primeiras cartas o autor derramava-se de paixão. “Minha amiga” é um termo que, no contexto da história do casal, não deixa margem para dúvidas. Os textos podem suscitar no leitor alguma forma de dúvida devido às variações de temas e de sentido, mas, ao longo das cartas amorosas, o texto permite interpretações que realmente se encaixam no conceito de Bazerman e é o que será analisado nos próximos parágrafos.

O tratamento que Fradique dá a Clara é revelador sobre o andamento do romance. Quando Carlos Fradique Mendes a chama de “Minha adorada amiga”, ele faz uma abordagem suave e conta com pormenores o dia em que a conheceu. Descreve o cenário, o figurino e os objetos que emolduravam a beleza daquela “loura castelã de Anjou”. Fradique utiliza palavras como “religiosamente” e “transcendente onnipotência”. Diz que no baile dos Tressans, onde Clara não se encontrasse tudo ficava enfadonho e feio. Mas, ao readmirá-la, passava “a meditar em silêncio a sua beleza” (QUEIRÓS, 2002, p. 170). Compara-se a um monge em devoção, a uma imagem que o inspirava à santidade para, tendo a alma em harmonia, poder merecer a companhia de tão digna senhora. Ao longo desta carta, Fradique eleva Clara à condição de santa, educadora e sol de sua vida. Assim, Fradique iniciou o cortejo a sua dama. Como um cavaleiro saído de uma novela; como um dândi que emerge do passado para devolver um pouco do esplendor de outrora a uma época apressada (no ponto de vista dele, é bom ressaltar).



Na segunda carta, Fradique começa com “Meu amor”. Aqui, ele mantém a intensidade do sentimento, o exagero nas demonstrações de apreço, mas revela que houve o contato entre as “argilas mortais”, ressaltando que a de Clara é bela e a dele, rude. Mais à frente, Fradique confirma a união carnal entre ambos e diz que ama pela primeira vez na vida e reconhece que já se postara “diante de muito altar que não era divino”, para concluir: “mas a Elêusis cheguei, em Elêusis penetrei – e vi e senti a verdade!...” (QUEIRÓS, 2000, p. 202) A santa passa a ser uma deusa maior do que Vênus, pois esta só tem a carne a oferecer: “E a criatura incomparável do meu cismar, a Vênus Espiritual, Citereia e Dolorosa, não existia, nunca existiria!... E quando eu assim pensava, eis que tu surges, e eu te compreendo! Eras a encarnação do meu sonho...” (QUEIRÓS, 2000, p. 203). Mas já nesta carta, Fradique alude a perguntas feitas por Clara que demonstram certa desconfiança por parte da amada, como o porquê de ele olhar as estrelas quando os olhos dela estão ali ao lado, ou quanto tempo dura a eternidade no coração de Fradique. Mais do que caprichos de mulher enamorada, Clara percebe que há qualquer coisa nos exageros sentimentais do amante que não a convencem de todo. Clara era feita de bela argila, mas ainda assim, de argila era feita.

A terceira carta começa com “Minha muito amada Clara”. Neste texto, Fradique responde aos queixumes da “doce descontente”, que reclama a falta de notícias do amado, que por sua vez pergunta se é necessário um certificado diário que comprove o seu amor. E depois dos exageros habituais, porém mais curtos e com certa dose de ironia, Fradique enumera uma série de contratempos como um defluxo, um duelo em que fora padrinho e o encontro com um velho amigo. Doença, um embate entre dois homens e um outro homem impediram que Fradique escrevesse à “Santa Clara”, ou seja, Fradique cuida de não despertar ciúmes numa santa que já não desperta tanta devoção. E a partir do terceiro parágrafo, o *touriste* fala longamente sobre Fernão Lopes, Buda, Jesus, Madame Jouarre, um casamento e destila a costumada ironia sobre um artigo de Renan. Somente nas últimas linhas Fradique dedica palavras amorosas a Clara.

Finalmente, na última carta, Fradique a chama de “Minha amiga”. É o prenúncio do desmanche. Aqui, Fradique se despede de Clara, justificando o fim do romance devido à efemeridade da vida e de tudo o que a envolve. Fradique parte para uma longa viagem com a finalidade de terminar uma relação que “não deveria nunca ser maculada por uma agonia tormentosa e lenta” (QUEIRÓS, 2002, p. 231), porque a “lei universal do depercimento” em breve iria exercer a sua força. Para ele, esse amor deveria morrer enquanto fosse viçoso e não por

obra de recriminações, amargor, impaciências, arrependimentos e saciedade. Para Fradique “a morte, na plenitude da beleza e da força, era considerada pelos Antigos como o melhor benefício dos deuses” (QUEIRÓS, 2002, p. 233). Fradique reafirma que o amor deles é forte e viçoso; também é puro, são e luminoso; fala ainda em paixão e lealdade. Mas é certo que vai acabar.

Imagina-se que dois amantes que se querem com tal variedade de bons e intensos sentimentos fiquem juntos, ou que pelo menos tenham essa intenção. Mas o personagem de Eça de Queirós renuncia a esse amor. O que explica e torna coerente esse discurso é a natureza do dândi, para quem tudo é efêmero. Em *A coerência textual*, Ingedore Villaça Koch diz que o texto não pode ser fechado em si próprio e que o sentido será estabelecido pela interação entre produtor, leitor e texto, o que levará à coerência. Ocorre que uma das características desses homens do século XIX é justamente a incoerência – o dândi só é coerente quando se mostra incoerente.

Das quatro cartas escritas a Clara esta última é a mais curta. Um tiro certo e contundente do poeta de “A velhinha” que não oferece chance para a ex-amada recorrer a quaisquer argumentos para demovê-lo do seu intento. Elogia-a ao extremo como nas primeiras cartas, mas justifica o fim do romance pelo desencanto e pela transitoriedade da vida e dos sentimentos, características tão presentes no dandismo. Carlos Fradique Mendes confirma na correspondência com Clara o *modus operandi* do sedutor. Na primeira fase, o desafio da conquista; na segunda, a necessidade de oferecer segurança à amada; na terceira, aparecem os primeiros sinais de descaso, onde o sedutor desdenha da insegurança da amada e muda de assunto para despistar. Finalmente, o desenlace, onde o sedutor termina a relação colocando a culpa em fatores externos ao sentimento que ele supostamente nutre pela ex-eleita.

Fradique era um cidadão, viajou por todo mundo. Além da Europa, esteve na África, na Ásia, nas Américas e no Oriente-Médio. Um cidadão do mundo, mas na sua argumentação utiliza imagens bucólicas como as de pastores, choupanas e gado. Tinha fé apenas em Nossa Senhora da Razão, mas fala em deusas e flores milagrosas. Para ele tudo é efêmero, mas deseja que Clara seja “perpetuamente bendita” e acredita que nada valia a pena deixar à posteridade. As “Lapidárias” foram o seu único legado literário. Eça cumpre essas premissas ao deixar claras a autoria, as suas opiniões e os sentimentos de um cosmopolita de um século que viu o nascer da aceleração da vida e resgata o discurso amoroso na sua forma mais simbólica: a carta de amor.

*A correspondência de Fradique Mendes* apresenta um posicionamento crítico, no plano nacional, sobre o Portugal da Regeneração, sobretudo no que diz respeito aos costumes e tipos sociais; e no plano europeu direciona a crítica a um esforço civilizacional e democratizador que achata as sociedades. Quanto às concepções estéticas, Fradique combate os estereótipos e o “servilismo intelectual”. Carlos Reis aponta (n’*O essencial sobre Eça de Queirós*) que, distanciado do lirismo romântico e ideologicamente afastado do naturalismo, “Fradique Mendes (e por meio dele Eça de Queirós) abre o caminho para a Modernidade emergente” (REIS, 2000, p.27). A crítica fradiquiana emerge do seu posicionamento ideológico frente às questões culturais e políticas do Portugal liberal que descaracterizam os costumes tornando Lisboa intolerável.

*“Ele pretende que Portugal, sempre, desde Afonso Henriques, viveu enredado em dificuldades – que sempre invariavelmente venceu pela tenacidade, pela coragem, pela destreza, pela adaptação muito elástica a todas as renovações sociais, e também pelo favor da Providência que, desde a planície de Ourique, o vela e o ama. Desta teoria otimista da imortalidade de Portugal, tira ele a certeza de ser a nossa terra, além da mais doce e livre, a mais segura de habitar”.*

*(“Eduardo Prado”.In: Revista Moderna, Julho de 1898)*

## CONCLUSÃO

Paris, 1888. Eça de Queirós chega à cidade que sempre fora uma referência para os da sua geração. Com o posto diplomático na sua cidade de eleição, Eça poderia passar os derradeiros anos de sua vida se abanando com o *Figaro* no Café de la Paix. Mas ele não era o afrancesado antipatriota de que muitos o acusavam. De fato, reclamava do atraso do seu país e da choldra que o habitava, mas isso eram críticas de um jovem escritor formado em uma universidade que tolhia qualquer manifestação de liberdade e que andava à procura do seu espaço na sociedade. Porém também é verdade que, ao viver no exterior e conhecer de perto as misérias da Inglaterra, Eça não poupou ataques e reservas à dita civilização. Isto fica claro, por exemplo, na carta escrita a Joaquim de Araújo, em 25 de fevereiro de 1878. Nesta carta<sup>13</sup>, Eça discorre sobre Ramalho Ortigão. Em determinado trecho fala da época em que o seu parceiro das *Farpas* era visto como um janota que via no *boulevard* “a mais nobre instituição dos tempos modernos” (QUEIRÓS, s/d, p. 23). Eça chama essa observação de velho clichê, evidenciando que quatro anos depois de chegar à Inglaterra já não via a Civilização da mesma maneira que na juventude – o que demonstra que o co-autor *d’O mistério da Estrada de Sintra* não se permitia ficar atrelado a velhas idéias e tampouco mantinha compromisso com o erro.

Dez anos depois, com *Os Maias* embaixo do braço e uma coluna na *Gazeta de Notícias*, Eça desembarcou em Paris com projetos como *A correspondência de Fradique Mendes* e a *Revista de Portugal*. A convivência com essa cidade e seus habitantes contribuiu para reforçar a impressão que manifestara uma década antes na outra margem do Canal da Mancha.

Toda a experiência literária de Eça de Queirós evoluiu com o amadurecimento do escritor. Ao longo desse processo, o autor desenvolveu a sua capacidade de reflexão nos romances, contos e crônicas que produziu em 35 anos de vida literária. Discutiu o papel dos diversos atores das sociedades européia e portuguesa, acompanhou os acontecimentos do mundo na sua produção jornalística e teorizou a literatura debatendo as escolas que dominaram o século XIX. E, ao debater essas escolas, Eça repeliu a “coerência” de estar filiado a um único estilo. É o que Ana Nascimento Piedade chama, com muita propriedade, “da coexistência e da conciliação de opostos” (PIEIDADE, 2003, p. 126). N’*O essencial sobre Eça de Queirós*, Carlos Reis lembra

---

<sup>13</sup> Presente em *Notas Contemporâneas* (s/d).

que, por viver nas proximidades das cidades difusoras da vanguarda cultural européia (Londres e Paris), Eça percebeu, no final da década de 1880, a crise em que o naturalismo mergulhava, o que o levou a questioná-lo em *Os Maias*, sem, entretanto, eliminar completamente o estilo nesta obra. É o que Reis chama de colapso do realismo-naturalismo.

Para alguns pesquisadores, essas três últimas obras enfocadas neste estudo representam uma espécie de reconciliação de Eça com Portugal. Não deixa de ser, se olharmos nesses textos a recuperação das qualidades portuguesas, sobretudo da província e dos seus habitantes. Mas entendo que essas obras representam bem mais do que isso. Primeiro porque não creio que Eça “brigou” com Portugal para que escritor e país fizessem as pazes, depois porque Eça criticava os problemas que, a seu ver, deveriam ser solucionados. Ele não era um indiferente em relação aos seus. Eça desejava que os portugueses reconhecessem as suas capacidades para encontrar novas saídas para os desafios que o fim-de-século anunciava e se assumissem como no ponto de vista defendido em *Os Maias* por Maria Eduarda, que faz uma observação sobre os portugueses: “Mas suponho que são como os Gregos: contentam-se em comer uma azeitona, olhando o céu, que é bonito...” (QUEIRÓS, 2000, p. 356). Sérgio Nazar David aponta neste comentário uma maneira que Eça encontra para dizer que Portugal não precisa se espelhar na Europa civilizada, afinal a cultura portuguesa tem tanto valor como qualquer outra. David chama ainda a atenção para o fato de que Maria Eduarda diz a Carlos que é portuguesa, entretanto conjuga o verbo na terceira pessoa – “são como os gregos” – o que caracteriza um olhar externo e um ponto de vista que permite “olhar Portugal criticamente mas não cruelmente” (DAVID, 2008, p. 117).

Se nas suas primeiras obras Eça conclama a bengalada do homem de bem, nas últimas alerta para a necessidade de os portugueses adotarem uma postura autônoma em relação à política, aos costumes e aos valores nacionais. Mas a bengala não foi de todo aposentada. Basta ver, por exemplo, a carta sobre o Pacheco, de Fradique, as estocadas de Zé Fernandes na civilização ou a recusa de Gonçalo em aceitar um título dado pelo rei.

Muitas loas foram dedicadas à cidade, mas algumas críticas também foram desfechadas antes da sua transferência para a capital francesa. Afinal, Eça já estivera em Paris anteriormente e, sendo um cônsul já experiente, não desconhecia completamente as mazelas das grandes capitais do mundo. Então, a partir de 1888, ele pôde receber em primeira mão as novidades técnicas, os avanços tecnológicos, as mudanças de ser e estar no “seu querido Paris” nos doze últimos anos de vida – seus e do século XIX. Homem e metrópole nutriam-se mutuamente. O

primeiro utilizava a segunda como campo de testes para os seus experimentos, cuja razão de ser era atender às necessidades de conforto, conhecimento e bem-estar tão caras ao indivíduo de um século tão rico e tão ávido por transformações.

Cidades como Paris se desenvolveram procurando oferecer todo tipo de instrumento para que seus habitantes pudessem desfrutar ao máximo uma qualidade de vida que supostamente proporcionavam aos seus cidadãos. Mas esse conforto era enganoso e Eça presentiu esse falhanço, porque enxergou que a incidência de pessoas afetadas por instabilidades emocionais, achaques e outras querelas causadas pelo ritmo de vida nas metrópoles era crescente. A melancolia atingiu pobres e ricos, homens e mulheres, moços e velhos. Enfim, o afetado foi o enfastiado indivíduo urbano.

Em Portugal, Eça reconheceu que o liberalismo não mudara drasticamente os rumos do país e que tanto históricos quanto regeneradores não promoveriam mudanças drásticas. Assim, Portugal mantinha-se preso ao passado histórico, a sociedade refém de opiniões obsoletas, a igreja se esforçando para manter o atraso e a universidade empenhada em eliminar qualquer sopro de rebeldia. Tudo isso associado a uma geração de autores brandos e imitativos.

A situação era tão gritante na visão de Eça, que na carta-prefácio em que o autor autoriza a publicação de uma nova edição de *O mistério da Estrada de Sintra* diz que aquela é uma obra com todos os erros que um autor não deveria cometer, mas que pela audácia com que foi escrita poderia servir de inspiração à nova geração de escritores e terminava dizendo que “aos vinte anos é preciso que alguém seja estroina, nem sempre talvez para que o mundo progrida, mas ao menos para que o mundo se agite” (QUEIRÓS, s/d, p. 9).

E foi com o intento de agitar a sociedade portuguesa que a Geração de 70 se estabeleceu em torno de uma proposta para reformá-la. Como representante dessa geração, Eça de Queirós esteve atento aos movimentos sociais, políticos e culturais que aceleravam e anunciavam as mudanças que estavam para acontecer no novo século que se aproximava - já as transformações que o século XIX produzira haviam causado enormes discussões em Portugal. Como homem de geração e aparelhado com a decantada capacidade para a observação, Eça produziu crônicas sobre a juventude parisiense, política internacional, falsos intelectuais e a docilidade dos que os ouviam enfim, uma produção cronística que combatia a carência de análise e a subserviência intelectual. Essa peleja não se restringiu às crônicas. Nos romances vai-se intensificando a

capacidade crítica do escritor e em nenhum momento temos um Eça que volta atrás nos passos já dados.

Eis então a cronologia das obras analisadas neste trabalho: *A correspondência de Fradique Mendes* começa em 1888, n' *O Repórter*, e termina em 1890 na *Revista de Portugal*; em 1892 sai a publicação na *Gazeta de Notícias* de “Civilização”, que se desdobraria em *A cidade e as serras*; e em 1894, Eça escreve *A ilustre Casa de Ramires*, que só seria publicada parcialmente três anos depois, na *Revista Moderna*. Ou seja, primeiro nasceu Carlos Fradique Mendes, depois veio Jacinto Galeão, e, por último, Gonçalo Mendes Ramires. Carlos Reis atribui a estas obras a classificação de semi-póstumas porque não foram concluídas pelo escritor. As três apresentam características de rigorosa observação exigida pelo realismo, como, por exemplo, as eleições e a situação financeira da nobreza rural em *A ilustre Casa de Ramires*; o *spleen* que acometia os habitantes das grandes cidades e as condições miseráveis dos trabalhadores rurais em Portugal em *A cidade e as serras*; o dandismo e tudo que envolvia essa maneira de estar na vida em *A correspondência de Fradique Mendes*. No entanto, sem a rigidez doutrinária de outros tempos e refletindo o final do século pelas vias históricas, simbólicas e míticas que configuram a mudança ideológica do autor, sobretudo n' *A cidade e as serras* e n' *A ilustre Casa de Ramires*, assim como nos contos e crônicas produzidos nos anos parisienses.

Entre esses textos Carlos Reis destaca “Positivismo e idealismo” (1893), em que Eça reflete sobre questões já propostas na carta-prefácio de *O Mandarim* (1884) sobre a necessidade de resgate da imaginação e da perda de influência do naturalismo como movimento literário motivado, entre outros fatores, pela onda de intolerância política que tomou conta da capital francesa contra jacobinos e positivistas. Em *A propos du Mandarim*, Eça argumenta que a fantasia é uma característica e uma inclinação espontânea do espírito português, o que confirma a sua autonomia em relação ao realismo-naturalismo e a preocupação do autor em escrever para e sobre o seu país, questões que o autor debate pela criação de Fradique, Jacinto e Gonçalo.

Fradique é um super-homem oitocentista. Domina vários idiomas, percorre continentes, luta em guerras remotas, ama e se faz amado por mulheres exóticas, conhece os grandes vultos da literatura, tem uma inteligência superior e uma originalidade única. Percorre trilhas no Himalaia como um sherpa, navega no Nilo como um mouro, cavalga no Ribatejo à campino cumprindo o preceito “em Roma sê romano”.



Jacinto também era um supercivilizado, também habitava em Paris, porém mantinha-se limitado à sua cidade, na crença de que ela era capaz de lhe proporcionar todos os confortos e o aparelhava com uma imensa biblioteca para gozar a vida “nas máximas proporções”. Acabou padecendo do mais profundo *spleen* por ter se deixado ficar refém dos aparelhos, o que o levou a se isolar progressivamente. A solidão impede a troca de experiências e negar experiências é viver em um mundo irreal. Recuperou a fibra ao retornar às suas origens no Douro, dormindo numa enxerga e sem uma única peça de roupa limpa, tornando-se útil e levando a civilização até onde ela não existia através, por exemplo, dos cabos telefônicos até Tormes para que pudesse falar com o médico, o boticário, o sogro e o amigo Zé Fernandes. Com isso, colocou a tecnologia ao seu serviço e ao de sua nova comunidade com comedimento, prudência, equilíbrio. Jacinto curou a melancolia que o dominava com trabalho simples num lugar que não possuía nenhum dos confortos com que se acostumara em Paris.

Perto de Tormes, porém um pouco mais para o interior de Portugal, Gonçalo Mendes Ramires remói as suas idéias para encontrar uma maneira de sobreviver à crise que se abatia sobre fidalgos como ele. Filho de uma família histórica e repleta de feitos heróicos, Gonçalo é o retrato de um país, com defeitos e qualidades, com seu passado de glórias, seu rumo (todo seu) e que tem que se haver consigo, mesmo na pequena faixa de terra em que está assentado. É preciso entender que seu raciocínio seguia a forma de pensar do homem do século XIX e é necessário louvar a sensibilidade do escritor por entender que não era mais possível olhar para trás com saudosismo, e que o passado deveria servir como inspiração a não cometer os mesmos erros, daí a saída para África. Olhando para as ruínas da velha torre, Gonçalo encontra o seu caminho orientado pelo “farol” que o guia rumo a um porto seguro. Ciente dos problemas de seu país e da sua sociedade, Eça de Queirós neste texto mantém a coerência de toda a sua obra.

Esses três personagens remetem à descoberta da Humanidade a que Eça de Queirós se refere em “Um génio que era um santo” de modo enfático e por isso Miguel Real chama os anos finais do escritor de “Período Humanista” (REAL, 2006, p. 167). Humanismo de Gonçalo com o filho do Casco; humanismo de Fradique com o cocheiro de Santa Apolónia; humanismo de Maria Eduarda com as crianças regeladas de Londres; humanismo de Jacinto com toda a gente que habitava as suas terras. Vale reproduzir o passo em que o profeta da serra analisa a mão de Jacinto: “Mão real, mão de dar, mão que vem de cima, mão já rara!” (QUEIRÓS, 2000, p. 223).

Está claro que esse não é o Eça de garras à mostra do padre Amaro ou do Basílio, mas é um autor ciente das dificuldades e das possibilidades que eram oferecidas. Uma postura semelhante à de Garrett: lutar pelo possível, já que o desejável não era realizável. Não é à toa que, dos românticos, Eça sempre salvou Garrett. Já em Coimbra, na grande noite em que conheceu Antero nas escadas da Sé Nova, como Eça nos conta em “Um gênio que era um santo”, ouviu o poeta das *Odes Modernas* (1865) cantar:

O céu, o infinito e os mundos que rolam carregados de humanidades, a luz suprema habitada pela ideia pura, e

...os transcendentes recantos

Aonde o bom Deus se mete,

Sem fazer caso dos Santos

A conversar com Garrett! (QUEIRÓS, S/D, p. 252)

Como Artista de primeira grandeza que, de fato, era, Eça de Queirós manteve a coerência de toda uma obra voltada para uma independência intelectual como forma de afirmação da sua literatura e da sua identidade como autor. Foi talvez romântico n’*O mistério da estrada de Sintra*; n’*O crime do padre Amaro* e em *O primo Basílio* abraçou a escola realista-naturalista (não sem algumas ambigüidades); contrariou essa escola com a fantasia em *O Mandarim* e os sonhos de Raposo n’*A relíquia*; criticou o cientificismo do naturalismo n’*Os Maias*; e, finalmente, fez nessas três obras aqui estudadas uma superação de toda a sua trajetória. O que há em comum entre o Eça do *Diário de Notícias*, o Eça das Conferências do Casino e o último Eça? A coerência de lutar pelo livre-pensar, pela independência frente às convenções caducas, às idéias gastas e às filosofias totalizantes. Em suma: opôs-se ao servilismo intelectual, manteve-se anticlerical, sempre em favor do *Homem*.

Para isso, fez de Fradique o português mais interessante do século XIX; criou Jacinto como o mais civilizado dos parisienses; e concebeu Gonçalo como o fidalgo que olha o passado para construir uma nova realidade. Apesar de serem personagens de ficção, Jacinto, Fradique e Gonçalo representam três homens, ou melhor, três Senhores. Jacinto e Gonçalo souberam tirar da vida as lições que pudessem transformá-los como pessoas. Um é o português que se encontra no equilíbrio entre civilização e ruralidade e faz disso a sua Grã-Ventura, ignorando a crença geral na Civilização; o outro é o Portugal velho, aristocrático, que, ao reconhecer as suas fraquezas, percebe as suas potencialidades. Renuncia à proteção do poder para tomar as rédeas da sua vida

com independência e construir uma nova história. Fradique nasceu pronto, é o português do mundo, que onde quer que esteja se sente em casa. Eduardo Lourenço lembra que Fernando Pessoa via o próprio país tanto de dentro quanto de fora, e que o poeta atribui aos portugueses a vocação da *não-identidade*. A singularidade deste povo estaria na capacidade de ser plural, daí o *Paradoxo Pessoaano* que diz que “um português que só é português não é português” (LOURENÇO, 1994, p. 14). Lourenço confirma o paradoxo do poeta de *Mar Portuguez* aludindo à afirmação de Oliveira Martins para quem os portugueses já deram demasiadas provas da sua capacidade de adaptação. Fradique era português, mas também “babista”, patagônio, abissínio, francês, “enfim, o diabo”! E essa capacidade de adaptação dos portugueses é das características mais marcantes de um povo que, espremido entre Espanha e o mar, decidiu atirar-se ao oceano numa aventura marítima que marcou o mundo. E essa adaptação está em Fradique, em Jacinto e em Gonçalo.

Temos aqui três personagens, ou melhor, dois personagens e uma personalidade (Fradique) que são três propostas do mais profícuo autor da Geração de 70. Fradique deu o primeiro passo com uma originalidade única e, atraente como só ele, conquistou leitores em Portugal. Principalmente entre o “efêmero feminino”. Depois veio o Jacinto de “Civilização” que se desdobrou no de *A cidade e as serras* e que demonstrou que não é só na cidade que se pode encontrar o caminho de uma suposta felicidade, deixando claro que essa é uma opção do personagem Jacinto. Finalmente, Gonçalo Ramires manda a tradição e as opiniões contrárias às favas e parte para o rumo que ele escolheu.

Fradique sempre escolheu o que fazer, onde fazer e com quem fazer o que lhe desse na real gana. Jacinto escolheu ir a Tormes contra a crença de toda uma sociedade que via no progresso tecnológico a solução para os seus problemas. Gonçalo abandonou o “conforto” de uma carreira política duradoura, mas subalterna, para seguir uma trilha nova. À exceção de Fradique, que nasceu e foi se vestir no Poole, os outros dois reviram posições para realizar não uma Felicidade questionável e ideal (no horizonte de expectativas dos grandes sistemas de pensamento do século que terminava), mas sim para chegar mais perto do que desejavam enquanto sujeitos de sua própria história.

E pela trilha aberta pelo cinzelador das “Lapidárias”, Eça fez do seu personagem mais um dos *ismos* que abundaram no seu século: o Fradiquismo, que abriu uma porta – como o Bab – para o diálogo com a Modernidade. Por essa porta entraram também os dois fidalgos, o de

Tormes e o da Torre. Um, no alto da serra observando as carências e providenciando onde instalar bocados de civilização; o outro, olhando para a torre que orientava o bom porto como um farol; Fradique era miradouro, torre, farol, bússola e o sextante de si próprio.

Amaro é ordenado padre por vontade da marquesa de Alegros; Luísa deixava-se influenciar pela literatura romântica e pelas conversas com Leopoldina, assim como os seus convidados, que seguiam religiosamente as convenções sociais; Teodoro deixou-se seduzir pelo Demônio e nunca mais encontrou “a paz da miséria”; Raposo foi adestrado pela “titi” que o subjugava com a religião e com o dinheiro; e n’*Os Maias* aparece mais veementemente o combate da dependência apática pela insubmissão, entre as velhas e as novas idéias, ainda que concluídas com a descrença em tempos melhores, característica forte da personalidade de Carlos Fradique Mendes. Forte, mas não principal. Essa é a originalidade. Opção que Jacinto e Gonçalo também fizeram. Cada um à sua maneira realizou a sua Vontade porque entenderam não ser mais possível seguir os ditames da sociedade exceção a Fradique, que sempre se posicionou assim.

E assim foi porque o autor desses três senhores protestava desde a universidade contra a manipulação das opiniões, como na crítica que faz à universidade em “Um génio que era um santo” de 1896:

O seu autoritarismo anulando toda a liberdade e resistência moral; o seu favoritismo, deprimindo, acostumando o homem a temer, a disfarçar, a vergar a espinha; o seu literalismo, representado na horrenda sebenta, na exigência do *ipsis verbis*, para quem toda a criação intelectual é daninha; [...] A Universidade, que em todas as nações é para os estudantes uma Alma Mater, a mãe criadora, por quem sempre se conserva através da vida um amor filial, era para nós uma madastra amarga, carrancuda, rabugenta, de quem todo o espírito digno se desejava libertar, rapidamente, desde que lhe tivesse arrancado pela astúcia, pela empenhoca, pela sujeição à “sebenta”, esse grau que o Estado, seu cúmplice, tornava a chave das carreiras (QUEIRÓS, s/d, pp. 257-258).

Aqui entendemos o horror ao dogma, ao “conselheiro”, ao “amanuense” e ao servilismo intelectual que sempre estiveram presentes na obra queirosiana e que nos seus três últimos romances o autor faz, como numa trilogia, uma conclamação à liberdade e à independência individuais aos seus concidadãos.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Pedro Tavares de. *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991.

AMORIM, C.M.S. *Entre a queda na cidade e a ascensão na serra – as trajetórias de Calisto e Jacinto na segunda metade de oitocentos*. Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa, UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

BATALHA REIS, Jaime. Annos de Lisboa (Algumas lembranças). In: *Anthero de Quental: In Memoriam*. Porto: Mathieu Luga Editor, 1896.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo (Obras Escolhidas – Volume III)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CASTELO BRANCO, Fernando. Franciscanismo de A cidade e as serras. In: MATOS, A. Campos. *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

CASTELO BRANCO, M. Carmo. O discurso amoroso de C. Fradique Mendes. In: *Revista da UFP*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1997.

COELHO, Joaquim-Francisco. *A morte de Fradique Mendes*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

COELHO, Vicente de Faria. *Eça de Queirós – Poesias*. Rio de Janeiro: s.n, 1973.

DAVID, Sérgio Nazar. De estrangeiros, estrangeirados, imigrantes e proscritos. Almeida Garrett e Eça de Queirós no espelho da Europa. Viagem e história social. Portugal ontem e hoje. In: VILAS-BOAS, Gonçalo e OUTEIRINHO, Maria de Fátima (org.). *Cadernos de Literatura Comparada: Revista do Instituto de Literatura Comparada da Universidade do Porto. N° 18*. Porto: Universidade do Porto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Freud & a religião*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. *O século de Silvestre da Silva, vol. 1: estudos sobre Almeida Garrett, A.P. Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco e Júlio Dinis*. Lisboa: Prefácio, 2007a.

\_\_\_\_\_. *O século de Silvestre da Silva, vol. 2: estudos queirosianos*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2007b.

FONSECA, Fernando Taveira da. Elites e Classe Médias. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal – O Liberalismo. Vol. 5.* Coord. Luís Torgal & João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise e Contribuições à psicologia do amor.* Rio de Janeiro: Imago Editora, 1973.

GAY, Peter. *A educação dos sentidos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *A paixão terna.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *O século de Schntzler.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOMEM, Amadeu Carvalho. O Avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal – O Liberalismo. Vol. 5.* Coord. Luís Torgal & João Lourenço Roque. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura.* São Paulo: Perspectiva, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A coerência textual.* São Paulo: Contexto, 2002.

LIMA, Isabel Pires de. Fradique e o dandismo. In: MATOS, A. Campos (org.) *Suplemento ao dicionário de Eça de Queiroz.* Lisboa: Ed. Caminho, 2000.

\_\_\_\_\_. Vencidismo e dandismo ou o heroísmo decadente de Carlos Fradique Mendes. In: *Revista da Universidade de Aveiro / Letras – números 6-7-8.* Aveiro: Universidade de Aveiro, 1993.

LINS, Álvaro. *História literária de Eça de Queirós.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as Duas Razões.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Eça de Queirós (25 November 1845 – 16 August 1900). In: RECTOR, Monica and CLARK Fred M. (org.). *Dictionary of Literary Biography. Volume 287: Portuguese Writers.* s/n: Thomson Gale, 2004.

MANNO, Liana Flosky. *A experiência burguesa do amor na obra de Eça de Queirós.* Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa, UERJ. Rio de Janeiro, 2005.

MARNOTO, Isabel. A correspondência de Fradique Mendes: o brilho do efêmero. In: MATOS, A. Campos (org.) *Suplemento ao dicionário de Eça de Queiroz.* Lisboa: Ed. Caminho, 2000.

MATOS, A. Campos (org.). *Dicionário de Eça de Queirós.* Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

\_\_\_\_\_. *Eça de Queirós – Marcos biográficos e literários: 1845-1900*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

\_\_\_\_\_. *Suplemento ao dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Ed. Caminho, 2000.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. Um jogo humorístico com a verosimilhança romanesca: “O mistério da Estrada de Sintra”. In: *Colóquio Letras número 86*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

MOOG, Vianna. *Eça de Queirós e o século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

MORNA, Fátima de Freitas. A ilustre casa de Ramires e a balada romântica. In: MATOS, A. Campos (org.). *Suplemento ao dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Ed. Caminho, 2000.

MOSER, Gerardo M. O mito de Fradique Mendes (Eça e Doudan). In: *Livro do Centenário de Eça de Queirós – Livro II*. Lisboa: Edições Dois Mundos, 1945.

MOURA, Helena Cidade. Nota final. In: QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2002.

PIEIDADE, Ana Nascimento. *Fradiquismo e modernidade no último Eça (1888-1900)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PINHEIRO, C.B.S. *A Revista Moderna: fatos e retratos de um século que termina (1897-1899)*. Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa, UERJ. Rio de Janeiro, 2006.

QUEIRÓS, Eça de. *A cidade e as serras*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *A relíquia*. Porto: Porto Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Torre de D. Ramires por Gonçalo Mendes Ramires*. São Paulo: Lacerda Editores, 1997.

\_\_\_\_\_. *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*. Porto: Livraria Lello & Irmão Editores, s/d.

\_\_\_\_\_. *Notas Contemporâneas*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.

\_\_\_\_\_. *O crime do padre Amaro*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Mandarim*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

- \_\_\_\_\_. *O primo Basílio*. Edição Livros do Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Os Maias*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Últimas páginas (Manuscritos inéditos)*. Porto: Livraria Lello & Irmão Editores, s/d.
- \_\_\_\_\_. Um gênio que era um santo. In: *Anthero de Quental: In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan Editor, 1896.
- QUEIRÓS, Eça e ORTIGÃO, Ramalho. *O mistério da estrada de Sintra*. Porto: Livraria Lello & Irmão Editores, s/d.
- REAL, Miguel. *O último Eça*. Lisboa: Quidnovi, 2006.
- REIS, Carlos. *Eça de Queirós: consul de Portugal à Paris (1888-1900)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O essencial sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- \_\_\_\_\_. Sobre as obras finisseculares de Eça de Queirós. In: *Voz Lusíada – número 16*. São Paulo: s.n., 2001.
- SANTOS, Gilda. O Mandarim: uma fábula prefiguradora da globalização?. In: *Voz Lusíada – número 16*. São Paulo: s.n., 2001.
- SARDINHA, António. O espólio de Fradique. In: *Eça de Queiroz: In Memoriam*. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *Fradique Mendes, símbolo dos “Vencidos da Vida”*. Lisboa: s.n., 1942.
- SERRÃO, Joel. *O primeiro Fradique Mendes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.
- SIMÕES, Maria João. Eça e Fradique: as cartas e os seus temas. In: *Queirosiana número 2*. Tormes: Fundação Eça de Queirós, 1992.
- SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- SINGER, Ben. Modernidade, Hiperestímulo e o Início do Sensacionalismo Popular. In: CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa R. (org.) *O Cinema e a Invenção da Vida Moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- SOUSA, Frank F. *O segredo de Eça. Ideologia e ambiguidade em A cidade e as serras*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.



SOUZA, Antonio Candido Mello e. *Tese e antítese: ensaios / Antonio Candido* – 4ª ed. – São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

STEINER, George. *Presenças reais: as artes do sentido*. Lisboa: Presença, 1993.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2ª edição, 1984.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.